

Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Campus Franca

**Transição democrática, engajamento intelectual e reformas políticas: a trajetória
intelectual de Luiz Werneck Vianna nos anos 1990.**

Camila Vitte da Rocha

Franca/SP
2006

Camila Vitte da Rocha

Transição democrática, engajamento intelectual e reformas políticas: a trajetória intelectual de Luiz Werneck Vianna nos anos 1990.

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Campus de Franca para a titulação em nível de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História.

Linha de Pesquisa: *História e Cultura Política*, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Kolleritz.

Franca/SP
2006

*Ao Magesto,
em memória.*

De tudo, ficaram três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando...

A certeza de que precisamos continuar...

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto, devemos:

Fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro...

(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Fernando Kolleritz, pelo valioso apoio com que contribuiu na elaboração deste trabalho, mostrando-se um grande amigo e orientador nas melhores e piores horas. Muito abrigada.

Aos funcionários da Unesp, sempre solícitos e atenciosos, meus sinceros agradecimentos.

Aos amigos e familiares que me acompanham em minha trajetória, apoiando e me incentivando com carinho e amizade.

SUMÁRIO

Introdução	08
A recepção gramsciana no Brasil.....	13
Capítulo I: Engajamento intelectual e esquerda: uma discussão bibliográfica.....	22
Progresso e exclusão: o contexto de emergência da nova sociedade civil.....	37
Os intelectuais e a nova sociedade civil: o debate democrático.....	51
Capítulo II: Anos 1990 e neoliberalismo: antecedentes e aspectos gerais.....	60
O PT e os anos 1990.....	70
Brasil: um balanço político.....	74
Capítulo III: Trajetória intelectual de Luiz Werneck Vianna nos anos 1990.....	87
A leitura de Werneck Vianna sobre a transição.....	90
Influências teóricas.....	96
Capítulo IV: O Brasil e a revolução passiva.....	114
Intelectuais e revolução passiva brasileira: “caminhos e descaminhos”.....	121
Americanismo e judicialização.....	129
Americanismo e Direito no Brasil: conjuntura e possibilidade histórica.....	140
Conclusão	149
Bibliografia	155

Resumo: Este trabalho propõe-se a analisar a trajetória intelectual de Luiz Werneck Vianna no Brasil na década de 1990, levando em conta sua tradição como militante do PCB, sua participação no debate sobre os caminhos democráticos da transição, com o objetivo de abordar sua inscrição nesta década. A relevância do tema se remete ao fato de que na década de 1990, quando o Estado brasileiro sofre um surto neoliberal, vê-se diluir o debate dos intelectuais da geração de Werneck Vianna, num período em que propõe a pensar numa ação política cujo foco será a sociedade civil e os mecanismos jurídicos de que dispõe, mobilizando a análise gramsciana, sob o tema do americanismo, para compor sua leitura.

Palavras-chave: Luiz Werneck Vianna, transição democrática, anos 1990.

Abstract: The purpose of this essay is to analyse of the intellectual trajectory delineated by Luiz Werneck Vianna during the 1990s in Brazil, in order to make an approach of his role and his theoretical production in the academy over that decade. On that behalf, it takes into consideration his engagement in the Brazilian's Communist Party and his participation in the debate about ways to a democratic transition. Its relevance concerns to the fact that, in the 1990s, the widespread of the neoliberalism ideals ended up to empty the debate between intellectuals from the Werneck Vianna's generation, who, by that period, proposed the implementation of a policy which focuses the civil society and its legal instruments, by using a gramsci's analysis of the Americanism to set his reading upon that matter.

Key words: Luiz Werneck Vianna, democratic transition, nineties - 1990s.

Rocha, Camila Vitte da

Transição democrática, engajamento intelectual e reformas políticas : a trajetória intelectual de Luiz Werneck Vianna nos anos 1990 / Camila Vitte da Rocha. –Franca : UNESP, 2006

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Brasil – História política, anos 90. 2. Luiz Werneck Vianna – Crítica e interpretação. 3. Intelectuais brasileiros – Política – Brasil.

CDD 320.981087

Introdução:

Trabalhar com História Intelectual no contexto brasileiro dos anos 1990 pela produção de Luiz Werneck Vianna ganha relevância na medida em que este autor participa do debate sobre os rumos democráticos do país após a ditadura militar, inscrevendo-se num movimento que perde suas referências com o surto neoliberal no Estado brasileiro no decorrer desta década.

Avesso à importação/adaptação de modelos políticos para a realidade brasileira, Werneck compõe, na atualidade, o quadro que se ocupa da formulação e proposição de ações sobre ela, que será foco de discussão dos dois últimos capítulos. Sua perspectiva, entretanto, não se enquadra num pensamento preocupado com a atualização das elites nacionais à ordem econômica (como é o caso de Oliveira Vianna, autor que é uma referência para Werneck pensar o processo da revolução passiva no Brasil, assunto do Capítulo III), mas acompanha a trajetória da esquerda brasileira, em que o PCB, ainda que lhe faça inúmeras críticas, representou o partido de esquerda de maior fôlego na história nacional, partido do qual Werneck fez parte, como também fizeram parte outros intelectuais de sua geração, como Carlos Nelson Coutinho, assunto do Capítulo I. Embora permaneça restrito à produção intelectual, a reflexão de Werneck não abandona suas perspectivas em pensar o Brasil do ponto de vista da sociedade civil, perspectiva que sua geração adota por ocasião da redemocratização nos anos 1980 e dos debates pelas reformas do Estado.

Na discussão do Capítulo I, nota-se a importância que Werneck Vianna atribui à democracia política desde os anos 1950, período em que a esquerda, principalmente a esquerda comunista, valorizava a formação de frentes amplas nacionais-populares na concretização e posterior derrocada do sistema capitalista, independente do regime democrático que se adotaria. Num período em que esta esquerda via fortalecidas as premissas para a revolução nacional através das Reformas de Base no governo João Goulart (movimento que mobilizou diversos setores sociais, inclusive rurais, na defesa de reformas estruturais, como a agrária, a da educação, das políticas salariais, etc.), o golpe militar vem trazer para a esquerda, além da perda de suas perspectivas, o questionamento sobre a importância do sistema democrático para o avanço das lutas sociais, tema que move as críticas de Werneck ao PCB desde o *Manifesto de Agosto* dos anos 1950.

Após o longo período repressivo que a ditadura impôs ao país, afastando dele as principais lideranças de esquerda do último período democrático, o processo de redemocratização marca a perda de identidade do PCB e ascensão de um novo tipo de partido de esquerda, o PT, cuja pretensão seria concretizar-se como moderno partido de massas, assumindo as disputas democráticas em nome da sociedade civil organizada (no período, ela possuía um caráter amplamente popular, conforme descrito no Capítulo I).

Também ganha destaque entre a esquerda nos anos de abertura o pensamento de Antonio Gramsci, intelectual comunista que oferece amplo respaldo para a esquerda brasileira (e para a esquerda em geral) pensar os rumos de uma democracia comprometida com valores socialistas. Neste contexto, Werneck empreende a crítica tanto ao PCB quanto ao PT, assumindo uma postura política independente que o permite permanecer

fiel às suas análises sobre democracia política que vem desenvolvendo desde os anos em que participou do PCB. Entretanto, com a ascensão do neoliberalismo ao Estado brasileiro na década de 1990 através das elites políticas interessadas numa reforma constitucional (assunto do segundo capítulo), Werneck transita de uma leitura sobre a democracia política para a valorização das esferas jurídicas como instrumento de mobilização e interferência da sociedade civil sobre o Estado. Assumindo uma postura independente, Werneck mantém-se coerente às referências teóricas que desenvolve, sendo a principal a gramsciana, motivo pelo qual o pensamento de Gramsci será apresentado em seus aspectos principais ao longo do trabalho.

A relevância de Werneck Vianna neste contexto está no fato de inovar-se nos anos 1990, período em que se perde o enfoque sobre os rumos possíveis da democracia voltada para reformas políticas radicais. Assim, uma vez que se trabalhará com a idéia de que os debates desenvolvidos durante os anos 1980-1990 resultam de preocupações imediatas com o contexto sócio-político da época, a perspectiva da História Intelectual parece mais interessante para o trabalho que a perspectiva da História das Idéias, uma vez que não se centra numa hermenêutica dos discursos, mas busca focar o contexto de produção de uma obra, tendendo a privilegiar a conjuntura e servindo-se de uma análise sócio-política.

Nesta perspectiva analítica, há o predomínio de duas vertentes: a norte-americana, que procura fazer uma história dos intelectuais do ponto de vista puramente teórico ou biográfico; e a francesa, que “oscila (...) entre uma Sociologia, uma História e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro lado, entre uma análise das obras e das idéias

(...).”¹ Em outras palavras, os textos são abordados tanto com a pretensão de relacioná-los a temas universais da História, da Filosofia, da Política, etc, mas também com o objetivo de conhecer o contexto e o jogo de interesses no qual o pensamento é elaborado. Contudo,

(...) mais do que uma articulação mecânica entre contexto e conteúdo, (...) para além de uma abordagem que privilegie a relação entre análise externa dos acontecimentos (históricos, sociais, políticos) e a análise interna da obra (a hermenêutica ou a análise do discurso), a História Intelectual deve levar em consideração, simultaneamente, a dimensão diacrônica (história) e sincrônica (“os aspectos diferentes de um mesmo conjunto em um mesmo momento de evolução”).²

Esta pesquisa se desenvolverá desta perspectiva adotada pela escola francesa porque:

-Os debates teóricos trabalhados preocupar-se-ão diretamente com os novos contornos democráticos do país, que mesmo elaborados na maioria das vezes em espaços acadêmicos, relacionam-se diretamente à configuração do novo quadro político da esquerda.

-Embora Luiz Werneck Vianna, a partir dos anos 80, atue principalmente no espaço acadêmico, os vínculos político-partidários que possuiu, de sua militância pecebista, não permite dissociá-lo da própria história da esquerda brasileira.

-Com a perda das referências da esquerda democrática nos anos 1990, Werneck destaca-se por propor uma nova síntese sobre a realidade e novos caminhos de ação sem perder de vista uma atuação política da sociedade civil.

¹ SILVA, H. R.. _____. A História Intelectual em Questão. In: LOPES, M. A. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p 16.

² Idem, p 19.

Neste sentido, ganha destaque para a leitura das fontes a análise de John Pocock e Q. Skinner a respeito dos discursos políticos (contrapondo-se às universidades de Oxford e Cambridge – matrizes da História Intelectual norte-americana), especialmente pela relação que estabelece entre *linguagem* (como fala coletiva) e *discurso* (como fala individual), mostrando como os discursos incorporam as questões do seu tempo, traduzem os grupos de afinidades dos intelectuais, buscando intervir no debate e tentando imprimir-lhe sua verdade.

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso político, e que tipo de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso.³

Vale citar que para análise da obra de Vianna nos anos 90, é necessário recorrer, da perspectiva adotada, aos discursos que nortearam sua formação e suas referências teóricas. Para tal análise, o trabalho se dividirá da seguinte maneira: no Capítulo I, será traçado um panorama do ambiente político e intelectual dos anos 1970-80, delimitando de forma mais geral o ambiente e os integrantes da geração de Werneck Vianna, concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro; de forma mais específicas, dois dos principais expoentes dos anos 1980: Francisco Weffort (São Paulo) e Carlos Nelson Coutinho (Rio de Janeiro), intelectuais acadêmicos de formação marxista que, mobilizados pela idéia de democratização, aderiram ao PT. O Capítulo II se ocupará de uma análise da guinada sofrida pelo Estado brasileiro nos anos 90, ressaltando o novo quadro político com que a esquerda se defronta, nesta década marcada pelas reformas

³ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. USP, 2003, p 31.

neoliberais do Estado. Nos terceiro e quarto capítulos, será analisada a inserção de Luiz Werneck Vianna na conjuntura dos anos 1990, através dos seguintes aspectos: levar-se-á em conta sua trajetória intelectual para compreender, através de suas obras, seus argumentos e posturas; com enfoque na produção dos anos 1990, a fim de perceber como reage ao surto neoliberal do Estado brasileiro.

Deve-se ainda ressaltar a relevância do pensador Antonio Gramsci, não só por sua centralidade nas reflexões de Werneck, mas também pelo papel singular que ocupa entre os intelectuais de sua geração. Uma vez que se trabalha da perspectiva da História Intelectual, é mais interessante compreender a recepção gramsciana no contexto brasileiro que as análises de seus principais intérpretes, contextualizando os principais conceitos mobilizados em sua recepção⁴ no período da transição democrática.

A recepção gramsciana no Brasil

Entendendo as dificuldades apresentadas para a interpretação de Gramsci, nota-se que nos anos 1980, principalmente nas questões referentes aos novos rumos democráticos para o país, houve a recepção desta teoria para responder questões da realidade brasileira. Ainda assim, é necessário entender quais caminhos percorreu o filósofo sardo e por qual viés foi analisado na introdução de seu pensamento entre os intelectuais brasileiros.

⁴ Segundo Lincoln Secco, “a *recepção* (...) significa a absorção de idéias de um sistema cultural distinto, mas que passam a ser funcionais no novo sistema ao qual são integradas. Esta *recepção* implica um diálogo, o qual existe à medida que as idéias são digeridas, debatidas, disputadas e, parcialmente, destacadas do seu contexto original, contribuindo para integrar a cultura brasileira ao conjunto da cultura ocidental (ou mundial).” (_____. **Gramsci e o Brasil**. Recepção e difusão de suas idéias. São Paulo: Cortez, 2002, p. 80 Série Questões da Nossa Época, nº 94.)

Embora existam referências esporádicas a Gramsci no Brasil desde os anos 1930, estas tratam apenas de sua situação no cárcere fascista ligada a uma crítica ao próprio regime (relevante no contexto brasileiro pela influência que o fascismo exercia sobre a ditadura de Getúlio Vargas), e da exaltação de sua figura como membro da Internacional Comunista.

A introdução do pensamento gramsciano no Brasil dá-se em meados de 1960 com o início da tradução de suas obras, tendo, porém, vida curta pela decretação do AI-5, quando se criam mecanismos capazes de barrar a autonomia e o debate crítico nas diversas esferas da sociedade, contendo o movimento democrático anterior. Mesmo o fato do debate gramsciano no Brasil ter sido amplamente discutido primeiro nas academias, para somente nos anos 1980 abranger outros setores da sociedade, ocorreu porque, no momento de sua introdução, o país já vivia em regime militar, época que marcou uma profunda imobilidade na organização dos partidos, movimentos e sindicatos.

Pode-se observar que, nas poucas produções surgidas na época do primeiro ciclo de divulgação das idéias de Gramsci no Brasil, são ínfimas as referências à proposta política do pensador italiano. Os debates se constituem em pequenos artigos, notas ou capítulos de livros centrados ainda na divulgação da figura de Gramsci e de suas reflexões filosófico-culturais. (...) não há, nesse período, nenhuma referência mais ampla às reflexões gramscianas no âmbito da práxis política.⁵

Neste período inserem-se, entre outros trabalhos, os de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Michel Lowy, Francisco Weffort e Antonio Cândido. Segundo Lincoln Secco, após a denúncia dos crimes de Stálin (1956) e o “cisma chinês” (1961), Moscou

⁵ SIMIONATTO, I.. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995, p 154-55.

deixa de ser o centro marxista de referência⁶ – levando o Partido Comunista do Brasil (PCB) a uma tímida abertura intelectual e desvinculando a figura de Gramsci da criada pelo comunismo stalinista, isto é, a do “homem do partido” – o que lhe permite maior aceitação pelas academias, especialmente no estado de São Paulo. Porém, o regime militar impossibilita que estas reflexões tenham continuidade.

É somente a partir do final dos anos 1970 até meados de 1980, com o clima de contestação emergente da sociedade civil contra a ditadura e o contexto de distensão do regime, que se tem uma maciça produção teórica preocupada em trabalhar a teoria política de Gramsci para elaborar saídas democráticas e democratizantes capazes de restituir uma organização social gestada primordialmente pelo consenso.

Embora a utilização das categorias gramscianas tenha sido amplamente difundida, extrapolando o campo da Ciência Política principalmente para os da Filosofia, da Antropologia, da Educação, do Direito e do Serviço Social, são muitas as divergências quanto à forma de análise e interpretação da práxis política proposta pelo pensador, advindas da dificuldade que a obra apresenta quanto a conceitualização de suas categorias, especialmente a da sociedade civil, que, segundo Carlos Nelson Coutinho, no Brasil “tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial”, de forma que “tudo o que provinha da ‘sociedade civil’ era visto de modo positivo, enquanto tudo o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado com sinal fortemente negativo”⁷.

⁶ _____, op. cit., pp. 17-27.

⁷ _____ in: SEMERARO, G.. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis: Vozes, 2ª ed, 2001 (Série Cultura e Educação para a Democracia), p 9, prefácio.

Recorrendo a Gramsci, vemos que a sociedade é composta por “dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado (...)”⁸ Portanto, ainda que entendida como oposta ao Estado, a sociedade civil conforma um lugar onde se dão as lutas por direitos, os embates ideológicos: o espaço social onde se atua de forma a obter o consenso (ao lado das formas coercitivas – Estado ou sociedade política), isto é, as instituições religiosas, escolares, partidárias, etc.. Assim, o desenvolvimento deste conceito leva o movimento democrático a pensar a democracia através da busca por igualdade de direitos e a elaboração de um novo conceito de cidadania, capazes de permear as relações sociais cotidianas e ocupar os espaços consensuais do Estado. Esta positividade adquirida pela sociedade civil coloca em questão as contradições que a nova cidadania traz à sociedade brasileira, economicamente moderna a partir dos anos 1980, porém tão heterogênea e excludente em suas relações políticas e sociais.

Colocadas em segundo plano as contradições presentes na realidade social, o movimento pela democracia parece tomá-la como saída redentora para os problemas do país, tanto pelos adeptos da direita como da esquerda – saída que deveria manifestar-se através da organização da sociedade civil, já que o Estado brasileiro, caduco e autoritário, necessita ser repensado para que seja possível a governabilidade.

Inserem-se neste contexto, entre outros setores, o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), o novo sindicalismo dos anos 1980, setores progressistas da Igreja

⁸ _____ Apud: BOBBIO, N.. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2ª ed, 1994, p. 95.

Católica e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assim como movimentos representantes de minorias, muitas vezes agrupados em organizações não-governamentais (ONG's) (movimentos de homossexuais, mulheres, sem-teto, negros, etc.). Esta heterogeneidade de movimentos (tanto em relação aos interesses como em relação às suas formas de organização) é entendida entre os intelectuais democráticos como o espaço da sociedade civil, ainda que entre eles não houvesse um objetivo comum permanente em torno do qual se buscaria consolidar uma hegemonia.⁹

Portanto, a controvérsia da recepção deste conceito decorre das dificuldades em associar, no caso brasileiro, as instituições estatais, de tradição autoritária e corporativista, ao ideário de uma democracia moderna, capaz de unir estabilidade econômica à equidade social. Somada a essa dificuldade a introdução do discurso neoliberal de Estado mínimo e a complexificação das classes sociais (pela informalidade existente no mundo do trabalho), o que ocorre em relação ao pensamento gramsciano é a legitimação de discursos que variam de um liberalismo democrático-social às práticas progressistas de esquerda. Neste sentido, nossa preocupação é entender as posturas adotadas por Werneck Vianna em suas análises durante a década de 1990, bem como sua inovação frente ao debate da época, sob o tema do americanismo.

Considera-se fundamental para esta discussão esclarecer as premissas que norteiam as reflexões sobre o pensamento gramsciano, isto é, quais aspectos terão maior relevância

⁹ Entender o que se pensa em determinada época sobre seu contexto histórico-social, ou ainda, como se elaboram suas ideologias, torna-se importante na medida em que permite-nos visualizar qual hegemonia buscou-se tornar dominante e aos interesses de quais grupos vinculam-se os intelectuais desta época. Segundo Gramsci, "(...) A compreensão crítica de si mesmo é obtida (...) através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direção contrastante, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. (...)". **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 9ª ed, 1991, p 21)

para identificar as dificuldades interpretativas, especialmente das obras do cárcere, nas quais a situação de censura obriga-o a escrever por notas e metáforas; ao mesmo tempo em que debate com sua prática “conselhistas” anterior.

Embora Antonio Gramsci seja um pensador marxista, uma vez que se utiliza do método dialético de análise e percebe o movimento da História enquanto interesses e classes em conflito, há uma dificuldade em vários de seus intérpretes em analisá-lo como tal: isto porque, dentro do marxismo, Gramsci desenvolve uma teoria política que analisa o Estado de forma historicizada, ressaltando o desenvolvimento da cultura, da ideologia (isto é, das superestruturas) como formas de manutenção/transformação de determinada ordem social. Esta formulação distingue entre sociedade política e sociedade civil como espaços superestruturais, sendo esta distinção meramente didática, para compreender o peso que as instituições adquirem no Estado moderno. Nas palavras de Gramsci,

Na história, a “igualdade” real (...) é idêntica ao sistema de associações “privadas e públicas”, “explícitas e implícitas”, que se entrecruzam no “Estado” e no sistema mundial político: (...) igualdades e desigualdades que valem na medida em que delas se tenha consciência, individualmente e como grupo.¹⁰

Esta forma analítica gramsciana pressupõe em relação à teoria marxiana o desenvolvimento do Estado democrático, de modelo ocidental, ou “Estado ampliado”, no qual a sociedade civil não configura, como em Marx, uma organização pré-estatal

¹⁰ GRAMSCI, op. cit., p 44. As associações “privadas” referem-se, no pensamento deste autor, aos espaços da sociedade civil, ao passo que as públicas referem-se aos espaços da sociedade política. Parece-nos que a luta pela consolidação da hegemonia, para Gramsci, tem validade na medida em que consegue atuar nas duas esferas, criando primeiramente seus critérios de relações sociais no campo da ética, nos espaços onde se determinam os códigos de convívio social (sociedade civil), para depois, numa guerra de posições, estabelecer estes princípios no campo da política, fazendo representar seus interesses junto ao Estado (sociedade política). Este duplo movimento é capaz de consolidar uma nova ideologia, uma “elaboração superior da própria concepção do real”.

formada pelas forças econômicas em ascensão¹¹, mas uma categoria que ocupa os espaços consensuais do Estado (espaços privados de hegemonia), capaz de demonstrar resistência e criar autonomia em relação ao Estado-coerção, ou sociedade política. Nesta perspectiva, Gramsci desloca a sociedade civil do campo das estruturas para o das superestruturas, revelando em relação ao pensamento marxiano uma nova forma de conceber o Estado moderno e liberal. Esta abordagem confere aos seus intérpretes a possibilidade de relacioná-lo à análise hegeliana, superestrutural, desprezando o nexos estabelecido na análise gramsciana entre estrutura e superestrutura, isto é, a formação do bloco histórico.¹²

Outra dificuldade apresentada para a interpretação do pensamento gramsciano refere-se ao contexto histórico-político em que se deu a leitura da obra do autor: enquanto marxista que rejeitou o dogmatismo e valorizou a formação da cultura, o papel dos intelectuais e a importância do consenso na sustentação/transformação da ordem socialmente estabelecida, especialmente nas obras do cárcere, trabalhou com conceitos e métodos analíticos anteriormente utilizados por outros pensadores, inclusive não-marxistas, reelaborando-os e conferindo-lhes novo significado. Os *Cadernos do Cárcere*, seu maior legado teórico, iniciado três anos após sua prisão, em 1926, revela em Gramsci uma ruptura com a tradição filosófica italiana (Croce, Gentile) e com a concepção

¹¹ MARX, K./ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p 33.

¹² Um dos principais representantes desta linha analítica gramsciana é Norberto Bobbio, que entende sociedade civil em Gramsci “como é entendida por Hegel”, isto é, “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado.” (BOBBIO, op. cit., p 164). Neste trabalho não se adota esta compreensão porque sociedade civil, em Gramsci, não se apresenta como conteúdo ético do Estado, como hegemonia absoluta e consensual, mas como espaço de disputa de hegemonia, capaz de, possuindo uma atuação crítica na organização da cultura e das ideologias, organizar os interesses políticos dos grupos subordinados, dando-lhes a possibilidade de apropriarem-se da sociedade política e, através dela, introduzir “um outro modo de ser do *homo economicus*”, revalorando “as novas dimensões da ética, da responsabilidade e a capacidade de auto-determinação da sociedade”. (SEMERARO, op. cit. p 93).

política da União Soviética, já que o determinismo e o mecanicismo que nortearam este modelo de revolução, viam no fascismo italiano “um fenômeno político ‘orgânico e necessário’ ao capitalismo em sua fase de degenerescência”¹³, isto é, momento que antecederia a derrocada do capitalismo e ascensão do socialismo.

Porém, a situação do cárcere, que lhe foi imposta pela ascensão do regime fascista e conseqüente desmobilização do movimento operário, fê-lo refletir sobre o papel que as instituições políticas e sociais desempenham junto à manutenção de determinada ideologia no Estado moderno, bem como o papel do partido na formação de um consenso social, já que o fascismo italiano, agente de modernização conservadora¹⁴, age em favor dos interesses dominantes apoiado pela mesma massa com a qual atuara na época dos “Conselhos de Fábrica”. Este contexto propicia ao autor repensar os mecanismos de conservação/transformação social, observando na Itália uma realidade que não podia ser vista na Rússia, que no momento da revolução de 1917, tinha ainda uma sociedade civil “primitiva e gelatinosa”¹⁵, onde a revolução constituiu-se num ataque direto ao poder do Estado.

Nos aspectos em que inova em relação à teoria leninista, incorporando aos conceitos amplamente divulgados anteriormente novas formas interpretativas, com significado diverso ao utilizado pelo marxismo-leninismo da Internacional Comunista, é que a difusão do pensamento gramsciano se apresenta controversa entre os comunistas

¹³ VIANNA, L. W.. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. in: _____ . **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1997, p 42.

¹⁴ Idem.

¹⁵ COUTINHO, C. N.. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. in: _____/NOGUEIRA, M. A. (orgs). **Gramsci e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p 117.

brasileiros fortemente ligados à tradição política soviética, possibilitando as várias interpretações vistas a partir de 1980. Neste sentido, percebemos que há maior preocupação de seus intérpretes quanto a sistematizar um caminho para a democracia brasileira respaldada neste autor que inserir e relacionar o pensamento gramsciano ao marxismo, limitando a apreensão da totalidade de sua teoria política.

Quanto à leitura das fontes, principalmente das obras do cárcere, outro fator que gera dificuldade interpretativa e interpretações divergentes, é o fato de que a partir dos anos 1960, os vários marxismos que se apropriam das obras de Gramsci geram várias edições que tendem a identificá-lo às correntes por eles defendidas. Isto foi possível porque as obras do cárcere, além de metafóricas e fragmentárias, foram escritas em 33 cadernos muitas vezes elaborados simultaneamente, dificultando apreender a cronologia e o avanço de suas reflexões. Estes dissensos editoriais parecem minimizados com a edição de 1975 dos “Cadernos do Cárcere”, organizado por Valentino Gerratana, que o faz utilizando-se de critérios filológicos de pesquisa.

Assim, sem perder de vista as limitações oferecidas na abordagem do tema, é necessário salientar, na trajetória e na produção gramsciana, sua preocupação com as transformações políticas que a modernização econômica introduz no Estado, num movimento de revolução passiva que o tema do americanismo tende a inovar, conforme será focado na discussão sobre Werneck Vianna.

Capítulo I:

Engajamento intelectual e esquerda: uma discussão bibliográfica.

É fato na história política brasileira, conforme será desenvolvido neste trabalho, que o povo, de quem muito se fala e nada se ouve, esteve condicionado aos rearranjos das elites políticas, seja em seu período agrário-escravocrata, seja em seu período urbano-industrial. Portanto, compreender a formação do Estado brasileiro e a exclusão do povo dos centros decisórios do poder implica em compreender a ação e os interesses das elites políticas e dos grupos de influência que se aproximaram do Estado, bem como as características imputadas a ele. Nas palavras de Werneck Vianna:

(...) A mudança social teria sua sorte (...) hipotecada aos *atos*, em particular aqueles originários da vontade política que comandava a impulsão da economia, em um tempo necessariamente acelerado. Sob esta chave, a revolução passiva se constitui em um terreno comum às elites políticas, ao sindicalismo, à *intelligentzia* e à esquerda, especialmente o PCB.¹⁶

Num movimento de “revolução sem revolução”, as elites brasileiras guiaram o desenvolvimento social, nacional e político do Estado conforme seus interesses econômicos, buscando resolver as tensões sociais no âmbito da “tranquila teoria”¹⁷ – e ninguém melhor que os intelectuais para forjá-la.

¹⁶ _____ . Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 2004, p. 49. Sobre o protagonismo dos fatos e do ator, ver o Capítulo III desta pesquisa.

¹⁷ Idem, p. 47.

Neste processo de “revolução-restauração” (tema que será aprofundado no 3º capítulo), característico do movimento de revolução passiva brasileiro, as mudanças estruturais não implicam na constituição de uma força política hegemônica, cabendo ao Estado mediar as tensões entre dominantes e dominados.

Seguindo a linha analítica gramsciana (conforme exposta na Introdução), Werneck Vianna encontrará nos intelectuais o fio condutor das ideologias que permeiam o Estado – compreensão de fundamental importância para analisar sua inscrição teórica nos anos 1990 e seu engajamento¹⁸ intelectual.

Desta maneira, será relevante para este primeiro capítulo o desenvolvimento do pensamento político-social da esquerda democrática brasileira dos anos 1970-1980 (debate do qual Vianna participa) e sua relação com o contexto histórico e a tradição nos quais se inscreve, o que implica na necessidade de se conhecer um pouco da história do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁹.

Para o PCB, a centralidade da questão nacional via alianças democráticas na luta pela revolução socialista partiu, em linhas gerais, das resoluções da Internacional Comunista (IC), que durante o contexto da Guerra Fria aproximou os partidos comunistas de suas diretrizes para o desenvolvimento da revolução comunista internacional.

Principalmente após o VII Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de 1935, a política adotada pelo PCB e pelos demais partidos alinhados ao

¹⁸ Aqui, o termo engajamento não será compreendido exclusivamente em relação à militância – já que nos anos 90, Vianna não possui nenhuma inscrição político-partidária – mas à elaboração teórica que leva em conta a realidade político-social e propõe sobre ela uma ação.

¹⁹ O destaque do PCB neste trabalho justifica-se pelo fato de que Werneck Vianna militou nele até meados de 1980, levando-o a integrar o arcabouço teórico das referências do autor, além de tratar-se do partido de esquerda de maior abrangência e duração no século XX.

marxismo-leninismo partia da idéia de um regime comunista em um só país (a União Soviética). Nos países de capitalismo periférico, buscava-se incentivar a formação de frentes populares que levassem em conta uma melhor avaliação das burguesias nacionais, embora o PCB tenha permanecido quase todo tempo na ilegalidade.

Em 1941, pressionado pelos vínculos de dependência com os norte-americanos, Getúlio Vargas adere à guerra contra o nazifascismo dois anos depois da União Soviética, situação que, com o fim da 2ª Guerra e da ditadura de Getúlio, proporciona um período de legalidade política ao PCB entre 1945 e 1947: os pecebistas articularam-se, então, em torno do apoio ao governo na luta contra o nazifascismo, esperando que o processo de democratização abrisse espaço a uma revolução antiimperialista e antifeudal²⁰, conquistada pelo aprofundamento das contradições do capitalismo através de uma atuação positiva da burguesia nacional nas frentes amplas nacionais-populares.²¹

Embora o PCB tenha conquistado neste período 10% do eleitorado nacional, a volta à ilegalidade no governo do General Eurico Gaspar Dutra gerou ressentimentos que desembocariam, em 1950, num documento conhecido como “Manifesto de Agosto”.

Segundo Maria Paula Araújo:

(...) A privação de um debate aberto e amplo, a repressão e a clandestinidade foram talvez as causas mais precisas da radicalização da tática revolucionária que o PCB viveu neste período. Gorender chega a falar num “extremismo ressentido” para explicar a guinada do partido: a direção nacional do PCB teria mudado radicalmente do pacifismo à pregação da violência revolucionária imediata. Esse desequilíbrio passional teria imprimido um tom

²⁰ Para os comunistas, a revolução nacional teria como função mobilizar as frentes amplas (nacionais-populares) com o objetivo de combater a hegemonia das classes conservadoras, características de um modelo Oriental (as oligarquias agrárias); inibindo ao mesmo tempo a ação do domínio imperialista. Por isso, possuía o caráter antiimperialista e antifeudal, num caminho prussiano de chegada ao Ocidente pelo Oriente. Isto porque acreditavam que antes de uma revolução propriamente comunista, era necessário aprofundar o sistema capitalista nacional, aprofundando suas contradições.

²¹ GORENDER, J.. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987, p. 25.

catastrófico ao documento publicado a 1º de agosto de 1950 e assinado por Prestes, em nome do Comitê Central.²²

Este documento eliminou, também em tese (na prática o partido já era ilegal), a possibilidade de inserção política do PCB nos quadros nacionais, pois propunha a criação de uma frente democrática construída por um exército popular de libertação nacional, capaz de levar a cabo a revolução através da luta armada, que se iniciaria no campo.

Fadado ao sectarismo político, o PCB, em seu IV Congresso (1954) reiterou o documento de agosto, recolocando, porém, a burguesia nacional na frente revolucionária. Contudo, deve-se notar que, mesmo neste momento de radicalidade, o PCB não abandonou a perspectiva etapista, que supõe ser necessário concluir a etapa nacional do desenvolvimento brasileiro para depois cumprir-se a etapa socialista da revolução.

Porém, no ano de 1956 o partido sofreu um profundo abalo, pois, com a morte de Stalin e a divulgação do Relatório Krushev denunciando seus crimes, ocorreram cismas no partidos que levam, em 1958, à elaboração da Declaração de Março, reiterada no Congresso de 1960, documento que norteou a prática política pecebista até o fim daquele período democrático.

Neste momento, o PCB retomou o interesse pela legalidade, retornando à sua tática de coexistência pacífica com a burguesia, inovando, contudo, no que diz respeito à sua

²² _____ . **A utopia fragmentada**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 75.

participação no jogo democrático, pois buscava alcançar as conhecidas “Reformas de Base”, que ganhariam espaço durante o governo Goulart.

Segundo Luiz Werneck Vianna, a Declaração de Março consagrou um paradoxo entre os comunistas brasileiros, pois buscavam o Estado moderno (Ocidental, fruto dos modelos clássicos de desenvolvimento da democracia burguesa) através do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, cujas bases arcaicas, ruralistas, coloniais, caracterizam seu atraso, entendido por muitos autores como um modelo Oriental²³, ao mesmo tempo em que valorizava a democracia política.

Portanto, na medida em que se reiterou o sentido de complementaridade do processo da modernização burguesa (cuja primeira etapa, nacionalista, importaria num aprofundamento do regime capitalista), “o setor ‘atrasado’ se constitui um elemento de acumulação primitiva do ‘moderno’; e (...) afasta-se a possibilidade de o atraso intervir como vantagem em favor de uma mudança revolucionária”²⁴, limitando, desta maneira, um horizonte capaz de valorizar a democracia enquanto regime político positivo para as lutas populares.

²³ O tema do Estado Oriental ganha destaque entre a esquerda comunista principalmente após a Revolução Russa e os escritos de Lênin, destacando a via prussiana de modernização conservadora como responsável por um novo tipo de desenvolvimento estatal. Segundo Vianna, “o tema do Oriente significa, de um lado, a exposição ao processo de modernização de sociedades agrárias tradicionais num contexto de subordinação colonial e, de outro, implica a possibilidade do **atraso** se constituir numa vantagem para mudanças revolucionárias, conduzida a modernização por meio de uma coalizão nacional-popular. (...) a via da modernização especificamente oriental está na sua recusa ao capitalismo, no protagonismo nela desempenhado pelas chamadas classes pretéritas, especialmente o campesinato, setores das elites tradicionais deslocadas de suas antigas posições de mando e de influência social, coligadas e sob a direção dos novos seres políticos e sociais emergentes com o processo de modernização.” (_____.op. cit, p. 123). Serão estas preocupações que o autor conheceu em sua militância partidária que o levarão, posteriormente, a pensar a questão da modernização conservadora brasileira, como veremos adiante.

²⁴ VIANNA, L. W.. **A Transição**. Da Constituinte à Sucessão Presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989, p.144 – série Pensamento Brasileiro.

Werneck Vianna ressalva que a hegemonia que o PCB pretendia integrar não se manifestava na intenção de constituir um bloco histórico alternativo ao burguês – no interior de uma coalizão nacionalista encabeçada pela burguesia, seja ela nacional ou não, as classes camponesas e operárias se mobilizam no terreno do *outro*, defendendo interesses imediatos estranhos aos seus.

Para o autor, a virtude da Declaração de Março estava no fato de indicar um norte para a ocidentalização da política ao valorizar, ainda que de forma ambígua, as instituições democráticas, podendo romper o etapismo pecebista, no qual a modernização política só ocorreria pelo aprofundamento das contradições do modelo oriental, buscando-se o Ocidente através do Oriente. Entretanto, “o que era radicalmente novo na Declaração de Março não possuía luz própria”²⁵, era apenas uma construção retórica gerada pela necessidade de criação das “frentes amplas”.

A valorização da democracia política não surgiu de uma nova estratégia do PCB para viabilizar a revolução, mas era um recurso tático para solucionar a coalizão das frentes, tanto é que no V Congresso de 1960, momento em que a política das frentes amplas se via respaldada pelos candidatos eleitos à presidência (Jânio Quadros e João Goulart), perdeu-se a ênfase na questão da democracia como um valor em si, sendo novamente avaliada de forma positiva apenas quando se associou a avanços substantivos (como a conquista de direitos e benefícios para as classes urbanas) nas lutas da coalizão nacional.

²⁵ Idem, p. 148.

Este momento da vida política pecebista marcou a polarização que ocorreria no interior do partido após o golpe militar de 1964: enquanto uma vertente se aproximaria do Manifesto de Agosto (1950), propondo a deflagração da luta armada; a outra, vencedora, recuperaria o argumento democrático, apesar da ambigüidade que as frentes amplas representavam naquela conjuntura, tanto pela situação de esvaziamento político da sociedade, quanto pelo fato da burguesia apoiar, ao menos nos primeiros anos, o regime militar.

Entretanto, o endurecimento do regime militar demonstrou a ilusão em se conceber o nacionalismo burguês como força objetivamente revolucionária, para a qual o PCB sempre esteve “fornecendo lastro popular às instituições autoritárias criadas por uma classe e pelas elites políticas que a têm representado no Estado, em seu projeto de expansão nacional-burguês.”²⁶ Tanto é que a partir das Resoluções Políticas do VI Congresso (1967), a despeito das cisões sofridas posteriormente até o período da transição, o PCB retomou o entendimento de que as instituições formais da democracia continham um valor em si para o movimento operário e popular, gerando diversas cisões com os militantes que acreditavam na deflagração da violência contra o regime.

Neste sentido, os autores que tratam da questão democrática entre a esquerda, principalmente a partir de meados de 1970, entendem que a valorização da democracia política foi um dos principais pontos de mudanças adotados pela militância e pelos intelectuais engajados, conforme será visto a seguir.

²⁶ Ibidem, p. 152.

Com o fracasso do socialismo real, Caio Navarro de Toledo entende que para a esquerda democrática²⁷, a radicalização da democracia em favor das classes trabalhadoras tomou a centralidade que possuía, até então, a idéia da revolução nacional. Some-se a isso a dura experiência do regime militar brasileiro e, segundo o autor, entender-se-á porque esta esquerda democrática concebe simultaneamente a democracia como um *meio* e como um *fim*, apesar dos diferentes nuances que a idéia obteve entre os intelectuais (conforme será discutido no final deste capítulo). Segundo Toledo:

O objetivo dos socialistas é a realização de uma democracia social plenamente articulada com a democracia política. Sociedade em que a liberdade e a igualdade venham conjugar-se de forma consistente e permanente.²⁸

Sua crítica às teses do período vai no sentido de delimitar os limites impostos por esta valorização do sistema democrático: segundo ele, utilizar a noção de que a hegemonia popular somente poderia ser obtida por meios consensuais (devido ao rechaço existente no período a quaisquer meios coercitivos) implica em imaginar uma luta social sem conflito de classes, portanto, sem rupturas.

Uma vez que, historicamente, a democracia política conviveu com o liberalismo em diferentes estágios de seu desenvolvimento, sempre apregoando o discurso do Estado neutro e de sua acessibilidade a todos, Navarro adverte para o perigo de, não havendo confronto de classes, não ser possível romper com a hegemonia burguesa. Para ele,

²⁷ Esta esquerda é representada, principalmente a partir dos anos 1970, tanto pelos intelectuais engajados como por setores organizados da sociedade civil, como o novo sindicalismo, setores da Igreja Católica, o Partido dos Trabalhadores, etc., dos quais falaremos adiante.

²⁸ _____. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, E. (ORG). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2º ed., 1994, p. 134.

No âmbito do capitalismo, (...) a democracia tende a se tornar uma *mercadoria*. Como tantas outras formas mercantis, a democracia também pode produzir encantamentos religiosos e metafísicos.

Radicalmente seculares e modernos, os socialistas nada deveriam venerar – nem pessoas, nem coisas, nem instituições.²⁹

Por sua vez, a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo³⁰ entende o contexto dos anos 1970 como reflexo da tradição historicamente adotada pela esquerda: para a autora, a necessidade de procurar descobrir e traçar um caminho especificamente nacional para o desenvolvimento brasileiro decorria de uma preocupação que acompanhou a esquerda durante todo o século XX, tanto a tradicional, representada pelo PC, como as esquerdas alternativas, como a Polop (Política Operária) e a AP (Ação Popular); marcando também a produção acadêmica, inicialmente voltada para um diagnóstico da situação econômica.

Principalmente nos anos 1950, a formação do Estado brasileiro contava com o apoio de diversos intelectuais no sentido de procurar integrar as esferas política e econômica às novas configurações sociais, principalmente urbanas, que se organizavam em torno do trabalho industrial. Porém, seu fracasso tornou-se evidente com o golpe militar de 1964, gerando críticas e autocríticas entre os intelectuais.³¹ Além destas críticas, os anos 1960-1970 marcam uma preocupação por parte dos intelectuais em compreender e reconstituir a trajetória que levou ao golpe militar e, intrínseca a esta questão, revisitava-

²⁹ Idem, p. 136.

³⁰ _____ . **A utopia fragmentada**, op. cit, 2000.

³¹ Idem, p. 89. A relação Estado/intelectuais é relevante para entender o engajamento desta categoria às questões de democracia política e reformas dos anos 1980. O assunto será tratado com mais detalhes no quarto capítulo.

se e criticava-se a tática política do PCB, entendida pelas dissidências como uma das causas do imobilismo da esquerda mediante os fatos.

Assim, para Araújo, mais que as influências teóricas vividas pelos intelectuais, seria a realidade de violência dos anos de chumbo a responsável pela ampla aceitação da democracia entre as esquerdas, que se apropriaram do tema de diferentes formas, além do rechaço à tática pecebista de buscar na democracia um instrumento para a revolução popular sem reconhecer seus valores como sistema de governo, que serão amplamente valorizados frente ao autoritarismo do regime militar.

Por sua vez, há os autores que relacionam a preocupação com a democracia às influências do pensamento gramsciano e do eurocomunismo europeu, correntes que ofereceram suporte ao tema da democracia no Brasil, norteando o pensamento de intelectuais e militantes (principalmente ex-pecebistas), perplexos mediante a questão.

Em sua obra *Gramsci e o Brasil*, Lincoln Secco refaz o movimento do debate intelectual gramsciano primeiramente na Europa e posteriormente no Brasil para demonstrar como as interpretações de sua obra foram, em diversos momentos, utilizadas para legitimar as mais diferentes correntes, desde os comunistas, os social-democratas e até mesmo os liberais. Entre os comunistas, o intuito era apresentar Gramsci como o “homem do partido”, imagem totalmente desgastada e abandonada após a edição Valentino Gerratana das obras do cárcere (1975), que traduz os cadernos na íntegra.³²

Embora atribua a Gramsci a “inspiração” para o debate sobre a democracia entre os intelectuais brasileiros, Secco também entende que a escolha deste autor não foi uma

³² _____ . Op. Cit. São Paulo: Cortez, 2002 – série Questões da Nossa Época.

escolha aleatória ou simplesmente influenciada por um movimento internacional, mas seriam os fatores endógenos da realidade brasileira (como a expansão da educação, a emergência de novas instituições da sociedade civil, a luta pela anistia, etc.) que criariam um ambiente político e intelectual favorável à absorção das idéias gramscianas³³.

Para este autor, o ano de 1975 inicia o segundo ciclo de apropriação das idéias gramscianas no Brasil, sendo Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira pioneiros na divulgação de Gramsci neste período. Também o eurocomunismo de Belinguer (secretário-geral do Partido Comunista Italiano) ganhava cada vez mais espaço entre a esquerda e os intelectuais por defender a universalidade da democracia – argumento que no Brasil choca-se com a estratégia e a tática do PCB – introduzida por Coutinho através das idéias sobre modernização conservadora e Estado ampliado na teoria política brasileira, conceitos que colocarão a centralidade da democracia para o Brasil.

Embora o PCB buscasse alianças de centro, segundo Secco,

(...) uma prática inspirada nos moldes do “etapismo” stalinista jamais poderia infundir uma prática gramsciana de guerra de posições, pois esta constitui uma política de acumulação de forças sob hegemonia da classe trabalhadora com o objetivo estratégico de se atingir o socialismo, completamente distinta da estratégia stalinista de revolução em dois tempos, com uma etapa inicial burguesa.³⁴

³³ Apesar da ênfase deste trabalho recair sobre a influência gramsciana na política e entre os intelectuais engajados, vale lembrar que Gramsci foi amplamente discutido neste período em outras áreas do conhecimento e entre outros segmentos sociais, como a Pedagogia, o Serviço Social, os adeptos da teologia da libertação (através das CEB's e da CNBB), a Sociologia, a Literatura, a História Cultural, em segmentos do novo sindicalismo e outros movimentos organizados. (Idem., p. 54-55).

³⁴ Ibidem, p. 63.

A pergunta que o autor procura responder ao recompor a trajetória da esquerda democrática seria: porque o PCB não se renovou nos anos da abertura? Para ele, o gradualismo pecebista nos anos anteriores ao golpe foi em vão, uma vez que posto em prática em anos em que a política era um fenômeno de cúpulas, a cidadania uma ficção, além do fato de que as políticas democráticas adotadas pela PCB naqueles anos (1940, 50 e 60) visavam pela participação das frentes amplas na política institucional, apesar dos ares golpistas que rondavam o Estado.

No momento em que a sociedade civil irrompe no cenário nacional (a partir da década de 1970), há um movimento desordenado e espontâneo de segmentos populares, que carecem de uma organização fluida e federativa, apta a organizar o que estava apenas se forjando, não de uma estrutura centralizada e quase toda integrada numa luta institucional como era o caso do PCB, que se mostrava inadequado devido ao tipo de grupos sociais (frentes nacionais encabeçadas pela burguesia) que pretendia representar.

Porém, entender a insuficiência do PCB neste novo cenário como responsável pelos debates gramscianos no interior da esquerda democrática, segundo Secco, carece de consistência empírica, uma vez que neste período já havia grupos de esquerda alheios ao PCB alinhados em torno do debate gramsciano, como é o caso do PRC, dissidência do PC do B. Para ele,

O surgimento da leitura eurocomunista de Gramsci no Brasil conviveu desde o início com uma multiplicidade de outras leituras, que envolveram a autocrítica dos integrantes da luta armada, a interpretação de católicos progressistas, o trabalho de estudiosos universitários, em torno principalmente das temáticas dos intelectuais e da educação.

Enfim, toda a documentação apreciada neste estudo (...) mostra que não houve *um sujeito* da recepção de Gramsci no Brasil, mas uma *pluralidade de sujeitos*.³⁵

Tratando mais especificamente do tema da democracia entre os intelectuais engajados, Milton Lahuerta sustenta a tese de que a valorização da democracia e da sociedade civil entre os intelectuais tinha como objetivo não apenas contrapor-se ao Estado autoritário, mas, sobretudo, estabelecer uma nova abordagem interpretativa para a história política do país e para a questão da sociedade civil. Rechaçados pela censura dos ambientes acadêmicos institucionais, estes intelectuais (que não necessariamente se identificavam a um posicionamento de esquerda) tomam a iniciativa de fundar centros de pesquisas que lhes permitissem dar prosseguimento aos seus estudos, bem como abrir espaço para pesquisas de novo tipo, conforme veremos na seqüência.

O autor ressalta que estes intelectuais, pela “condição de filósofos e cientistas sociais (...), reforçada pelo prestígio intelectual adquirido na oposição à ditadura, lhes garante (...) o direito de interferir (...) na elaboração das interpretações (...)”³⁶ que dariam sustentação à nova sociedade civil. Isto significa que neste período, os intelectuais puderam colocar-se como “representantes” deste movimento emergente sem precisarem disputar diretamente o poder no interior das máquinas partidárias.³⁷

³⁵ Ibidem, p. 68. Lincoln Secco segue, em linhas gerais, a mesma hipótese que Ivete Simionatto (**Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social), que por ser uma obra mais especificamente do Serviço Social, será apenas citada como complementar deste escopo bibliográfico. Há também um artigo de Marco Aurélio Nogueira, “Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil” que traz uma importante contribuição sobre o histórico da recepção gramsciana no Brasil (in: COUTINHO, C. / _____.(orgs). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 129-152).

³⁶ LAHUERTA, M.. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. Texto retirado do site **Gramsci e o Brasil**, dia 10/03/2004, p. 15.

³⁷ Idem.

Para ele, o período que se inicia na década de 1970, coroa um processo em curso no interior do Estado brasileiro desde os anos 1950: o desenvolvimento econômico separa-se da democracia, desenvolve-se sob uma ditadura e desvincula-se de um projeto de autonomia nacional. Portanto, os centros de pesquisas inaugurados na época terão como cerne de suas reflexões não somente os movimentos sociais emergentes, mas também a crítica aos paradigmas que nortearam a atuação das intelectuais engajados e suas interpretações sobre a formação do Brasil.

Vale ressaltar que o período entre 1964 e 1975 marcou uma dura repressão do regime militar contra as diversas formas de participação na sociedade, desde os sindicatos até as universidades. Por paradoxal que possa parecer, os ambientes acadêmicos ainda tinham como cerne de suas reflexões certas tendências do pensamento de esquerda e o governo militar investia na ampliação de vagas universitárias, bem como na expansão dos cursos de pós-graduação, inclusive na área das ciências humanas. Contudo, a dura repressão ocorrida também sobre estes espaços, leva alguns intelectuais a se distanciarem das academias e a formarem centros de pesquisa independentes: os principais serão o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap – de 1969)³⁸ e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec – de 1976).

Tem-se, a partir destes novos centros de pesquisa, um progressivo abandono das abordagens temáticas de abrangência estrutural e dualista (como Estado/povo, nacionalismo/imperialismo, comunismo/capitalismo) para uma crescente valorização das

³⁸ Ibidem, p 5.

³⁹ Fizeram parte da formação do Cedec intelectuais como Francisco de Oliveira, Marilena Chauí e inclusive, Luiz Werneck Vianna que, apesar de ser do Rio, fazia seu doutorado com Weffort em São Paulo na clandestinidade, conforme será demonstrado no 3º capítulo. (LAHUERTA, op. Cit, p. 13)

questões referentes à cidadania e ao cotidiano. Recusando o nacionalismo e questionando o estagnacionismo político e econômico, o Cebrap, fortemente enraizado nas reflexões cepalinas, pensará numa modernização da sociedade brasileira de desenvolvimento capitalista dependente e associado. Por sua vez, tendo como maior referência Francisco C. Weffort e centrando-se na idéia de autonomia para a classe operária e para o movimento sindical, o Cedec se preocuparia em demonstrar a herança nefasta do populismo e do nacionalismo para a ação independente destes segmentos, travando um debate com a tradicional esquerda comunista (representada pelo Partido Comunista), cuja principal tática utilizada para alcançar o socialismo foi buscar alianças de classes no interior do Estado, mantendo-se, assim, no entendimento de seus adversários, a reboque da burguesia³⁹.

Paralelo a este movimento intelectual, as esquerdas vêm-se, desde os anos 1980, frente ao fim de um Estado autoritário (motivo pelo qual a democracia era vista com bons olhos), a falência dos regimes comunistas e o surgimento de novas formas de manifestações sociais, cujos atores reivindicavam legitimidade democrática e, em sua maioria, representavam movimentos étnicos, culturais, de classe e de gênero (movimento de minorias) – compondo o que as interpretações gramscianas para o Brasil designariam como “sociedade civil”, conforme se verá a seguir.

³⁹ Idem, p. 04.

Progresso e exclusão: o contexto de emergência da nova sociedade civil

O progresso consolidado nos anos do “milagre econômico” brasileiro tem suas raízes num capitalismo de *via colonial*, no qual a empresa agrícola funcionou como parte integrante do processo de acumulação primitiva do capital, não experimentando, como na Europa, uma produção gerada por laços de feudalidade. Esta forma *colonial* transferiu para o Estado a responsabilidade de manter hegemônicos os interesses do capital, que a partir da II Guerra Mundial redefine suas relações de produção no mundo entre países produtores de bens de consumo e países produtores de bens de produção.⁴⁰

No caso brasileiro, o padrão de acumulação realizado no período Kubitschek é um exemplo expressivo desta situação; houve uma expansão intensa do Departamento produtor de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), seguido pelo desenvolvimento do Departamento produtor de bens de produção.⁴¹

Atendendo aos interesses do capital externo, este modelo de industrialização mostrou-se tardio e atrofiado, pois ao mesmo tempo em que se expandiu baseado no capital externo, teve também que recorrer às indústrias existentes nos países centrais para adquirir os bens de produção necessários a esta nova fase do desenvolvimento industrial, produzindo de forma dependente do capital internacional.

Embora esta nova indústria tenha gerado um grande contingente de operários ocupando as cidades, os bens de consumo não-duráveis, como a alimentação, que é um dos principais bens de consumo desta nova classe trabalhadora tiveram taxas de

⁴⁰ ANTUNES, R..A **Rebeldia do Trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980. São Paulo: Ensaio, 1988, p. 103-104.

⁴¹ Idem, p. 104.

crescimento bastante inferiores, dificultando sua vida na cidade pelo encarecimento destes bens.

Com o golpe militar de 1964, o domínio burguês, protegido dos trabalhadores pelo Estado autoritário, intensificou esta dinâmica produtiva implementando as seguintes medidas: o regime de estabilidade no emprego foi substituído pelo FGTS, rebaixando os níveis salariais dos trabalhadores; o direito de greve (Lei nº 4.330) possuía tantas restrições que tornou seu exercício uma prática impossível, inclusive pela grande interferência do regime sobre os sindicatos; houve aumento da carga tributária acompanhada por contenção de créditos e cortes nos gastos públicos – somados à facilitação da entrada do capital estrangeiro, estas mudanças concomitaram, entre 1968-1973, no “milagre econômico” brasileiro.

Estas medidas demonstram que a superexploração do trabalho e o incremento tecnológico foram os mecanismos predominantes na acumulação de mais-valia (absoluta e relativa) nestes anos. Porém,

(...) ao mesmo tempo em que o arrocho salarial constitui-se num instrumento capaz de sustentar e impulsionar o “modelo econômico”, sua vigência traz como resultado o empobrecimento crescente das massas assalariadas, inclusive durante o auge expansionista.⁴²

Nestes anos, as massas urbanas (das quais parcelas significativas eram compostas por migrantes) deparam-se com diversos tipos de dificuldades, tais como: o acesso à moradia e à cidade, uma vez que os altos preços dos aluguéis destinam aos trabalhadores

⁴² Ibidem, p. 111.

residências cada vez mais distantes dos centros urbanos, em sua maioria em condições precárias (muitas vezes em situação ilegal), sem acesso a saneamento básico e a uma estrutura mínima, como escolas e hospitais; altos índices de desemprego e arrocho salarial pela alta concorrência entre os trabalhadores (entre 1959 e 1973, o salário mínimo real caiu em 25%)⁴³; ostensivo sistema de repressão contra qualquer forma de resistência e organização dos trabalhadores nas empresas, além do amplo aproveitamento da mão-de-obra feminina e juvenil a custos salariais mais baixos.

As experiências da “voragem do progresso” – como a remodelação incessante da paisagem urbana e as mudanças repetidas de casas e trajetos, as longas distâncias, a casa própria como sonho e/ou como realidade, o acesso a novos bens de consumo e a linguagem da televisão, o ritmo febril de cada dia –; as experiências de aculturação dos migrantes na selva urbana e da mobilização das relações informais para enfrentar os desafios; as experiências do desemprego e do despotismo fabril, das diferenças de exploração entre profissionais e peões, jovens e velhos, homens e mulheres (...) foram reelaboradas através dos movimentos sociais.⁴⁴

Se as experiências populares sofrem alterações através dos movimentos sociais, também o Estado a partir da crise de 1973 viu-se na necessidade de recompor as forças econômicas dominantes (capital nacional, estrangeiro e estatal), uma vez que a produção de base nacional não era suficiente para cobrir a dívida externa, levando a altíssimos índices inflacionários.

Neste contexto, a ação militar veio garantir a preservação da estrutura autocrática do capital, cultuando a ideologia do “Estado acima das classes”, onde tanto a “distensão” do governo Geisel como a “abertura” do governo Figueiredo fizeram parte de uma

⁴³ SADER, E.. **Quando os novos personagens entraram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 79.

⁴⁴ Idem, p. 142.

transição da ditadura para uma institucionalização da autocracia econômica do capital. Este processo possibilita a reordenação das classes no poder, cooptando novos setores liberais, preservando a essência da política econômica e aperfeiçoando o aparato político que garantia a dominação burguesa e o controle dos setores subalternos.⁴⁵

Porém, o poder não contava com o afloramento da mobilização da sociedade civil e sua capacidade de gerar contradições no interior da estrutura social, prolongando o processo de abertura ao mesmo tempo em que imprimia características inéditas e inesperadas na ordem democrática em construção.

Para Eder Sader, são três as principais matrizes discursivas que regem esta nova sociedade civil e seus novos sujeitos⁴⁶: setores da Igreja Católica⁴⁷, a esquerda marxista (bastante dispersa nos anos 1970) e o novo sindicalismo. Ao longo dos anos 1970, estas matrizes são reelaboradas e filtradas em outras formas discursivas, apropriadas em diferentes espaços e situações. Pretende-se, neste trabalho, reter as principais características e os principais grupos de atuação que fizeram usos destes discursos.

Representados pela Teologia da Libertação, os segmentos da Igreja Católica que se aproximam das questões sociais e seus problemas têm sua gênese a partir dos anos 1950, quando grupos de jovens católicos (principalmente da Juventude Universitária Católica e da Ação Católica Operária) vão se ligando a lutas populares, principalmente através do

⁴⁵ ANTUNES, op. Cit., pp. 124-125.

⁴⁶ Sader utiliza a noção de sujeito para determinar os agentes deste processo de mobilização da sociedade civil da seguinte maneira: “sujeito autônomo não é aquele (...) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade, (...) como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado” (op. Cit., p. 56.) Portanto, segundo ele, o sujeito da transição não reivindicava apenas suas necessidades imediatas, mas inseria-se num processo em que estas necessidades estavam altamente relacionadas aos interesses e aos contornos que obteria a nova institucionalidade democrática.

⁴⁷ Enquanto instituição, a Igreja Católica apóia o golpe, dando espaço para movimentos progressistas em seu interior na medida em que toma conhecimento das práticas de tortura.

Movimento de Educação de Base (inspirado no método Paulo Freire) e da criação e fomento de sindicatos rurais, dando origem às CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). A própria CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) serve como um apoio importante aos perseguidos pelo regime militar, demonstrando o rechaço da Igreja à ditadura e fazendo-lhe oposição.

Este movimento retoma “a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa”⁴⁸, onde a salvação espiritual prescinde de condições mais humanas de vida e Deus não se contrapõe ao humano, mas manifesta-se através dele quando une-se aos outros por laços de solidariedade e respeito à vida e à dignidade humana. As hierarquias são rejeitadas pela Teologia da Libertação ao mesmo tempo em que a degradação moral das famílias mais pobres é abordada num tom de denúncia social contra as estruturas do capitalismo, responsável pelo aviltamento da condição humana. Dos anos 1950 aos anos 1980, as CEB's se multiplicam na zona rural, mas começam a ocupar também as periferias das grandes cidades. Em 1981, havia 80 mil espalhadas por todo país.⁴⁹

Reelaborando coletivamente o cotidiano de seus membros, a filosofia das CEB's procura imprimir a idéia de libertação como fim da opressão, extrapolando a idéia de salvação individual pregada pelas correntes tradicionais do catolicismo, onde as boas coisas são tratadas como bênçãos de Deus. Entretanto, esta matriz discursiva não objetiva

⁴⁸ SADER, op. Cit., p. 151.

⁴⁹ Idem, p. 156

a instauração de uma nova estrutura, mas “a instauração de novos sentidos e valores nas ações humanas”.⁵⁰

Por sua vez, as esquerdas emergentes dos anos 1970 trazem consigo a dor e a frustração da luta armada (cuja derrocada foi a Guerrilha do Araguaia, 1974) ao mesmo tempo em que conhecem um movimento de “ida ao povo” através do método de educação popular de Paulo Freire e da influência do eurocomunismo europeu e da teoria gramsciana.

Estas esquerdas, no período, convivem com a autocrítica de que o movimento armado, além de não conseguir estabelecer vínculos sólidos com as massas –situação que leva grupos como a AP (ação Popular), o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e a Polop (Política Operária), entre outros, a uma aproximação de grupos operários independentes ou de oposição sindical, adotando discursos e posturas de acordo com suas opções teóricas.

Nas academias formam-se estudantes de medicina que se deslocam para a periferia para trabalharem como sanitaristas, incentivando formas de organização popular em torno do tema da saúde pública, principalmente na Zona Leste de São Paulo.⁵¹ Em outros cursos, profissionais sem nenhuma experiência em militância inspiram-se no marxismo para exercerem atividades junto a organizações populares, além de militantes e células avulsos que trabalham com a população independente das estratégias em que se enquadravam.

⁵⁰ Ibidem, p. 165.

⁵¹ Ibidem, p. 175.

Os lugares públicos decisivos onde se reelaboraram as experiências populares foram constituídos pelas pastorais católicas e expressaram essa hegemonia. Mas essas pastorais não tinham um discurso capaz de dar conta dos problemas das lutas de classe e das condições da sociedade capitalista, tal como requeriam os militantes [os marxistas]. Foi por aí que entraram as teses de uma abordagem dispersada. Entraram desarticuladas dos seus discursos de origem, montados como programas e estratégias revolucionárias.⁵²

Quanto ao “novo sindicalismo” da década de 1970, a reivindicação por autonomia era uma palavra de ordem. Desde o governo de Getúlio Vargas (1950-1954) até meados de 1970, o segmento conhecia o que se chamou de sindicalismo populista, no qual os trabalhadores trocavam o apoio ao governo por relativa mobilidade de greve e ação.

Além deste apoio, este modelo de organização sindical, cuja principal luta era por melhorias salariais, contava com a contribuição de um dia de salário por ano dos trabalhadores do segmento. Portanto, qualquer esforço para organizar os sindicatos fora da estrutura oficial, além de ilegal, provavelmente fracassaria por falta de recursos financeiros e humanos, já que para as principais lideranças o sindicato vinculado ao Estado era mais conveniente.

Contudo, o golpe militar de 1964 gera profundas mudanças na relação do Estado com o movimento operário. Dispondo de medidas previstas na própria legislação trabalhista, os militares promovem a exclusão da classe trabalhadora de vida política e a desarticulação do movimento sindical, que havia ganhado força na primeira metade da década de 1960.

Centrais sindicais como a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) são fechadas, suas lideranças, cassadas e substituídas por agentes do Estado no controle dos trabalhadores. A única saída vislumbrada para driblar este controle seria fazer

⁵² Ibidem, p. 178.

negociações diretas com os patrões, transferindo a ação do âmbito social (já que as greves e as manifestações em espaços públicos eram amplamente reprimidas) para o interior da indústria através das comissões de fábrica. Para a maior parte dos sindicalizados, estas comissões de fábrica teriam a função temporária de executar tarefas específicas, como coletar assinaturas para um abaixo-assinado; mas para os mais radicais, estas comissões seriam a base para um tipo mais autêntico e militante de sindicalismo.⁵³

Este processo coincide com o período da “distensão” do Governo Geisel (1974), onde o aumento da representatividade do MDB e o amplo movimento da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pelo retorno do *Estado de direito* confere alguma legitimidade à organização destas comissões de fábrica, uma vez que se expõe para a sociedade, além das reivindicações do setor, a necessidade do retorno à democracia.

Assim, no final da década de 70, o movimento operário começou a tomar forma de movimento de massa, com lideranças sindicais eleitas dentro da estrutura oficial, desafiando publicamente as suas regras, tornando o “novo sindicalismo” um fenômeno público.⁵⁴

Segundo Keck, esta nova estrutura sindical não surge de forma paralela à estrutura tradicional, mas de seu interior, diferenciando-se dela por três características básicas: há uma ênfase crescente na organização de base e seu maior contato com as lideranças; reivindica-se revisão da legislação trabalhista para que, entre outras coisas, o sindicato pudesse negociar diretamente com o patronato; e maior disposição dos sindicalizados para

⁵³ KECK, M. E.. O “novo sindicalismo” na transição brasileira. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 390.

⁵⁴ Idem, p. 391.

a militância, embora soubessem que sofreriam repressão tanto do Estado como do patronato.

Além do aumento no número de trabalhadores sindicalizados, tem-se um aumento significativo de categorias sindicalizadas, principalmente na área rural e nos setores modernos de indústria e serviços. No V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, sindicalistas mais radicais pressionam para que se assinasse uma Carta de Princípios que conta com o apoio de 37 sindicatos exigindo democratização política, uma política econômica voltada para a melhoria das condições de vida da população, direito à greve, a negociações coletivas e representação sindical, etc., enfim, tem-se um período de horizontalização das relações sindicais ao mesmo tempo em que o movimento reivindica melhorias nos salários e no trabalho tendo em vista um modelo político (democrático) para o país. Nas palavras de Ricardo Antunes:

(...) a campanha iniciada pelo Sindicato (...) teve múltiplas significações: *primeiro*, trouxe maior ímpeto para que se desse continuidade ao trabalho de mobilização junto às bases operárias (...); *segundo*, permitiu a parcelas significativas do operariado metalúrgico a apreensão, ao nível da consciência *contingente*, da superexploração do trabalho (...); e, *terceiro*, possibilitou, de maneira transparente, mostrar a inviabilidade de uma opção que privilegiasse, em sua ação, os caminhos das negociações com o governo e o empresariado, mostrando os limites dessa trajetória (...).⁵⁵

Desta maneira, a campanha de reposição salarial em 1977, as ondas de greves sem precedentes nos anos 1978-9, e em menor escala, 1980, estabeleceram uma clara liderança dos metalúrgicos, principalmente na região do ABC paulista, sobre o movimento operário. Este período consagra Lula como líder no movimento metalúrgico,

⁵⁵ ANTUNES, op. Cit., p. 18.

ganhando destaque inclusive nos meios de comunicação de massa, embora as primeiras greves (principalmente em 78 e 79) tenham surgido espontaneamente no interior das fábricas (primeiro sob a forma de paralisações internas, como as “operações tartaruga”), para serem assumidas posteriormente pelos sindicatos.

Ao final destas campanhas salariais, o aparato repressivo havia excluído da vida pública os principais representantes sindicais. Somado a isso a crise econômica dos anos 1980, as greves operárias têm cada vez mais um caráter eminentemente político, ganhando o estatuto de movimento político na medida em que incorporam reivindicações pela volta do *Estado de direito*.

Embora as reivindicações permanecessem basicamente as mesmas, a década de 1980 marca um momento que altera de modo significativo a atuação das lutas sindicais, pois cada vez mais as negociações se dão entre o patronato e os trabalhadores. Isto é, os conflitos gerados no mundo trabalho entre os diferentes interesses de classe se embatem sem a mediação do Estado, que até aquele momento se comportava ou como mediador do conflito, ou como repressor da classe trabalhadora.

Conforme Sader⁵⁶, estas diferentes matrizes discursivas que nortearam a mobilização da sociedade civil no processo da abertura democrática tomaram diferentes formas de acordo com o grupo e região onde se apropriavam delas. Estas contestações refletiram nos resultados eleitorais, segundo descreve Witkoski:

Ainda que o milagre brasileiro, no campo econômico, demonstrasse fôlego de crescimento relativo, o ponto de inflexão nesse processo foram (...) as eleições de 1974

⁵⁶ Op.cit..

que, nas fronteiras da chamada “distensão” de Geisel, tocaram o miolo da legitimação político-institucional. Embora o governo houvesse adotado previamente às eleições de 1974 um conjunto de medidas liberalizantes, (...) o partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, ampliou consideravelmente suas votações, tanto na Câmara Federal como nas Assembléias Estaduais, mas sobretudo no Senado (...).⁵⁷

Mediante o avanço da oposição, da qual fazia parte a CNBB, a OAB, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da qual o MDB é o representante institucional, o governo adota medidas capazes de inviabilizar uma possível vitória da oposição nas eleições de 1978. Dispondo das determinações do AI-5, Geisel promulgou em 1977 um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como Pacote de Abril, dificultando o avanço da oposição no poder (como os senadores biônicos) e a posterior subdivisão do país na criação de dois novos estados, Mato Grosso do Sul, 1977 e Rondônia, 1981, regiões capazes de fornecer parlamentares dóceis ao governo federal.

Segundo Bolívar Lamounier, a vitória do MDB em 1974 e suas posteriores vitórias regionais, exercem um impacto substancial sobre a sociedade brasileira e o Estado em, pelo menos, dois sentidos: primeiro, o voto (principalmente nas cidades) assume um caráter claramente plebiscitário, isto porque embora o governo esperasse que o resultado das urnas viesse demonstrar apoio ao “projeto de revolução” dos militares, a vitória do MDB denuncia o rechaço da sociedade à ditadura, mesmo com a distensão em andamento.

Em segundo lugar, a adesão popular nas urnas e a posterior vitória da oposição demonstraram a falência do sistema bipartidário adotado pela ditadura e apagaram

⁵⁷ WITKOSKI, A. C.. **Diversidade intelectual e cultura política**. Abordagem gramsciana da pedagogia petista. São Paulo: Annablume, 2000, p. 35.

qualquer vestígio do sistema eleitoral anterior a 1964, essencialmente bipartidário, ainda que ambos apoiassem o governo.

(...) no Brasil, começando em 1974, o processo eleitoral foi de fato um teste de forças e de legitimidade, e não o símbolo e o coroamento de um pacto de transição já acertado noutras bases entre os atores relevantes. Foi quase o ponto de partida do processo. Os resultados de 1974 sinalizaram o desejo de mudança que se vinha formando no seio da sociedade, impulsionaram a organizações de oposições variadas em um partido político (o MDB) e reforçaram a disposição inicial do governo Geisel de implantar um projeto de liberalização controlada, que encontrava resistências nos setores mais intransigentes do regime.⁵⁸

Com o início do processo de abertura, as eleições têm como condição a participação de, no mínimo, 5% do eleitorado nacional e 3% nos estados para a Câmara Federal e os partidos que concorressem às eleições deveriam obter um número significativo de votos nos estados e municípios. Porém, as alianças partidárias são proibidas em 1981 para enfraquecer as frentes oposicionistas e embora o regime democrático seja pluripartidário, na maioria dos estados ainda predominava o bipartidarismo, com exceção de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Por sua vez, o pluripartidarismo traz ao cenário político os seguintes partidos: o PDS (Partido Democrático Social), substituindo a ARENA; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), substituindo o MDB; o PP (Partido Popular), aglutinando um centro liberal, que depois é incorporado pelo PMDB; o PTB (Partido

⁵⁸ LAMOUNIER, B.. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). Op. cit, p. 122.

Trabalhista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), ambos herança getulista; e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Este último, como não se poderia deixar de mencionar, surge de uma aglutinação de interesses de diversos setores mobilizados na sociedade, como representantes do novo sindicalismo – entre os quais Luis Inácio Lula da Silva é uma figura de destaque – militantes independentes, intelectuais que adotam uma postura de esquerda como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Francisco Weffort, Marilena Chauí, segmentos da Igreja Católica e, em menor quantidade, militantes de movimentos populares e estudantis.

Inicialmente, a recorrência às bases é o que caracteriza a identidade do PT, pela negação da ordem institucional, como manifestação “da vontade de independência política dos trabalhadores”.⁵⁹ O partido que se coloca como representante da vontade geral dos movimentos sociais em parceria com os intelectuais orgânicos – o “Príncipe Moderno”⁶⁰, demonstra claramente a influência gramsciana na sua formação, influência que já permeava os debates dos intelectuais, dos católicos, dos educadores e de diversas outras categorias, ainda que no interior do partido não se encontre uma concepção filosófica unívoca sequer em torno do conceito do socialismo.

Porém, num sistema democrático (no caso brasileiro, ainda em construção), é inviável que um partido queira disputar hegemonia sem se inserir no processo político, por mais que sinta a necessidade de antes se fortalecer enquanto partido junto às bases, e esta é justamente a discussão que o PT assume em seu V Encontro Nacional (1987), sob a

⁵⁹ MANIFESTO do Partido dos Trabalhadores. In: GADOTTI, M./PEREIRA, O..**Pra que PT?** São Paulo: Cortez, 1989, p. 27.

⁶⁰ SECCO, op. cit, p. 32.

prevalência da Articulação como maioria: tornar a classe trabalhadora em “classe hegemônica e dominante no poder de Estado”,⁶¹ isto é, disputar o processo eleitoral.

Termos como hegemonia e bloco histórico invadem os artigos das revistas dos partidos e seus documentos, numa clara tentativa de incorporar alguns conceitos gramscianos. Por outro lado, o basismo e o discurso do respeito às diferenças, de aglutinação de interesses, são deixados um tanto de lado na prática, uma vez que o I Congresso resulta na expulsão das correntes Causa Operária e Convergência Socialista.

Carlos Alberto Marques Novaes⁶² afirma que a opção pela institucionalidade é acompanhada da afirmativa de que o PT não poderia assumir sua autonomia enquanto partido de massa administrando ao mesmo tempo a direção política de movimentos sociais. Desta maneira, vê-se um progressivo afastamento de sindicalistas e lideranças populares na medida em que aumenta o número da militância remunerada.⁶³

Embora exiba os resultados de uma burocratização auspiciosa, que o torna o partido de extração popular mais importante da história política brasileira, o PT é um projeto político ameaçado por distorções oriundas de seus próprios êxitos: a aceitação progressiva da (...) política institucional, combinada com a constituição de uma estrutura partidária crescentemente centralizada, (...) implica para o PT os riscos de cada vez mais emaranhar-se na ordem institucional que principiou combatendo, perdendo a autonomia estratégica que um partido de massas e socialista requer.⁶⁴

Contudo, aceito o jogo eleitoral, o partido ganha cada vez mais espaço e um número de eleitores cada vez maior durante a década de 1990, atraindo mais militantes e

⁶¹ RESOLUÇÃO Política do V Encontro Nacional do PT. Brasília, 4, 5, e 6 de dezembro de 1987, p. 10. in: SECCO, L.. **Gramsci e o Brasil**. Op. cit, p.75 – série Questões da Nossa Época.

⁶² _____. PT: dilemas da burocratização. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 35, mar/1993, pp. 217-237.

⁶³ Idem, p. 228.

⁶⁴ Ibidem, p. 227.

ganhando representação no Parlamento, tornando-se um instrumento importante para a sociedade civil nos anos 1990, conforme será tratado no Capítulo II.

Os intelectuais e a nova sociedade civil: o debate democrático.

Embora o movimento democrático ao longo dos anos 1970-80 ganhasse força entre diferentes segmentos sociais em diferentes regiões, será dado destaque ao engajamento entre os intelectuais acadêmicos nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, especialmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade de São Paulo (USP), grupos com os quais Vianna encontra-se mais diretamente relacionado.

Uma vez que este trabalho pretende delimitar o contexto intelectual que baliza as reflexões de Werneck Vianna, optou-se por dialogar com os intelectuais de maior representação da USP e da UFRJ, isto é, com Francisco Corrêa Weffort e Carlos Nelson Coutinho, estabelecendo suas relações com outros intelectuais de forma secundária, na medida em que se faça necessário.

Após três anos de exílio na França e na Itália (1976-78)⁶⁵, Carlos Nelson Coutinho retorna ao Brasil e introduz o debate sobre a universalidade da democracia inspirada no eurocomunismo italiano e no pensamento gramsciano através de seu polêmico artigo, *A democracia como valor universal*, cuja primeira edição é de 1980, ano em que é expulso do PCB⁶⁶. Este artigo parte da interpretação das categorias gramscianas para analisar o modelo democrático como caminho para a esquerda preocupada em alcançar o poder

⁶⁵ SIMIONATTO, op. cit, p. 124.

⁶⁶ SECCO, op. vit, p. 61.

político e regê-lo voltado a uma proposta socialista através da articulação entre democracia direta a democracia representativa, a exemplo do eurocomunismo europeu.

Temendo o corporativismo de classes e valorizando a preservação da democracia como forma (instituições democráticas e representatividade eleitoral), Coutinho coloca as características que determinam a dinâmica do processo democrático como prioridade em relação aos interesses em torno dos quais estas instituições se organizam (conteúdo democrático, isto é, valores ideológicos e políticos que sustentam a democracia). Desta forma, ao conceituar a sociedade civil e o Estado amplo como características do Estado moderno brasileiro, confere ao pluralismo da sociedade civil gerado na “guerra de posições” como propulsor de um processo dialético onde a democracia liberal superar-se-ia e se elevaria a uma democracia socialista, implementada através de reformas radicais.

Este artigo é fruto de uma trajetória política e intelectual de Coutinho da qual é necessário salientar alguns aspectos: como estudioso de Gramsci desde meados de 1970, ensaia algumas reflexões durante a primeira metade da década de 1960. Suas experiências junto à esquerda situam-se na participação no PCB, no qual perde influência a partir dos anos 1980, quando melhor define suas reflexões sobre Gramsci, fazendo uma opção pelo centro e dando primazia à legalidade institucional. Como professor titular da UFRJ em Serviço Social deve-se reconhecer seu destaque como intérprete de uma leitura gramsciana no Brasil, bem como sua participação na tradução e divulgação das obras de Antonio Gramsci entre os intelectuais brasileiros, assim como Marco Aurélio Nogueira.

Partindo dos conceitos “revolução passiva”, “Estado ampliado” e “sociedade civil”, este autor constrói um arcabouço interpretativo para o Brasil que ocupa uma

extensa bibliografia, tratando desde os temas da transição democrática até os temas relacionados à esquerda e perspectivas para sua atuação. Por esta extensão do seu trabalho, tratar-se-á de definir os conceitos considerados centrais para focar suas discussões que estejam no cerne do debate dos anos 1980.

Em seu artigo *A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista* (1990), o autor partirá das concepções marxiana e engelsiana de Estado e Revolução para analisar a forma como estes conceitos evoluem no pensamento marxista de acordo com a evolução política e histórica vivenciada pelos autores. Da simplicidade das configurações de classes (burgueses e proletários) do século XIX, que parece dar lugar no Estado apenas a uma classe, gestando-lhe os interesses; passando pelas formulações leninistas e trotskistas por ocasião da Revolução Russa, Coutinho re fará este percurso, citando ainda os austromarxistas (Rosa Luxemburgo, Max Adler, Hans Kelsen, Otto Bauer, etc.), para chegar ao autor que considera o ponto alto na reformulação destes conceitos: definindo historicamente “Estado restrito” e “Estado amplo”,⁶⁷ Gramsci identifica nesta complexificação do Estado⁶⁸ a distinção entre “sociedade política” e “sociedade civil”.

Atribuindo à primeira as características tradicionais do Estado (gestão coercitiva), a segunda, para Gramsci, designa, ao contrário “um momento ou uma esfera da ‘superestrutura’. [Ela é] mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela

⁶⁷ Estes novos elementos, segundo Coutinho, não “eliminam o núcleo fundamental da teoria ‘restrita’ de Marx, Engels e Lênin (ou seja, o caráter *de classe* e o momento *repressivo* de todo poder de Estado), mas o repõem e *transfiguram* ao *desenvolvê-lo* através do acréscimo de novas determinações. Temos aqui (...) um movimento que vai do abstrato ao concreto e que reproduz um movimento diacrônico ocorrido na própria realidade social.” (_____. In: _____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994, p 53)

⁶⁸ Embora mantenha características coercitivas, o Estado moderno gramsciano adquire e desenvolve outras, superestruturais, capazes de manter o *status quo* através da obtenção do consenso, e não mais apenas pelo exercício da coerção.

representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias.”⁶⁹ Dentro desta nova realidade política, também o conceito de revolução, recebe em Gramsci a polêmica terminologia da “revolução passiva” que, para Coutinho, destaca

O caráter processual e molecular da transição revolucionária nas sociedades ‘ocidentais’: a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista progressiva de posições através de um processo gradual de um novo bloco histórico (...) ao poder do Estado.⁷⁰

É por meio destas chaves interpretativas que Coutinho lançará um olhar sobre a realidade brasileira: visão que tem como pressuposto a teoria política gramsciana, da qual procura fazer uso.

Em sua obra *Democracia e socialismo*, compilação editada em 1992 com seus principais artigos, inclusive *A democracia como valor universal*, percebe-se que sua maior preocupação está em travar um debate com a tradição da esquerda e com as novas correntes surgidas a partir dos anos 1970. O processo de transição “fraca” é sentido pela força concentrada no Poder Executivo, que trava suas relações políticas ainda em configurações populistas (resquícios que a escola paulista entende ter sido interrompido no governo militar) e ancorado numa forte repressão militar. Neste contexto, para ele, este processo de transição fraca tem em seu horizonte dois modelos democráticos possíveis: ou o liberal-corporativismo (à moda norte-americana) ou a democracia de massas (à moda do eurocomunismo).

⁶⁹ Op. cit, pp 53-54.

⁷⁰ Idem, p 60.

Partindo destes modelos para propor duas formas hegemônicas possíveis (já que, para ele o governo militar representou uma “ditadura sem hegemonia” pois, mesmo favorecendo os interesses econômicos do capital, não viu a burguesia se consolidando como poder político), enquanto no modelo norte-americano prevalecem os partidos não engajados ideologicamente, as práticas políticas de *lobby*, o sindicalismo apolítico, os processos de privatizações e o favorecimento do corporativismo econômico; no modelo europeu há a prevalência do fomento de movimentos sociais, partidos e sindicatos politizados, capazes de combater a apatia política e valorizar a cidadania, tendo ainda o predomínio das instituições estatais e dos interesses públicos nas ações políticas. Acredita que, devido ao caráter excludente do modelo neoliberal, a implantação da democracia de massas fomentando a participação seria uma forma de dificultar a implantação deste modelo na realidade sócio-política brasileira.

O que parece que o autor não leva em consideração são as diferenças fundamentais entre a formação política européia e a brasileira: nesta cultura em que o moderno chega através da passividade e do clientelismo, há uma dificuldade de participação social nos espaços públicos; portanto, a criação de mecanismos de atuação política não é suficiente para garantir uma efetiva participação popular.

Esta matriz de seu pensamento será fortemente criticada pelos intelectuais paulistas de esquerda, para os quais a formação perversa das democracias latino-americanas e suas conseqüências para o movimento operário brasileiro – especialmente através do populismo – colocam em xeque a validade de uma democracia despreocupada com as

deformações sociais ocorridas pelo desenvolvimento desigual e “de cima para baixo” das sociedades de capitalismo tardio.

Como dito anteriormente, o Cedec surge como espaço de debate tanto com a tradição política brasileira como com a tradição da esquerda, fato que coloca o pensamento de Francisco Weffort⁷¹ no centro da produção acadêmica paulista. Uma de suas obras de maior peso para a compreensão do debate que se trava nos anos 1980 e 1990 é *Qual democracia?*⁷², cuja primeira impressão é de 1992. Nesta obra, que é uma compilação de ensaios escritos entre 1988 e 1992, o autor debate com as reflexões sobre democracia expostas no artigo *A democracia como valor universal*, de Coutinho. Ao contrário deste autor, que busca sistematizar uma prática política capaz de interferir na realidade para criar o novo, Weffort trará à luz em sua abordagem primeiro uma leitura da realidade brasileira e da situação das democracias latino-americanas para, partindo desta realidade, pensar os rumos possíveis para a nova sociedade civil.

Abordando a paralisia econômica e social do Brasil nos anos 1980, caracteriza a ingovernabilidade como resultado da falência dos modelos democráticos latino-americanos que, com o fim dos regimes autoritários, procuram associar participação

⁷¹ Vale ressaltar que mesmo antes da transição, Weffort já se mostrava avesso à atuação pecebista, atuando, até sua participação no PT, exclusivamente em ambientes acadêmicos, conforme se nota na bibliografia consultada (SIMIONATTO, Op. Cit).

⁷² Embora a obra aqui citada analise o pensamento deste autor a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (período no qual centra-se a pesquisa, por isto sua relevância), não se pode esquecer da importância de sua obra *O populismo na política brasileira*, de grande relevância para o período marcado pela fundação do Cedec, dando origem a outros estudos sobre o tema, como **Lições de liberdade e de opressão**, de J. A. Moisés, de 1982 e **Liberalismo e Sindicato no Brasil**, tese de doutorado defendida por L. W. Vianna sob sua orientação em 1976. Nesta obra aponta a inoperância do PCB e seus equívocos em relação ao momento político vivido, mas coloca também o papel do populismo para a emergência de um movimento de massas (ainda que manipulado) que com o fim da ditadura interrompe também esta tradição (populista) e dá origem a um movimento de massas de novo tipo, capaz de agir de acordo com seus interesses, fora de uma arquitetura modernizante idealizada pelo Estado.

democrática associada ao desenvolvimento econômico (segundo sugestão do próprio Cepal).

Weffort sustenta a idéia de que a inoperância do que Guillermo O'Donnell denomina como “democracia delegativa”⁷³ não está no fato dela parecer contrapor-se à “democracia representativa” (oposição que não é real, já que ambas as formas podem coexistir num mesmo sistema democrático), mas no fato das democracias latino-americanas terem se consolidado num ambiente de extrema desigualdade social, impossibilitando um projeto de nação que busque pautar-se no “bem comum” ou que queira desenvolver-se associando o desenvolvimento econômico a uma efetiva participação dos cidadão junto ao Estado.

Conforme expressa muito bem Vera da Silva Telles,

(...) as distâncias sociais são tão grandes que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais; o fosso social é imenso, e parece obstruir a possibilidade mesma de uma linguagem comum e, portanto, do convívio social, interlocução e debate comum em torno de questões pertinentes. Isso é propriamente o *apartheid* social.⁷⁴

Tendo em vista esta perversidade que o desenvolvimento autoritário e desigual criou nas democracias latino-americanas, Weffort ocupar-se-á do caso brasileiro a fim de propor um norte para a prática de uma democracia capaz de agregar a si valores

⁷³ Apresentando-se como a parte do sistema democrático que concentra os centros de decisões das lideranças políticas, no caso da América Latina, este modelo, segundo o autor, é o que caracteriza todo o sistema democrático, originando “democracias disformes, condenadas a uma instabilidade crônica que as obriga a viver na fronteira da regressão autoritária”. (WEFFORT, F. C. **Qual democracia?**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 11.)

⁷⁴ _____ . Sociedade civil e a construção de espaços públicos. in: DAGNINO, E. (org). op. cit, p. 95.

socialistas. Para ele, a crise do Leste Europeu gerou uma crise do próprio conceito, permitindo que o capitalismo, utilizando o discurso da liberdade, coloca a democracia como algo que o complementa, em detrimento do socialismo de tradição marxista-leninista, que aparece historicamente como um regime repressivo.

Uma vez que o autor se propõe a uma leitura da realidade, ao contrário de Coutinho, que procura nos modelos políticos existentes uma solução para a democracia brasileira, pontua a impossibilidade de um sistema socialista neste período histórico, afastando de sua leitura uma saída revolucionária. Porém, para ele a democracia parece ter valor apenas como forma de governo, de inserção social e de participação da sociedade nos espaços políticos – pensa numa democracia participativa, cujo principal intuito, se não há a possibilidade da implantação de um sistema de governo socialista – será o de disseminar nesta ordem democrática os valores socialistas de convivência.

Como entende ser impossível a supressão da divisão entre dirigentes e dirigidos, Weffort considera função da esquerda ampliar os espaços de participação da sociedade civil, especialmente junto a instituições que se relacionem ao mundo do trabalho (como é o caso dos sindicatos), para que nestes espaços possam ser disseminados novos valores quanto à concepção e práticas de convivência, criando, numa perspectiva gramsciana, espaços para a construção de uma nova hegemonia.

Entretanto, percebe-se que em suas análises sobre democracia, Weffort faz um uso instrumental dos conceitos gramscianos, demonstrando estar mais preocupado com o debate travado entre os intelectuais brasileiros (cuja base é gramsciana) que com uma

leitura de Gramsci. Nos anos 1990, quando se vê diluir este debate, Weffort assume o cargo de Ministro da Cultura nos oito anos do governo FHC.

Parte desta geração que pensará o Brasil através da iniciativa do Cedec, José Álvaro Moisés, partindo de suas reflexões sobre as organizações partidárias e sindicais (reflexões vistas em sua obra já citada em nota neste capítulo, cujo prefácio é sintomaticamente escrito por Luís Inácio Lula da Silva), no ano de 1995, lança sua obra *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas de legitimidade de democrática*, obra aqui destacada pela sua relevância no debate.

Apesar das discordâncias vistas entre os intelectuais democráticos quanto à realidade brasileira e à efetiva participação da esquerda, tem-se a proposta de um movimento reformista, que garanta a permanência da democracia como base de qualquer intervenção da sociedade civil junto ao Estado, tema que será retomado nos dois últimos capítulos para analisar a inserção de Werneck Vianna nos anos 1990, após a apresentação de um panorama desta década e suas mudanças, feita no 2º capítulo.

Capítulo II:

Anos 1990 e neoliberalismo: antecedentes e aspectos gerais

Com a abertura democrática, devido aos diversos fracassos da política nacional em viabilizar um modelo que tivesse no intervencionismo estatal o agente responsável por equacionar as relações econômicas e sociais – fator que, aliás, contribuiu para o declínio do regime autoritário – os primeiros anos da transição foram marcados por incertezas políticas e pela falência de planos econômicos para os quais a antiga fórmula do FMI de desvalorização da moeda e maior controle fiscal e monetário não eram mais suficientes para controlar a inflação e retomar o desenvolvimento.⁷⁵ Entretanto, após duas décadas de autoritarismo político, os anos 1990 inauguram na história política brasileira um contexto sem precedentes de participação democrática, garantida pela Constituição de 1988 e reivindicada pelo movimento das “Diretas Já”: sufrágio universal, liberdade político-ideológica, pluripartidarismo, voto direto nas eleições presidenciais, etc..

Até o golpe militar, o número de eleitores não chegava a 50% entre os indivíduos maiores de vinte anos e o título de eleitor servia como documento de identidade, tornando-o obrigatório principalmente entre a população urbana alfabetizada. Entretanto, a partir da lei de 1º de junho de 1985, que abolia o veto constitucional ao voto dos analfabetos, tem-se uma adesão de 97% da população acima de vinte anos à participação

⁷⁵ SALLUM JR., B.. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Texto retirado do site **Gramsci e o Brasil** em 10/03/2004, p. 2.

eleitoral, demonstrando o interesse no processo político das mais diversas camadas sociais, tanto urbanas como rurais⁷⁶.

Em contraste com esse tipo de “cidadania compulsória” sucedeu, na segunda metade da década de 1980, um fenômeno de cidadania deliberadamente reivindicada, de “demanda de cidadania”.⁷⁷

Durante a década de 1970, percebia-se a diminuição dos votos brancos e nulos, o aumento da adesão às urnas, paralelo a um crescente avanço do MDB sobre a Arena nas eleições senatoriais de 1974 e nas eleições para governadores em 1982. Somadas à campanha de 1989 pelas “Diretas”, traduzem uma adesão e uma constância cada vez maior dos eleitores nas urnas e o rompimento definitivo com a tradição política dos anos anteriores ao golpe, nos quais a experiência de dois regimes autoritários (Estado Novo e golpe de 1964), a hipertrofia do Executivo (altamente arbitrário), a concentração e o verticalismo do Estado vinham mais no sentido de bloquear o acesso ao poder que para garantir uma participação efetiva.

Se, por um lado, o Estado interessava-se em bloquear a participação popular, o processo de sua modernização gerou mecanismos e instituições que cada vez mais forçavam a abertura do poder às mais diferentes forças sociais, principalmente às novas elites surgidas do rápido processo de industrialização, mas também às massas urbanas emergentes, para as quais o sindicalismo populista foi o principal viés aglutinador e

⁷⁶ ALENCASTRO, L. F.. Cultura democrática e presidencialismo no Brasil. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 35, mar/1993, pp. 21-30.

⁷⁷Idem, p. 23.

mobilizador junto ao Estado, consolidando, a partir da Constituição de 1988, o que Bolívar Lamounier qualifica como “democracia consociativa”⁷⁸:

Deve-se considerar a objeção de que não se trata de uma estrutura consociativa deliberadamente estabelecida, e sim de uma “situação” consociativa, isto é, de uma dispersão momentânea do poder, como conseqüência de uma recém-finda transição política, ou do perfil jurisprudencial ainda fluido da Constituição de 1988, ou ainda da própria crise, que dilui e debilita temporariamente alguns dos pilares tradicionais do poder. O subsistema eleitoral-partidário vem evoluindo no sentido consociativo há muito mais tempo. (...) esse modelo caracteriza-se, de um lado, pelo baixo custo do acesso ao poder partidário e parlamentar; de outro, pelo virtual poder de veto que confere às minorias – pequenos partidos e minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas – , com a intenção explícita de impedir que agrupamentos majoritários predominem simplesmente em virtude de sua força numérica.⁷⁹

Para o autor, são três os pilares que consolidam o sistema político brasileiro, advindos do Estado Novo e perpassando a própria Constituição de 1988: o *corporativismo*, cuja intenção seria fragmentar os conflitos capital-trabalho no âmbito do controle administrativo; o *consociativismo*, elemento introduzido fundamentalmente pela ideologia liberal dos anos 1930; e o *presidencialismo plebiscitário* que, remontando ao papel exercido por Vargas, projeta no Executivo as aspirações ideológicas de massas

⁷⁸ Lamounier utiliza-se do termo “consociativo” no sentido empregado por Lijphart (“Os modelos majoritário e consociacional da democracia. in: LAMOUNIER (org.) **A ciência política dos anos 80**. Brasília: Ed. UnB, 1982), isto é, de criação de um novo tipo de consenso, em contraste com o modelo majoritário. Lijphart utiliza o termo para classificar democracias européias avançadas como as da Suíça, Holanda e Bélgica, em que a convivência próxima com os regimes totalitários da Europa durante o século XX gerou este modelo democrático no qual a minoria nunca está totalmente excluída dos centros de poder, impedindo a aplicação arbitrária das regras da maioria. Nestas sociedades, estes mecanismos democráticos vêm garantir a existência da pluralidade, pela sobrevivência de diferentes grupos étnicos, religiosos, lingüísticos, etc., em contraste com os modelos democráticos majoritários, onde a maioria eleitoral governa e a minoria faz oposição, como é o caso do Reino Unido e da Argentina. Entretanto, Lamounier ressalta que no caso brasileiro, a característica consociativa da democracia não surge de uma reivindicação social quanto ao regime político, mas da necessidade que o Estado tinha em associar desenvolvimento econômico industrial e elites agrárias tradicionais, isto é, surge como mecanismo capaz de garantir a permanência das influências agrárias sobre os centros de poder ao mesmo tempo em que reúne sob si as novas elites liberais, cada vez mais poderosas economicamente, mecanismo presente na Constituição de 1988, que abre espaço às novas demandas emergentes no cenário político. (_____. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. in: Fórum nacional “**Como evitar uma nova década perdida**”. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1992, pp. 23-47.)

⁷⁹ Idem, p. 27-8.

anônimas e não organizadas – pilares que almejavam conciliar os mecanismos de poder político da República Velha a um projeto de modernização do Estado.

Assim, apesar do tradicionalismo político das elites, de seu autoritarismo e conservadorismo, para alavancar o Brasil rumo ao desenvolvimento e à industrialização fez-se necessário tolerar as minorias em ascensão (principalmente as liberais), garantindo a coesão de um Estado capaz de substituir a hegemonia de um grupo sobre os demais; cenário que a partir de 1988 abre espaço à facilitação do surgimento de partidos menores, com acesso aos meios de comunicação e opinião.

Esses fatos, associados ao desprestígio popular de Sarney no final de seu governo, à crise econômica e à manipulação eleitoral dos meios de comunicação, principalmente da Rede Globo de Televisão, desembocam no contexto das eleições de 1989. Vale lembrar que a Constituição de 1988, ao invés de apontar um novo caminho e modelo de Estado, surge das decisões centralizadas de uma constituinte que recebe o apoio popular por garantir o fim do regime e da legislação autoritários, mantendo, contudo, velhas formas do pacto social inaugurado por Vargas, embora o capital e seus empresários já percebessem a insuficiência deste modelo para o novo cenário de desenvolvimento econômico.

Nas disputas presidenciais de 1989, tem-se a esquerda mobilizada em torno de um modelo democrático participativo (preocupado em relacionar politicamente Estado e sociedade civil) através do PT e a direita, representada por Collor, com maior preocupação em solidificar uma democracia delegativa capaz de orientar o desenvolvimento num sentido antiestatal e internacionalizante. Embora Collor tenha vencido as eleições, o Estado mantém seu papel mediador das relações econômicas do

capital nacional e estrangeiro – o que demonstra ainda a falta de uma consolidação hegemônica de classes ou grupos sociais, capazes de integrar no âmbito da política uma frente hegemônica.

A situação de crise econômica, hiperinflação e incertezas políticas nas configurações do Estado colocam ao liberalismo brasileiro a *necessidade de reformas* que destituíssem do poder do Estado a intervenção em setores estratégicos da economia (a exemplo das telecomunicações), embora mantendo seu papel mediador entre as classes e arcando com os custos sociais desta nova política.

Neste contexto, o processo democrático (que para a esquerda democrática poderia conduzir a uma democracia socialista alcançada pelas reformas radicais, conforme visto no primeiro capítulo) não produziu um movimento de massas organizado e autônomo em relação ao Estado (ainda que tivesse condições político-institucionais para isso), levando a Nova República a um movimento de *auto-reforma* imposto pelos setores vinculados ao regime militar, isto é, ligados ao capital transnacional, seus interesses e suas necessidades. A própria Constituição de 1988 declara-se, através de seus constituintes, inacabada, admitindo revisões após cinco anos de sua promulgação, prolongando uma transição que deveria encerrar-se com ela.

Deve-se levar em consideração que os anos 1990 coroam no debate político e acadêmico a questão da “governabilidade democrática”⁸⁰, assunto em pauta desde os anos

⁸⁰ “(...) o conceito de governabilidade (...) ficou indeterminado do ponto de vista teórico, tratando-se (...) de uma *categoria* estratégica. Assim, num primeiro momento, nos anos 60, apontou normativamente para a necessidade de restringir as “demandas democráticas excessivas”; num segundo momento, nos anos 80, recomendou que se reduzisse o papel do Estado e se desregulassem os mercados; enquanto, finalmente, nos anos 90 está associado a um programa destinado a assegurar a homogeneização internacional das políticas econômicas de corte liberal-

1960, quando as teses desenvolvimentistas do Cepal começam a cair por terra frente às crises econômicas e à irrupção dos governos militares latino-americanos. O discurso neoliberal norte-americano, hegemônico, considera que as democracias de massa do pós-II Guerra conduziram ao excessivo crescimento e crise fiscal do Estado, situação que se resolveria diminuindo o número de atividades submetidas ao seu poder regulador.

Este conceito aparece embutido nas principais organizações econômicas mundiais (como o Banco Mundial, o FMI), para as quais um país de situação econômica confiável seria aquele que tem um Estado pequeno com uma estrutura política estável. Tais programas de investimentos convergem no que ficou conhecido em 1990 por Consenso de Washington: trata-se de um programa de homogeneização das políticas econômicas da América Latina, nas quais as burocracias internacionais combinam austeridade fiscal e monetária com desregulação de mercados e abertura financeira, privatizações, enfim, medidas que venham garantir o fim das barreiras para o capital internacional predominar nas economias nacionais.

Governabilidade (...) passou a ser sinônimo ou resultado da capacidade dos “reformistas” de acumularem inicialmente “uma concentração extraordinária de poder” (...) mediante a formação de uma coalizão sólida e permanente que obtivesse a “adesão da burguesia” uma vez que “na prática, comprar a adesão das classes inferiores pode custar muito pouco em termos de recompensas materiais” (...).⁸¹

No Brasil, o enfoque neoliberal sobre o tema da governabilidade varia entre administrar as demandas emergentes do fim da ditadura numa democracia ainda bem

conservador. No caso brasileiro, foi na segunda metade dos anos 80 que se colocou a questão da governabilidade como tema acadêmico e preocupação política.” (FIORI, J. L.. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 43, nov/1995, pp. 157-172, p. 161).

⁸¹ Idem, p. 160.

pouco consolidada e encontrar a melhor forma de governo que levasse a um ajustamento econômico desta periferia capitalista à ordem mundial globalizada, traduzida por propostas de “reformas estruturais”⁸², capazes de substituir o Estado endividado e incapaz de gerar novos investimentos através de investimentos privados, nacionais e internacionais, alavancando um novo ciclo de crescimento.

Desta maneira, a crise do Estado brasileiro, iniciada nos anos 70, é tratada sob duas perspectivas: enquanto uma centra-se nas conseqüências da crise para os trabalhadores, a outra materializa-se no ideário econômico e político que defende a ação reguladora do mercado em substituição aos mecanismos de regulação estatal, perspectiva que se orienta pelo debate sobre direitos sociais e políticas públicas dos organismos internacionais, reordenando as relações Estado/sociedade/mercado. Assim, as agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, têm articulado uma aliança tecnocrática transnacional, no sentido de racionalizar os investimentos e diminuir o papel do Estado, fortalecendo as ações de natureza privada.

Neste novo cenário, o papel do Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém, não enquanto agente direto do crescimento, mas como sócio, elemento catalisador e impulsionador desse processo. Segundo Ivete Simionatto, o Banco Mundial apresenta como funções do Estado: a) estabelecimento de um ordenamento jurídico básico; b) manutenção de um conjunto de políticas

⁸² Ibidem, p. 166.

macroeconômicas; c) investimentos em serviços sociais básicos e infra-estrutura; d) proteção dos grupos vulneráveis; e) defesa do meio ambiente.⁸³

A autora ressalta ainda que os programas de ajuste estrutural, necessários ao fortalecimento desta nova ordem econômica, são compostos por três elementos básicos: redução dos gastos públicos, realocação de recursos necessários ao aumento de superávites na balança comercial e reformas visando a aumentar a eficiência do sistema econômico; elementos para os quais o Estado é entendido não mais como o provedor de serviços públicos, mas como promotor e regulador, estabelecendo suas funções de acordo com sua capacidade. O cumprimento deste programa exige a “complementaridade entre Estado e mercado”⁸⁴, ou seja, a iniciativa privada aparece como um novo agente na execução das funções públicas, incluindo a participação de provedores privados nas atividades até então reservadas a este setor, o que tem levado os países a investir minimamente em políticas de saúde, educação e assistência aos segmentos mais pauperizados.

É nesse bojo que se inscrevem a descentralização e uma concepção de participação centrada no húmus comunitário, o que fortalece as perspectivas localistas que desaguam no individualismo, ou seja, na supremacia do indivíduo sobre a sociedade. Ao mesmo tempo em que se estabelece essa possibilidade de participação na esfera pública, de longa data reivindicada pelos segmentos progressistas da sociedade civil, as orientações alertam, entretanto, sobre a necessidade de imposição de limites nas reivindicações que podem chegar ao Estado pela excessiva influência dos grupos mais agressivos.⁸⁵

⁸³ _____ . Crise, reforma do Estado e políticas públicas. Retirado do site **Gramsci e o Brasil**, em 14/10/2004.

⁸⁴ Idem, p. 2.

⁸⁵ Ibidem, p. 6.

Nessa mesma trilha insere-se a política educacional que estabelece, segundo as diretrizes do Banco Mundial, a diversificação de fontes de financiamento das instituições públicas, através da inclusão da iniciativa privada e da cobrança de mensalidades, retirando do Estado o dever de garantir a universalidade do ensino. Neste contexto, as atividades filantrópicas são desenvolvidas não mais como atividades silenciosas, mas na forma de um negócio e como estratégia de *marketing* para as grandes empresas.

Considerando-se, portanto, que a ação do mercado é mais eficiente e efetiva do que a do Estado, este deve centrar-se em programas de proteção social voltados aos mais pobres, que não dispõem de recursos para usufruir os privilégios do mercado. Fortalecidas por esta perspectiva, as estratégias de desmonte das organizações coletivas, amarradas num discurso enganoso sobre a sociedade civil, remetem a esta a responsabilidade no encaminhamento de projetos que dêem conta das novas expressões da "questão social". A sociedade civil (no sentido gramsciano) é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, sendo, em última instância, a expressão dos interesses de instituições privadas que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados.

Por sua vez, tanto para a direita quanto para a esquerda, o discurso sobre o fortalecimento da sociedade civil tem sido apontado como fator fundamental na nova ordem mundial articulada pelo processo de globalização.

A rigor, a "sociedade civil" é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas. Ora, na sociedade civil estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia através de seus aparelhos "privados", reprodutores de sua ideologia, quanto os interesses das camadas de classes subalternas, que buscam organizar-se para propor alternativas que se

contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares.⁸⁶

Outro ponto da reforma do Estado que lhe imprime características notoriamente neoliberais está no fato de procurar-se ocultar, com o apoio dos meios de comunicação, que a precária situação das contas públicas não tem sua origem no excesso de investimentos em ações de natureza pública, mas, sobretudo, na incapacidade dos governos em ampliar sua renda por meio de reformas no sistema tributário, no controle das taxas de juros e na extinção da sonegação em larga escala.

O estilo de linguagem da utopia neoliberal é simples e universal/abstrato, e muitos conceitos-chave foram capturados da esquerda com os conteúdos essenciais invertidos. Na década de 60, por exemplo, os analistas de esquerda utilizaram a terminologia “mudança estrutural” para significar a “redistribuição de renda, terra e propriedade”. As tendências neoliberais utilizam hoje o termo “reforma estrutural”, que significa a transferência da propriedade pública para as empresas privadas. A esquerda também utilizou o termo “reforma econômica” para designar as políticas de realocação dos recursos públicos dos setores mais abastados para a área social. O termo “reforma econômica” é utilizado, contemporaneamente, com o sentido de redução dos investimentos sociais e transferência de subsídios públicos aos setores privados (Petras, 1997:20). Tal discurso soa, portanto, como o mais competente para que as massas joguem seu destino nas mãos dos intelectuais do poder, considerados os mais sábios e capazes para resolver os problemas coletivos sem consultar os cidadãos. A concepção de participação presente na Reforma do Estado está associada mais a uma condição individual do que coletiva, centrada no "cidadão-cliente" e numa "gramática do poder", de caráter prescritivo, destituída de conteúdo ético.⁸⁷

Não se pode esquecer, entretanto, que o esvaziamento do Estado diminui seu potencial de investimento em políticas públicas e de geração de empregos, agravando a herança da desigualdade social brasileira. Por outro lado, a desconstrução ideológica do projeto socialista no mundo deixa a esquerda brasileira (e não somente ela) sem norte para

⁸⁶ Ibidem, p. 9.

⁸⁷ Ibidem, p. 11.

suas ações, somada ao fato de que o sindicalismo, nervo central dos conflitos entre capital e trabalho no Brasil, sofre um duro revés nos anos 1990 pela flexibilização das leis trabalhistas associada a um exponencial aumento do desemprego. Extrema falta de perspectiva e assustadores índices de exclusão social são as principais contribuições do neoliberalismo para a sociedade brasileira nos anos 1990, conforme bem caracteriza Eli Diniz:

O fenômeno manifesta-se pelas altas taxas de criminalidade, pela corrupção e ineficiência da polícia, pela impunidade do tráfico, pela justiça privada, enfim, pela subversão cotidiana das normas e preceitos legais, instaurando-se uma situação de hobbessianismo social (Santos, 1992).⁸⁸

Aos grupos aliados desta dinâmica de favorecimento resta a face autoritária e violenta do Estado, tão visível especialmente na era FHC, demonstrando o aprisionamento do processo de abertura democrática ao seu projeto institucional que se firmou nos últimos vinte anos – postura amplamente criticada pelo PT, partido que nos anos 1990 é a referência enquanto esquerda brasileira –, conforme se verá a seguir.

O PT e os anos 1990

Apesar da perda de perspectiva que as esquerdas sofrem nos anos 1990, três forças sociais são marcantes por sua atuação nesta década: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Sem-Teto (MST) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Este

⁸⁸ _____. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 1990. in: REVISTA SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 10, nº 04, out.-dez./1996, p. 24.

último, por atuar enquanto frente política, terá maior destaque neste capítulo, até porque dialoga com as outras forças citadas: são quadros do PT que fundam em 1983 a CUT, buscando hegemonizar o movimento sindical e aglutiná-lo numa frente política; e é o PT que estimula, através de sua Secretaria Agrária, o debate sobre a questão da terra e as possíveis formas de se concretizar uma reforma agrária, incentivando, por meio de seus militantes, a Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul na fundação do MST, que acaba se tornando, no final da década de 1990, uma força ativa de pressão popular na sociedade brasileira.

Embora tenha tido um crescimento eleitoral muito lento no início, nas eleições municipais de 2000 o partido conquista boa parte das cidades brasileiras, inclusive capitais e grandes cidades, tornando-se um dos maiores partidos políticos de esquerda da América Latina. Seu poder aglutinador é notório desde sua fundação, quando reúne grupos tradicionalmente incompatíveis, como trotskistas, marxistas-leninistas, católicos progressistas, operários e intelectuais. Almejando ser um partido de massa, cria até o final dos anos 1990 diretórios em 3.600 cidades, com cerca de 800.000 filiados.⁸⁹ Já nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1998, o PT obteve uma proporção de votos compatível com a dos grandes partidos de direita, demonstrando que ao longo da década obteve simpatia e aderência junto à sociedade.

Por outro lado, com o aumento significativo do desemprego principalmente nos anos 1990, a CUT (ponto de apoio do partido junto aos trabalhadores) perde espaços junto ao movimento sindical para a Força Sindical, força operária apoiada pelo patronato e pelo

⁸⁹ KUCINSKI, B.. O Partido Tardio dos Trabalhadores. In: D'INCAO, M. A. (org) **O Brasil na é mais aquele...** mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001, p. 182.

governo. Também percebe-se que o partido não obtém força de aglutinação junto às classes médias, principalmente entre os mais jovens, mantendo como seu principal ponto de apoio o MST e o funcionalismo público⁹⁰. Apesar desta conjuntura, o partido continua crescendo, ganhando adesão de outros setores sociais e, aos poucos, modificando seu discurso cada vez mais voltado para a política institucional como prioridade. Para entender esta mudança, é necessário analisar a conjuntura interna do partido e a forma como as forças políticas se organizam.

Segundo Secco, no âmbito da teoria,

O PT absorveu as idéias de Gramsci como o fez com outras ideologias: sem compô-las num arcabouço doutrinário coerente. Ao contrário do PCB, o PT não provocou a constituição de uma cultura alternativa ao capitalismo. Certamente, o partido constituiu uma cultura capitalista difusa em seu interior, agregada a elementos socialistas, comunistas, sociais-democratas e liberais. Mas ela jamais ultrapassou o nível pouco elaborado do senso comum.⁹¹

Na fase inicial de sua fundação, diversos grupos de esquerda aderem ao PT com objetivos claramente instrumentais, isto é, procuravam alcançar hegemonia sobre todo o partido – traço que, embora tenha-se tentado substituí-lo através do discurso de um partido de massas, jamais foi totalmente apagado. Esta situação provoca uma devassa interna no partido durante os anos 1980-90, que o divide em várias tendências, sendo algumas delas: O Trabalho, PT Vivo, Nova Esquerda, Tendência Marxista, Democracia Radical, Vertente Socialista, etc., com destaque para a Articulação, fundada em 1983 por

⁹⁰ Idem, p. 189.

⁹¹ _____ . Gramsci e o Brasil. Op. Cit, p. 73.

operários, intelectuais e dirigentes sindicais e tendo Lula como referência, esta vertente se tornaria hegemônica no interior do partido.

Devido ao fato ocorrido na Bahia em 1986, quando membros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, se autoproclamando petistas, fizeram um assalto a um banco; o PT decidiu proibir a participação de militantes que atuassem em outras organizações, levando a diversas cisões e outras tantas expulsões. Porém, a partir da derrota eleitoral de Lula em 1994, a Articulação e a Democracia Radical, frentes mais moderadas no interior do partido, ganharam maioria, embora as frentes mais radicais permanecessem fazendo-lhes oposição interna.

A hegemonia da Articulação fazia com que seu caráter de tendência fosse sobrepujado pelo de um agregado de todos aqueles que desejavam (ou assim argumentavam) um PT unido e sem tendências. Destarte, a Articulação rejeitava duramente o paralelismo de suas estruturas com as do PT (...), embora, com o passar do tempo, não faltassem aqueles que começavam a exigir que seus membros atuassem como uma tendência.⁹²

Este predomínio da Articulação, cujo objetivo principal são as disputas eleitorais e as alianças partidárias, gera uma ampla expansão do PT em meados dos 90, embora deixe uma grande lacuna conceitual sobre a filosofia política que o partido estaria adotando. Embora não tenha desenvolvido vínculos orgânicos e de direção com os movimentos sociais, é importante ressaltar que o PT desempenha um papel central da organização de marchas e protestos como o “Grito dos Excluídos”, organizado pela Igreja Católica nos dias 7 de setembro, e a Marcha dos Cem Mil, de agosto de 1999. Porém, politicamente,

⁹² Ibidem, p. 84.

A destruição do que restava da burguesia nacional, produzida pelo projeto neo-liberal de Fernando Henrique durante os últimos anos da década, reduzia bastante a base de alianças possíveis do PT em torno de um projeto nacional.⁹³

Deve-se, assim, ressaltar que o que garante a expansão do partido entre a sociedade brasileira são as experiências administrativas municipais do PT, que o coloca como o partido da honestidade e da transparência⁹⁴. Embora se possa presenciar nas prefeituras petistas altos graus de nepotismo e carreirismo político, mediante o nível de corrupção das lideranças nacionais neoliberais do governo FHC e sua repercussão na opinião pública, o PT emerge, ao menos durante a década de 1990, como força política centrada numa “revolta ética”⁹⁵, transformando-a em sua bandeira de luta e utilizando este discurso como base para suas vitórias posteriores.

Brasil: um balanço político.

Como se pode perceber até agora, o golpe militar de 1964 não marca apenas um regime autoritário no país, mas reconfigura as relações até então existentes entre o Estado e a sociedade: o corporativismo é reduzido a um mecanismo de pura coerção, perdendo o vínculo pedagógico com uma cultura cívica orientada para o bem comum que possuía desde os anos 1930, ao passo que o fim deste regime não estabelece a proposição de uma agenda de reformas positivas sobre os novos rumos políticos do país.

⁹³ KUCINSKI, op. Cit, p. 197.

⁹⁴ Um dos fatores que contribuiu para a aceitação do discurso ético do PT pela sociedade está no fato de que seus militantes que ocupam cargos públicos dão 1/3 do salário para o partido, supostamente para financiar seus gastos e subsidiar suas campanhas, o que daria uma transparência aos seus rendimentos.

⁹⁵ KUCINSKI, op. Cit, p. 186.

Ao contrário do que a esquerda imaginava, principalmente a esquerda comunista, o regime militar não foi economicamente estagnacionista (como deveria ser, caso representasse uma crise da burguesia, como pensavam os comunistas). Ainda que apresentasse uma péssima distribuição de renda, seus primeiros quinze anos foram marcados por um excelente desempenho econômico, embora, paradoxalmente, neste período o aparato repressivo tenha sido tão intenso a ponto de inviabilizar uma nova orientação estratégica quando isto se tornou uma necessidade econômica.

Neste contexto, a partir do governo Geisel (1974), a opção é reagir ao ambiente adverso adotando uma política de “fuga para frente”⁹⁶ através de um programa de substituição de importações capaz de diminuir a dependência do país dos insumos importados. Também neste governo adotou-se uma política de abertura lenta e gradual, cujo objetivo seria obter respaldo junto à sociedade para a política econômica ao mesmo tempo em que se manteria o processo político da transição nas mãos das forças da ordem.

Relacionado a isto, o país passa por problemas para se reajustar à nova política monetária dos Estados Unidos imposta pelo FMI, dificultando a obtenção de empréstimos para alavancar a economia e aprofundando uma crise econômica que se estendeu por toda década, trazendo fortes conseqüências para a redemocratização. O cancelamento dos empréstimos obtidos junto ao FMI e a dificuldade em cumprir as metas econômicas interromperam o financiamento dos bancos para os programas governamentais.

Dificuldades para manter as taxas de crescimento, crise fiscal e o rápido processo inflacionário somados à explosão das demandas reprimidas durante décadas vão

⁹⁶ LAHUERTA, M. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: _____/AGGIO, A. *Pensar o século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003, p. 241.

contribuir para emergência de uma sociedade civil que nega qualquer controle de seus interesses ao Estado, como era comum até 1964. Assim, a aspiração pela democracia nasce como sinônimo de recusa radical às interferências do Estado na organização da sociedade civil, identificado com o autoritarismo e responsabilizado pelas principais mazelas do país.

Em janeiro de 1985, o regime militar chega ao fim através de eleição indireta de um Colégio Eleitoral composto por deputados e senadores, estabelecendo uma dinâmica fortemente democratizante, pautada na emergência de novos sujeitos sociais num contexto de sistemática crise econômica. Nos anos de 1987-88, consolida-se a nova Constituição democrática do país que, a despeito de sua característica amplamente democrática (possibilitando inclusive o exercício de uma democracia consociativa, conforme visto anteriormente), encontra-se limitada pela pluralidade de interesses que pretende representar, impossibilitando que o processo político saísse das mãos dos setores vinculados ao regime militar para ser assumido por um movimento de massas.

A Constituição de 1988 inovava no terreno das liberdades civis e dos direitos sociais, mas não revelava o mesmo sentido no plano político-institucional. Na realidade, por meio dela, os diferentes interesses – tradicionais e emergentes – procurariam se preservar diante das incertezas próprias de situações de transição, seja por meio da transformação de posições herdadas do passado autoritário em garantias constitucionais, seja pela afirmação de novos direitos. Tal estratégia contribui para que a Carta de 1988 acabe consolidando também, junto com o reconhecimento de novos direitos, inúmeros privilégios que se transformam em obstáculos tanto para a superação da crise do Estado quanto para a construção de uma democracia estável.⁹⁷

⁹⁷ Idem, pp. 247-8.

Neste sentido, o país se encontra com a década de 1990 oscilando entre o catastrofismo e a proposição de soluções simplistas, isto é, há os que vislumbram uma drástica redução do tamanho do Estado e há os que desacreditam da possibilidade de uma participação efetiva da sociedade civil neste novo cenário de enfrentamento político, tratando a atividade político-institucional como farsa politicista (a exemplo de Weffort que, conforme tratado, não vislumbrava uma saída política capaz de diminuir as diferenças sociais de forma imediata e implantar o socialismo).

De acordo com a nova orientação, em nome de um enfoque racional e não populista acerca da pauta de prioridades, a exigência de maior inflexibilidade na gestão dos recursos públicos viria a desaconselhar qualquer postura favorável ao aumento dos gastos sociais. Em consequência, privilegiou-se uma agenda minimalista, em franco desacordo com a dinâmica democratizante, cujos efeitos seriam o alargamento da participação, a diversificação das demandas e a multiplicação dos canais de vocalização à disposição dos diferentes segmentos da sociedade.⁹⁸

Para o melhor ou para o pior, tanto as forças democráticas como as forças da ordem têm como horizonte da democratização reformas capazes de diminuir as influências do Estado na condução e definição dos interesses dos diversos grupos. Desta maneira, no discurso dominante (neoliberal), a racionalização e a modernização do Estado torna-se sinônimo de diminuição de seu tamanho e de suas influências sobre os setores privados – minando, em nome da governabilidade, as possibilidades reais de geração de um movimento de massas preocupado com um projeto político para o país, em busca de institucionalização e participação democrática, possível no modelo consociativo brasileiro.

⁹⁸ DINIZ, op. Cit, p. 15.

Parece que quanto mais avançou o dissídio entre a política institucional e a população em busca de direitos e afirmação de seus interesses, e quanto mais desgastada ficou a idéia de democracia, mais a questão do Estado impôs-se como o elemento central da agenda pública. De modo que o desencanto com a atividade política traduziu-se socialmente em um antiestatismo difuso que trouxe à tona o tema da Reforma do Estado, mas o esvaziou de dimensão política, na medida em que o reduziu essencialmente a uma dimensão (...) técnico-administrativa.⁹⁹

As esperanças em relação ao regime democrático transformam-se em frustrações na década seguinte, uma vez que há um retrocesso social ao mesmo tempo em que se estabelece o divórcio entre Estado e sociedade civil. Lahuerta atribui o fenômeno ao fato de que a transição abarca três processos simultâneos: 1) a transição enquanto institucionalização do regime democrático; 2) a transição enquanto esgotamento do modelo desenvolvimentista e da relação imposta por ele entre Estado e sociedade civil e; 3) a transição estrutural, imposta por um novo padrão mundial de acumulação de capital (revolução tecnológica, novas relações de trabalho, reorganização dos mercados, etc.).¹⁰⁰

Esta simultaneidade no processo da transição é o que dificulta tanto a percepção do novo contexto pela sociedade como a aplicação de uma agenda mínima pelo Estado e suas elites econômicas. Mesmo na era FHC, a estabilidade monetária não é capaz de solucionar a crise estrutural, levando a adotar uma agenda reformista que tem dificuldades para criar um consenso social em torno de si, devido ao descrédito cada vez maior do Estado junto à sociedade.

Não se percebeu que, simultaneamente à luta por uma institucionalização democrática, o Brasil estava passando por complexos processos estruturais. Processos que dificultariam

⁹⁹ LAHUERTA, op. Cit, p. 249.

¹⁰⁰ Idem, p. 252.

sobremaneira a realização das expectativas de sua sociedade com relação ao novo regime.¹⁰¹

Entre estes processos, é relevante para este trabalho ressaltar a configuração político-institucional dos anos 1990, a fim de compreender a surpresa da geração de Werneck com as novas configurações da democracia institucional, que leva a posturas tanto como as de Coutinho (adesão ao PT), de Weffort (adesão ao governo FHC), mas também de Werneck, que se caracteriza por uma esquerda acadêmica independente, cujo foco se desloca da política institucional – principalmente pelo descrédito em que cai nos anos 1990 – à proposição de novas vias de ação através do Judiciário para os segmentos da sociedade civil excluídos pela ideologia neoliberal.

O primeiro presidente eleito de forma direta no Brasil após 29 anos é Fernando Collor de Melo e o destaque à sua gestão – além de sua curta duração – recai no fato de advir de um partido de bases fracas, cujo êxito é marcado pelo apoio da mídia (principalmente da Rede Globo) à sua candidatura e pelo fato de não haver uma coesão social em torno de uma plataforma política amplamente respaldada. Sua candidatura, obtida no 2º turno por uma pequena margem de diferença em relação ao candidato Lula, do PT¹⁰², altera parcialmente o jogo de forças em disputa no processo democrático, uma vez que seu partido, o PRN (Partido de Renovação Nacional), legenda inócua organizada para apoiar sua candidatura, aglomera as frentes de direita (com destaque para o PFL),

¹⁰¹ Ibidem, p. 251.

¹⁰² Na contagem nacional, a diferença foi de 5,8% dos votos. (MENEGUELLO, R.. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 110.)

acentuando seu caráter institucional em detrimento de sua ação no movimento democrático.

Inaugurando uma fase de eleições diretas, voltada na ocasião exclusivamente para o cargo do Executivo e que consegue movimentar um 2º turno acirrado (demonstrando uma divisão de opinião dos eleitores), o governo Collor, apoiado pela direita e pelos setores sociais economicamente dominantes, se vê dotado de forte autonomia para a condução inicial desta nova fase democrática, adotando uma postura amplamente intervencionista nos rumos da política econômica, traduzidas no Plano Collor 1¹⁰³. De perfil centralizador e não-partidário, distante do Legislativo, o funcionamento regular desta gestão dá-se à base de “medidas provisórias”, recurso cada vez mais corriqueiro num Estado cuja principal preocupação nos anos 1990 é adequar sua Constituição ao neoliberalismo.

Apesar da presença da direita na composição dos ministérios, o Ministério da Economia permanece em mãos não partidárias mesmo com o fracasso do Plano Collor 2, em que a ministra Zélia Cardoso de Melo é substituída por Marcílio Marques Moreira, demonstrando a preferência do Executivo na condução mais centralizada da política econômica. Porém, a presença de outras tendências partidárias em outros ministérios tem grande peso nas denúncias de corrupção contra os altos escalões do governo, situação que

¹⁰³ “O Plano Collor caracterizou-se por uma firme determinação governamental na implementação de medidas de caráter intervencionista. Seu amplo escopo de ação determinou reformas importantes no âmbito do Estado, expressas na diminuição da estrutura do corpo executivo, na política de demissão do funcionalismo público e numa campanha de privatização das empresas públicas. Quanto à política econômica, as medidas de grande impacto foram definidas pela reforma monetária, marcada pelo bloqueio de 70% dos ativos financeiros do setor privado e pelo retorno do ‘cruzeiro’ como moeda nacional.” (Idem, p. 111) Nota-se que o Brasil dos anos 1990, desde sua primeira gestão democrática, demonstra a preferência das elites políticas por medidas capazes de tornarem de fácil acesso o Estado brasileiro ao neoliberalismo.

culmina na perda da legitimidade política desta gestão. Ainda que apoiado por uma ampla coalizão de direita¹⁰⁴, o governo Collor não subsiste até o fim de seu mandato, mas nota-se em seu governo uma clara aderência da direita às reformas das políticas econômicas e de suas bases de formulação junto ao Estado.

Embora Fernando Collor tenha tentado assumir estas reformas, seu governo, ao invés de consolidar as estruturas econômicas rumo ao crescimento, contribui para aumentar ainda mais as incertezas, minando as expectativas das forças políticas em disputa. Sua administração, para estabilizar a moeda, coloca em xeque a segurança jurídica da propriedade privada ao seqüestrar e reduzir parte dos haveres financeiros do empresariado e da classe média. Deve-se ressaltar, entretanto, que os avanços ocorridos durante sua gestão inviabilizam a volta ao modelo nacional-desenvolvimentista, mesmo após seu *impeachment*, nos dois anos do governo Itamar Franco (no qual Fernando Henrique Cardoso é Ministro da Economia).

(...) mesmo por vias transversas, o governo Collor (março de 1990 a setembro de 1992) contribuiu para danificar o arcabouço institucional nacional-desenvolvimentista e para reorientar em um sentido anti-estatal e internacionalizante a sociedade brasileira. (...) Foram suspensas as barreiras não tarifárias às compras do exterior e implementou-se um programa de redução progressiva das tarifas de importações ao longo de quatro anos. Ao mesmo tempo, implantou-se um programa de desregulamentação das atividades econômicas e de privatização das empresas estatais (não protegidas pela Constituição) para recuperar as finanças públicas e reduzir aos poucos o seu papel na impulsão da indústria doméstica.¹⁰⁵

A inédita solução institucional de *impeachment* do presidente Collor leva seu vice Itamar Franco, então presidente, a buscar uma ampla coalizão partidária e a reconstituir a

¹⁰⁴ São coligados ao governo Collor os seguintes partidos: PFL, PDS, PTB, PL, PRN e PDC. (Ibidem, p. 115.)

¹⁰⁵ SALLUM, JR., op. Cit, p. 4..

correspondência necessária entre os poderes Executivo e Legislativo. A ampliação do controle partidário nos ministérios e a condução de um plano econômico pelo PSDB são pontos centrais neste governo, abrindo espaço para a eleição do “ministro do Plano Real”, momento crucial para o domínio dos princípios neoliberais na condução política do Brasil.

É através desta ampla coalizão partidária que o governo Itamar Franco restitui, com 50% das cadeiras do Congresso a seu favor, a correspondência entre o Executivo e o Legislativo, introduzindo nesta nova fase da democracia brasileira a fórmula da cooperação partidária, envolvendo em seu governo o PSDB, o PFL, o PMDB, o PTB e o PSB, sendo que este último deixa de apoiar o governo ainda no ano de 1992.¹⁰⁶ Neste governo, o PMDB perde o comando a ele outorgado, desde 1985 (com exceção do período Collor), sobre o Ministério da Economia e as questões da política econômica para o PSDB, demonstrando que a economia brasileira se desloca cada vez mais das posturas de centro para posições mais propensas à direita, ao neoliberalismo.

Em 1993, ano em que a coalizão governista obtém o apoio do PP, tem-se uma retração das influências partidárias nas áreas de bem-estar social, comunicação e previdência, cujos cargos estratégicos passam para as mãos de pessoas não vinculadas a partidos. Paradoxalmente, com o remanejamento de Fernando Henrique Cardoso da pasta de Relações Internacionais para a da Fazenda, aumenta o apoio do Legislativo (de 50% a

¹⁰⁶ MENEGUELLO, op. cit, p. 128.

58,6%) ao governo Itamar, o que sugere a consonância deste poder às medidas implementadas por FHC.¹⁰⁷

Pode-se sugerir que a forte diminuição da presença partidária na equipe ministerial foi um dispositivo utilizado visando à redução das demandas por recursos em geral, oriundas dos governos estaduais e dos partidos, de forma a garantir a implantação da política econômica e que tem no controle ministerial partidário um poderoso canal de influência sobre a dinâmica do governo.¹⁰⁸

Assim, os últimos movimentos de reforma deste governo visam possibilitar a implantação do plano econômico do então ministro FHC, garantindo, inclusive, um ambiente político favorável à sua eleição para o cargo executivo a partir de 1994. Portanto, o sucesso do Plano Real e a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994 ancoram no poder do Estado a coalizão partidária capaz de representar esse novo sistema hegemônico neoliberal, moldando a sociedade às suas diretrizes. Reduzindo ainda mais a participação estatal nas atividades econômicas, restringe-se a intervenção direta do Estado à elaboração das políticas sociais, mas não no sentido de tornar a sociedade mais justa e igualitária, mas buscando adequá-la aos índices de desenvolvimento estimados, pelos países desenvolvidos, aos países periféricos.

Segundo este raciocínio, a utilização criativa da revisão constitucional para gerar condições fiscais mínimas para a estabilização (o Fundo Social de Emergência, votado pelo Congresso em fevereiro de 1994); a instituição de uma moeda paralela, a URV, como unidade de conta que não quebrou a indexação mas gerou por alguns meses uma espécie de “hiperinflação de laboratório”, provocando a sincronização de preços e salários; e a substituição da URV pelo Real em 1/07/94, ancorado no dólar, mas não igual a ele; tudo isso, (...) além de dezenas de regulamentações específicas, teria produzido a estabilidade.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Idem, p. 131.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 132.

¹⁰⁹ SALLUM JR.. Op. Cit, p. 6.

O coroamento da hegemonia do capital transnacional junto ao Estado brasileiro, no governo FHC, materializa-se através de projetos interessados numa *reforma constitucional*, destacando as seguintes medidas: fim da discriminação constitucional em relação às empresas de capital estrangeiro; transferência para a União do monopólio da exploração e refinamento do petróleo (antes pertencente de forma autônoma à Petrobrás), favorecendo algumas concessionárias privadas e; concessão do direito de exploração dos sistemas de telecomunicações a empresas privadas.

Apesar das enormes mudanças na política nacional e em suas relações com o mundo globalizado, a era FHC não produz contas públicas estruturalmente equilibradas, capazes de estabilizar a moeda nacional em detrimento das flutuações do dólar; porém, manter o fundamentalismo neoliberal no seio do Estado brasileiro é o que lhe assegura o controle sobre o sistema político, equilíbrio necessário para a continuidade das reformas sobre a Constituição de 1988 no sentido de tornar hegemônicos os interesses economia globalizada.

Nota-se, portanto, que para o Estado neoliberal dos anos 1990, sob o governo FHC, o núcleo dos “serviços não-exclusivos” guardam as premissas da Reforma do Estado na sua relação com a sociedade e o mercado, a partir dos seguintes objetivos: transferir os serviços não-exclusivos para organizações sociais; buscar autonomia e flexibilidade na prestação desses serviços e a participação da sociedade mediante o controle dos conselhos de administração, afirmando a figura do cidadão-cliente; e fortalecer a parceria entre Estado e sociedade através do contrato de gestão.

Administradas através do "contrato de gestão", com metas de desempenho que assegurem a efetividade de seus serviços, as organizações sociais privadas possuem as mesmas características deste setor (privado), sendo elas as responsáveis por viabilizar sua expansão.

A propósito, vale lembrar que no Brasil o Executivo tem usurpado a função Legislativa, através das Medidas Provisórias, de decisões "pelo alto", transformando o Congresso numa instância burocrática a serviço do poder. Ao submeter o Legislativo a uma lógica que lhe escapa do controle, o governo, segundo Diniz (1997:183), "produz incentivos ao comportamento irresponsável do Congresso, reforçando a tendência populista dos parlamentares (...), estimulando as trocas clientelistas, com o amesquinamento da prática parlamentar e o aprisionamento do Executivo pela lógica da reciprocidade".¹¹⁰

Dinâmica moderna num país tradicionalmente clientelista são as bases que assentam as reformas neoliberais do Estado brasileiro e seu amplo apoio às iniciativas privadas. Segundo Simionatto, a rede de hospitais Sara Kubitschek é um exemplo de iniciativa privada que se adapta a essa lógica, pois recebe sozinha mais recursos do SUS do que 15 unidades da federação, ou seja, os investimentos públicos não recaem sobre os mais pobres, mas dirigem-se às organizações sociais com maior força política e poder de pressão na captação destes recursos.

Portanto, a sociedade civil que se vê fortalecida nos anos 1990 não é aquela que emerge a partir dos anos 1970, de conotação fortemente popular, capaz de expressar os novos interesses emergentes no cenário nacional (conforme aborda o Capítulo I), mas uma sociedade mobilizada pelos princípios neoliberais, cujo objetivo não é gerar

¹¹⁰ SIMIONATTO, op. Cit, p. 6.

demandas que intervenham nas ações políticas do Estado, mas difundir um conceito de cidadania que procura desvincular-se do Estado como instituição de domínio público.

Para o neoliberalismo, importa o cidadão cliente, minimizando as esferas de atuação do Estado em favor da iniciativa privada, imposição que, como se viu, foi determinantemente assumida pelos partidos de direita na condução da política institucional, esvaziando-a de suas possibilidades democratizantes.¹¹¹

Frente a esta realidade, tem-se a diluição do debate estabelecido pelos intelectuais democráticos nos anos 1970-80, contexto em que Werneck Vianna ganha destaque por seu engajamento político no PCB até os anos 1980 e sua participação no debate gramsciano. Dando continuidade às suas reflexões sobre a interpretação gramsciana, Werneck Vianna empreende, via trabalho intelectual, a proposição de alternativas democratizantes para a sociedade civil excluída do discurso neoliberal que prescindam de uma atuação no campo político-institucional, podendo vislumbrar uma intervenção política dinamizada pelas novas configurações jurídicas do país, conforme será tratado a seguir.

¹¹¹ Vale lembrar que o discurso do voluntariado mobiliza desde os anos 1990, em parceria com os meios de comunicação, as classes médias em ações assistencialistas – como os “Amigos da Escola” – nas quais o principal objetivo é que a sociedade venha “tapar os buracos” que o excesso de demandas gera frente a um Estado canhestro.

Capítulo III:

O enfoque deste capítulo será contextualizar a trajetória de Luiz Werneck Vianna, suas principais referências teóricas e sua análise sobre o período dos anos 1990, tendo em vista as mudanças do novo contexto político, sua participação entre os debates da esquerda e a leitura que empreende na compreensão da formação política brasileira. São relevantes estes aspectos de sua trajetória intelectual para que se entenda o tipo de atuação que propõe à sociedade brasileira, principalmente àquela excluída dos centros de poder político e/ou econômico pelo predomínio do neoliberalismo nesta década.

Trajetoira intelectual de Luiz Werneck Vianna nos anos 1990

Graduado em Direito e em Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1964-67), Luiz Jorge Werneck Vianna obteve seu Mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) entre 1969-1970. Não apresentou uma dissertação porque teve que se exilar do país. Ingressou no Doutorado em Sociologia (Universidade de São Paulo) no ano de 1972, sob orientação de Francisco Weffort, terminando esta etapa de sua pós-graduação na clandestinidade, após sair da prisão no Rio de Janeiro em 1971, quando se esconde na casa do casal Paulo

Pontes e Bibi Ferreira.¹¹² Defende sua tese em 1976, com o tema *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Faz seu Pós-Doutorado em 1984, na Università Degli Studi di Milano, Itália, em Sociologia, subárea Sociologia do Conhecimento. Trabalha até hoje, desde 1980, como professor e pesquisador pelo IUPERJ.

No ano de 1982, organiza pelo IUPERJ um grupo de estudos sob o título *Iberismo e americanismo*, contando com a participação de intelectuais como José Murilo de Carvalho, Lucia Lippi e Maria Alice Rezende de Carvalho. Seus estudos são amplamente divulgados pela revista *Presença* e estão basicamente voltados à análise dos chamados iberistas e americanistas brasileiros. O grupo dissolve-se no início da década de 1990, quando, num esforço conjunto com a Capes, Vianna cria o *Laboratório de pesquisas sobre institucionalização das profissões intelectuais* (1992-1999) em parceria com Manuel Palácios Cunha Melo, Marcelo Baumann Burgos e Maria Alice Rezende de Carvalho.

Paralelamente à investigação sobre o perfil dos novos cientistas sociais, o *Laboratório* realiza estudos sobre a construção das teses produzidas em ciências sociais. Desta discussão surgem questões sobre os nexos entre ciências e democracia, aproximando o grupo da Sociologia do Conhecimento.¹¹³ A partir de 1994, estas análises dão início a uma investigação sobre a magistratura brasileira, posteriormente desdobrada em duas obras: *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira* (1996) e *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (1999).

¹¹² VIANNA, L. W.. *Um novo prefácio a Liberalismo e sindicato no Brasil*. Retirado do site *Gramsci e o Brasil*, em 14/10/2004.

¹¹³ CARVALHO, M. A. R.. Prefácio. In: VIANNA, L. W.. **A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 2004, p. 35.

Progressivamente, as pesquisas têm seus focos deslocados da caracterização do judiciário e seus operadores para voltar-se ao tema da americanização no Brasil e seus modos de sociabilidade. Esta iniciativa, a partir do ano 2002, conta com o auxílio da FAPERJ, agência de fomento à pesquisa do Rio de Janeiro, na qual Vianna coordena o *Programa de Estudos Avançados*. O núcleo, denominado *Instituto Virtual – A democracia e os três poderes no Brasil*, leva-o, juntamente com Marcelo Burgos, a publicar no ano de 2002 *A democracia e os três poderes no Brasil*, na qual o autor dá prosseguimento à investigação sobre direito e democracia. Embora o *Instituto* tenha sido extinto no final de 2003, o grupo de pesquisadores permanece em atividade.¹¹⁴

No âmbito de sua atuação política, não é possível precisar o ano em que deixou o PCB. Contudo, através da leitura do último artigo de sua obra *A Transição* (1989), percebe-se que o autor demonstra proximidade com o partido até a década de 1970 (quando a maioria das lideranças vai para o exílio) – destaca que no período da redemocratização, as novas gerações “mudaram a cara” do partido, e com as principais lideranças até então afastadas retornando do exílio, já não reconhece mais em seu interior a continuidade do debate sobre os temas que nortearam a trajetória do partido (como a revolução nacional), demonstrando um afastamento do PCB.

Durante a década de 1990, Vianna refaz uma leitura das categorias que nortearam os debates ocorridos entre a esquerda brasileira no decênio anterior, destacando as seguintes: a relação atraso/moderno na construção do Estado brasileiro, a questão democrática e nacional, as concepções iberistas/americaniistas dos pensadores latino-

¹¹⁴ Idem, p. 36.

americanos (principalmente brasileiros) para um projeto civilizatório – resultando numa leitura da sociedade civil e do processo de revolução passiva brasileira, bem como suas implicações para a valorização do direito como espaço de mudanças políticas.

A leitura de Werneck Vianna sobre a transição

Embora a análise detalhada do autor e sua contribuição para o debate acadêmico e da esquerda sobre os novos rumos para o país sejam tema do quarto capítulo, pretende-se aqui apresentar uma visão geral do autor sobre os anos da transição e o que mudou na década de 1990, a fim de introduzi-lo no contexto em que produz, abrindo leque para uma leitura de sua obra como um todo. Será dada ênfase às obras publicadas antes de 1990, isto é, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976) e *A transição*, de 1989. Os artigos publicados entre estes períodos não serão citados por não pertencerem ao escopo dos anos 1990, o que tornaria o trabalho muito extenso, e pelo fato de alguns estarem contidos em *A transição*.

Apesar de sua linha de pesquisa ter se firmado a partir dos anos 80, principalmente nos 90, o tema da revolução passiva e suas implicações na formação autoritária do Estado brasileiro esteve presente nas obras de Vianna desde a década de 70, quando publicou *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, trabalho cuja novidade era caracterizar a passagem à ordem burguesa como um caso de “revolução sem revolução”, dinamizado pelo Estado corporativista dos anos 30.

Esta obra procura entender a relação Estado/sociedade imposta pelo liberalismo no Brasil que se firma sob a égide do bem comum, isto é, na predominância do público sobre o privado, do coletivo sobre o individual, coroando o liberalismo nos anos 1930 através de uma recusa de seus princípios básicos. Neste contexto, em que o trabalhador adquire o estatuto de cidadão, o sindicalismo (como representante da coletividade dos trabalhadores) atua num papel central para a consolidação da ordem liberal, discussão com a qual Werneck Vianna perpassará a constituição das leis trabalhistas e do direito público, mecanismos fundamentais para que o Estado brasileiro criasse certo tipo de coesão social, estatutando entre as elites e os trabalhadores uma mediação jurídica.

A obra traz as origens das referências teóricas utilizadas por Vianna sobre a revolução passiva: de Lênin, o autor extraiu a conclusão de que a modernização capitalista, em situações de atraso, dependeria do papel desempenhado pelo mundo agrário, reconhecendo na via prussiana um modelo de transição burguesa reacionária, em que as elites tradicionais se apropriam do Estado e conduzem um processo de modernização autoritária; mas é em Gramsci que percebe a relação entre a infra-estrutura material e a dimensão intelectual-moral das composições sociais em mudança, onde as formações culturais em conflito no modo de produção, uma vez portadores de interesses, disputariam a hegemonia deste processo em transformação.

Na análise de Lênin, segundo Vianna, o processo de revolução passiva ali descrito se daria no desenvolvimento dos *factos*, onde as mudanças de longa duração, politicamente articuladas pelas elites conservadoras no Estado, determinariam as características das formações sociais – ao passo que, na análise gramsciana, a revolução passiva poderia ser

conduzida pela ação do *ator*, novos grupos politicamente organizados, capazes de, numa “guerra de posições”, na qual o direito é instrumento importante para a política, disputar a direção política e cultural da sociedade com as elites no poder¹¹⁵.

Percebe-se a prevalência das reflexões gramscianas em suas análises¹¹⁶, cuja síntese aparece na leitura das questões que sucederiam à década de 30, quando o Estado tutelar inaugurado por Vargas começaria a inserir as massas no mundo dos direitos:

No futuro e pelo decurso natural dos *fatos*, em sua progressão molecular, sob o escrutínio de suas elites políticas, o Estado vai encontrar com a sua sociedade. A antítese deve ceder diante da tese, a dialética se resolve em “tranqüila teoria”, o protagonismo deve caber aos *fatos*, e não ao ator, e ninguém melhor que Joaquim Nabuco fixou os traços dessa cultura política: “Há duas espécies de movimento em política: um, de que fazemos parte supondo estar parados, como o movimento da Terra, que não sentimos; outro, o movimento que parte de nós mesmos. Na política são poucos os que têm consciência do primeiro, no entanto, esse é, talvez, o único que não é pura agitação.”¹¹⁷

Porém,

Nessa Ibéria renovada, o ator procura afirmar seu protagonismo sobre os *fatos*, deixando de confiar na cumplicidade do tempo, a essa altura já tendo por que temer a possibilidade de se ver ultrapassar pelo movimento de sua sociedade.¹¹⁸

Desta forma, o fenômeno da revolução passiva implica num duplo movimento: aquele em que as mudanças ocorrem mais lentamente, arbitrariamente guiadas; e aquele

¹¹⁵ VIANNA, L. W.. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. In: _____. Op. cit, pp.28-88.

¹¹⁶ Sobre o protagonismo dos fatos, Gramsci observa: “Revolução passiva – protagonismo dos ‘fatos’, por assim dizer, e não os ‘homens individuais’. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e as novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase.” (_____. **Cadernos do cárcere**. Cadernos miscelâneos, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 328.)

¹¹⁷ _____. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: _____. Op. cit., p. 46.

¹¹⁸ Idem, p. 48.

em que o ator, buscando obter um certo consenso social (de acordo com seus interesses coletivos), imprime ao processo em curso maior velocidade, tentando direcioná-lo ao caminho que lhe convém.

Para Vianna, no Brasil, este segundo movimento possível num processo de revolução passiva encontrará melhores condições para ocorrer após a guinada sofrida no Estado e na esfera pública a partir da década de 80: estes lugares passam a ser tratados pelo discurso neoliberal como obstáculos ao livre desenvolvimento do mercado, pois tanto o Estado como as demais esferas públicas, após os anos 30, aprenderam tratar no corpo jurídico e social o estatuto da liberdade e cidadania como direitos (e não concessões). Este reconhecimento, mesmo obtido sob tutela estatal, abriria espaço para a mobilização política da sociedade civil, apta a se organizar sob uma nova coalizão hegemônica, representada por um moderno partido de massas.¹¹⁹

Neste contexto, ganha destaque as análises do autor sobre os principais partidos de esquerda brasileiros, PT e PCB, e suas relações com o Estado, a sociedade e a política.

¹¹⁹ Segundo o autor, o problema é que na década de 90, o sentimento de livre iniciativa da sociedade civil contra o autoritarismo do Estado confluiu com o discurso antiestatista do neoliberalismo. Por falta de uma organização hegemônica de esquerda vê-se, no decorrer desta década, a cooptação desta cultura presente na sociedade civil pelo discurso neoliberal de Estado mínimo. Este fenômeno já é percebido por Vianna em sua obra *A Transição*, de 1989: “(...) assistimos ao desenvolvimento das forças produtivas burguesas no contexto de um processo de larga supremacia do público sobre o privado, de induzimento político da ordem econômica do capitalismo. (...) Os assalariados urbanos foram incorporados à ordem burguesa de modo regulado via instituições corporativas (...). Resulta que o neoliberalismo (...) não apresenta como reação à social-democracia, mas (...) se põe em continuidade, em condições novas, com o padrão excludente e autoritário que presidiu as formações das sociedades latino-americanas. (...) A expansão autocrática do público, cuja função foi a de promover a ordem privada e pôr as classes subalternas sob controle estrito (...) tende a se tornar no contrário do princípio que informou a sua organização. É contra isso que o neoliberalismo reage. A fantasia de um capitalismo popular se reveste de conotações de humor negro nas nossas sociedades, cuja larga maioria é de excluídos e marginalizados. (...) A opção dos ‘informais’ – a dos pobres – não é o reforço e ampliação do Estado – mas a diminuição radical de sua interferência e poder. Não é coletivismo planejado e regimentado, mas a devolução ao indivíduo, à iniciativa e à empresa privada da responsabilidade de dirigir a batalha contra o atraso e a pobreza.” (_____. *Problemas modernos na construção da hegemonia*. In: **A transição: da constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Revan, 1989 – série Pensamento Brasileiro., p. 40-42.).

Uma vez que o Estado aglutina diversos segmentos em nome do bem comum, acaba por determinar o princípio que informa a cultura política brasileira desde os anos 1930, detendo os fins que devem reger o movimento da sociedade, servindo-lhe como seu pedagogo.

Aí, a explicação de fundo para a continuidade desta cultura política no processo que, depois de 1930, deflagra a modernização econômica e nos traz a primazia da indústria e do industrialismo, mais um momento de triunfo da razão de Estado em busca dos fins civilizatórios e da preservação dos meios coercitivos de controle social e de produção da ordem.¹²⁰

Na revolução passiva brasileira, os fins sociais do Estado se constituem como razão de Estado, o que significa dizer que prevalecem nos seus fins as necessidades de sua existência e a justificativa de seu modelo organizativo, sobrepondo os fins aos meios. Mediante este modelo, os primeiros movimentos operários dos anos 1920 (constituído essencialmente por imigrantes) se apresentam em contraposição a este princípio organizacional do Estado – berço em que nasce o PCB em 1922 da geração de Astrojildo Pereira e que é suplantado pelos ideais do movimento tenentista, incorporado ao partido em 1935 e com relações viscerais com esta dinâmica estabelecida pelo Estado, convergindo a cultura política da esquerda em formação à cultura política do Estado e das elites, isto é, entendendo que na ação política os fins são mais importantes que os meios.

Conforme visto no primeiro capítulo, o desprezo pela institucionalidade que o PCB possui deriva de sua visão instrumental da democracia, cujo valor está em alcançar melhorias substantivas aos grupos por ele representado (meios pelos fins), alternativa

¹²⁰ VIANNA, L. W.. Nova esquerda e cultura política. PRESENÇA, nº17, nov/1991 – mar/1992, pp. 32-40, p. 33.

política esgotada com o golpe militar. Por sua vez, com a redemocratização e conseqüente sistemática recusa à intervenção estatal, os novos sujeitos expressam-se principalmente através de dois eixos: o dos interesses e o dos direitos, especialmente no que se refere à universalização da cidadania.

Este movimento provoca uma segmentação cada vez maior da cultura política pecebista, da razão, para ceder mediante a cultura que se incorporaria posteriormente ao PT: a do interesse. Embora reconheça no PT um partido moderno, fundamentado na pretensão de ser um partido de massas, de aglutinação de interesses, Vianna critica a dinâmica do partido:

Se essa acabou por ser a história do partido de esquerda da **razão**, não tem sido tão melhor a do partido de esquerda do **interesse** – o PT. (...) Trata-se mais de uma justaposição de interesses no interior de uma formação partidária do que a constituição de uma vontade coletiva aplicada em conceber e aplicar um programa alternativo para o Estado e a reordenação da sociedade. Assim, mais do que a tensão – o que seria natural – entre o “moderno” e o “atraso”, o PT vive uma verdadeira disputa entre essas duas representações: uma, que tende para o aperfeiçoamento e aprofundamento da institucionalidade democrática como caminho para a mudança social; outra, que se orienta por imperativos de urgência da massa dos excluídos, tendendo a valorizar a **substância** em detrimento da **forma** democrática.¹²¹

Para o autor, o desenvolvimento econômico associado à incorporação no mundo dos direitos das massas excluídas exige que o partido capaz de assumir esta bandeira não se especialize na representação de um único grupo ou segmentos de categorias organizadas, mas que transcenda estes interesses imediatos a fim de credenciá-los a um projeto político de estratégia nacional, interpelando o atraso político burguês no sentido de redirecioná-lo e fazê-lo atuar em favor da modernidade política, cuja principal característica seria o desenvolvimento de uma cidadania plena, não restrita por um Estado

¹²¹Idem, pp.37-8

que age em favor das elites econômicas. Para Vianna, sem a política e sua condução por grupos sociais alternativos aos destas elites, um país de capitalismo atrasado como o Brasil ficaria à mercê do arbítrio das economias hegemônicas e seus interesses.

Este processo de mudança tanto da cultura política como da realidade social continuam animando as intervenções políticas de Vianna nos anos 1990, que compreende o longo processo de revolução passiva brasileira e a ampliação do Estado como parte das reflexões dos ideais civilizatórios brasileiros, presentes desde a colônia, como é o caso do iberismo e do americanismo, com os quais faz um interessante estudo que o levará a refletir sobre uma nova forma de americanização a partir dos anos 1990, conforme se verá no quarto capítulo.

Influências teóricas

A preocupação central das obras de Werneck Vianna recai sobre uma necessidade da compreensão dos contornos obtidos pela sociedade brasileira em seu processo de revolução passiva, para que através desta compreensão delineiem-se caminhos para uma atuação política moderna e alternativa ao neoliberalismo, respeitando os limites e peculiaridades próprios deste processo democrático:

(...) em movimento análogo ao de Gramsci, cuja imersão na sociologia norte-americana visava responder a uma indagação teórica acerca do ator da revolução passiva nos anos 1930, Werneck Vianna conceberá uma pesquisa sobre a sociologia dos intelectuais brasileiros, buscando compreender a nova feição desse estrato e sua peculiar inscrição no

mundo público – movimento em direção à empiria, que marcou sua produção ao longo da década de 1990.¹²²

Para que se entenda a trajetória pela qual Werneck Vianna direciona sua leitura e interpretação da política brasileira contemporânea e do papel dos intelectuais em sua formação, é necessário revisitar sua trajetória intelectual e suas principais influências teóricas. Conforme discutido anteriormente, as primeiras referências teóricas de Werneck Vianna sobre o processo político da revolução passiva são Lênin e Gramsci – o que, sem dúvidas, coloca o marxismo como referência fundante de seu pensamento, conforme se vê em *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (1976). No decorrer da década de 1990, o foco de sua leitura deita-se sobre o tema do americanismo, através do qual estabelece um marco comparativo entre Antonio Gramsci e Alexis de Tocqueville para procurar no modelo norte-americano as premissas de um transformismo ativo esvaziado de um conteúdo jacobino, nacional-popular, conforme será analisado a seguir.

Tentando responder a respeito dos processos políticos norte-americano e europeus (mais especificamente, França e Inglaterra), a leitura de Werneck Vianna sobre Tocqueville volta-se ao conceito do americanismo que, segundo o autor, “bem pode sinalizar em favor de uma revolução permanente das condições de produção da vida”.¹²³ É este aspecto de Tocqueville que Werneck aproximará do Gramsci de *Americanismo e fordismo*, notas do fim de sua vida que opõem a percepção da revolução passiva à concepção jacobina do nacional-popular,¹²⁴ tema abordado na seqüência.

¹²² CARVALHO, op. Cit, p. 23.

¹²³ VIANNA, L. W. O problema do americanismo em Tocqueville. Op. cit, p. 117.

¹²⁴ Idem, p. 145.

Para Werneck Vianna, a preocupação que aproxima estes autores refere-se a entender se o desenvolvimento político norte-americano é singular ao tipo de liberalismo desenvolvido neste país, ou se este modelo possui um caráter histórico-universal. Através de uma sociologia histórica comparada, Tocqueville tratará do assunto com o objetivo de moderar a democracia e a modernidade trazidas pelo liberalismo aos valores e instituições aristocráticos, buscando compor uma noção de transformismo visto tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, sendo que no segundo tratará a via do transformismo pelas disputas econômicas em jogo, instituindo a matriz do *interesse bem compreendido* como via ativa de transformação.

Universalizável no continente americano, o americanismo para Tocqueville apresenta-se como um problema quando transferido para o continente europeu:

Ou a América apenas consiste num “bom” paradigma, irremediavelmente preso à sua radical singularidade histórica – um fundamentalismo puritano – , de cujo estudo se podem extrair lições úteis para a transição europeia à nova era democrática que se impõe, ou implica uma nova expressividade para o mundo da igualdade, que tende à generalização, inclusive porque rompe com sua própria tradição.¹²⁵

O problema, para Werneck Vianna, está no fato de que as obras de Tocqueville admitem as duas referências ao americanismo, demarcadas pela oposição entre liberdade e igualdade, transformismo e revolução, disjuntivas que denotam duas definições tocquevilleanas para a noção de democracia.

A primeira noção de democracia apresentada pelo autor desencadeia-se na sociedade norte-americana pelo reconhecimento da igualdade sem que haja uma irrupção

¹²⁵ Ibidem, p. 119.

revolucionária, mas através de um movimento de longa duração, de modo que a igualdade não consiste na perda das liberdades já instituídas, mas associa-se a elas através da cultura puritana, fortemente enraizada nesta sociedade, dando-lhe capacidade de introduzir a modernidade liberal através de valores arcaicos, determinados pela religião (protestante) e pelos princípios bíblicos.

Apesar da sociedade norte-americana ter-se firmado politicamente e socialmente pautada em seus princípios morais, Tocqueville reconhece um movimento dialético entre o social e o político, antagonismo que cabe à esfera política conter e conduzir através desta atividade e das estruturas culturais que a norteiam. Entretanto, embora a gênese da sociabilidade moderna baseie-se nos mesmos princípios (sociedade mercantil, individualismo e interesses como matriz dominante nas relações), o autor desenvolve uma visão histórica dos processos de modernização, reconhecendo que situações políticas semelhantes podem desenvolver-se em sentidos diametralmente opostos, como é o caso da França e da Inglaterra. Este reconhecimento introduz na leitura tocquevilleana o elemento da *Providência*, que o sujeito político deve estar pronto para enfrentar, sobrepondo, através da política, as estruturas morais e culturais sobre a realidade material, concretizando o avanço de suas estruturas sem comprometer as liberdades previamente instituídas.

Tal versão dramática da história encontra a sua expressão nas dicotomias tocquevilleanas, categorias contrapostas, referidas, umas aos princípios fundadores das sociedades democráticas emergentes e, outras, aos das sociedades aristocráticas, como

nas oposições entre a igualdade e a liberdade, o privado e o público, o burguês e o cidadão, o interesse e a virtude, o útil e o honesto.¹²⁶

O segundo movimento democrático identificado por Tocqueville sucede ao momento de implantação da ordem mercantil-burguesa: para ele, a implantação desta ordem erigida sobre a matriz do interesse econômico traz o risco de uma excessiva privatização da esfera social, fenômeno que deve ser contido pela política. Enquanto “historicista radical, recusa-se a admitir a solução Hobbes-Locke que, por meio de um pacto social, separe a sociedade civil do Estado e a razão do interesse da razão pública.”¹²⁷

De um liberalismo notadamente anticontratualista, Tocqueville entende a liberdade como algo imanente à sociedade, não determinada pelo Estado, mas pelos valores sociais vigentes e historicamente construídos, de modo que ela deva preceder a igualdade para que o movimento transformista seja capaz de transformar os indivíduos em cidadãos, conquistando a igualdade sem perder de vista a liberdade dos interesses bem compreendidos, isto é, que determinam os aspectos centrais da formação social e as necessidades por ela criadas. Segundo Werneck Vianna, para Tocqueville, quando a igualdade se sobrepõe à liberdade, os indivíduos perdem de vista o caráter em comum de seus objetivos, individualizando os interesses coletivos e os transformando em perversões individuais. Assim como em Maquiavel e Montequieu, a liberdade tocquevilleana nasce da institucionalização dos antagonismos socialmente estabelecidos, substituindo, na

¹²⁶ Ibidem, p. 121.

¹²⁷ Ibidem, p. 125.

ordem democrática moderna, o corpo monárquico por uma magistratura capaz de representar os interesses em conflito.

Para o autor, esta conclusão fica claramente ilustrada pela transição ao liberalismo nas sociedades inglesa e francesa: enquanto na primeira as liberdades democráticas são estabelecidas preservando-se as estruturas políticas da aristocracia, isto é, as liberdades já instituídas; na segunda, as aristocracias encontram-se socialmente e politicamente esvaziadas pela centralização real e pelas relações sociais baseadas em laços de feudalidade, levando a um movimento revolucionário destituído de interesses bem compreendidos, regido pela teoria do direito natural, isto é, estabelecendo uma igualdade que não leva em conta as diferenças das forças sociais em disputa.

Portanto, uma vez que as instituições tradicionais da França são questionadas pelo próprio poder real, não se funda, no âmbito da política, um consenso em torno de interesses socialmente estabelecidos e defendidos que sejam capazes de levar adiante o estatuto da igualdade em consonância com a preservação da liberdade.

Para Tocqueville, a revolução não consiste numa forma superior de mudança social, e sim no resultado catastrófico de uma política que, por ser inconsciente dos processos dominantes nas sociedades em trânsito para a modernização, mobiliza atores emergentes sem incorporá-los, favorece a sua autonomia numa situação de controle social repressivo, aproxima contrários sem induzir solidariedade entre eles, o que permite a própria difusão da idéia da necessidade da mudança ao mesmo tempo em que a bloqueia.¹²⁸

Embora o caso francês devesse conduzir a uma sociedade em que as virtudes públicas fossem consideradas um padrão universal, o resultado de sua revolução é a

¹²⁸ Ibidem, p. 133-4.

centralização, ideário do Antigo Regime; ao passo que na Inglaterra, onde o movimento de mudanças consiste notadamente na resistência das instituições e valores aristocráticos, desenvolve-se uma noção de bem público numa sociedade refratária ao despotismo – demonstrando o papel da *Providência* na história, onde causas gerais levam a resultados bastante diversos.

Por outro lado, enquanto exemplos de modernização gradual, os paradigmas inglês e norte-americano, devido às suas especificidades históricas, possuem como matriz modernizante aspectos bastante diversos: enquanto na Inglaterra a política é o caminho pelo qual balizam-se as mudanças, nos Estados Unidos o interesse econômico é o responsável por este movimento de longa duração. Tocqueville ressalta estas diferenças porque nos Estados Unidos, a falta de uma aristocracia enquanto contratendência ao modelo mercantil-burguês poderia causar um excessivo alargamento do mundo privado, movimento a ser contido pela política; idéia que parece negar que o modelo americano seja exemplo para a Europa.

Werneck Vianna ressalta, entretanto, que em sua maturidade, após os eventos de 1848 na Europa, Tocqueville (no prefácio à décima segunda edição de *A Democracia na América*) retoma o exemplo norte-americano como exemplo para o gênero humano, uma vez que, para ele, lá se desenvolveu uma noção de liberdade capaz de transpor as próprias tradições para satisfazer os interesses, postos na infra-estrutura material – longe das paixões e valores dos estratos tradicionais, a América do Norte seria um caso histórico de junção entre o útil e o honesto como base da política e do Estado.

A secularização da doutrina do interesse bem-compreendido desloca as crenças e as virtudes tradicionais. O valor da dimensão do público não reside em si, enquanto portador de uma razão e de uma lógica próprias. Ele é o resultado da tradução dos *interesses* em *direitos*, e está fortemente associado em Tocqueville à propriedade privada como um bem ao alcance de todos.¹²⁹

Se, por um lado, a matriz do interesse pode levar à excessiva privatização do mundo público, cabe ao ator político, no desenvolvimento da atividade política fazer transparecer, de forma honesta, o predomínio destes interesses na condução da vida pública, diluindo as barreiras entre o público e o privado, transformando o espaço público no palco dos confrontos dos interesses privados bem compreendidos e representados. Assim, em Tocqueville, é chamado de americanismo o “processo em que a América se desprende do que é singular à sua história, constituindo-se como expressão genérica do movimento expansivo da revolução da igualdade.”¹³⁰

Assumindo o caráter de uma revolução passiva permanente, o americanismo em Tocqueville prescinde de rupturas políticas que conservem um movimento progressivo, instituindo como premissa para um estado social de igualdade a definição e a defesa do interesse socialmente compreendido, fruto das necessidades geradas pela infra-estrutura material, definição que permite a Werneck Vianna aproximar a leitura do americanismo tocquevilleano às concepções gramscianas sobre o tema.

Enquanto intelectual politicamente engajado, é preocupação de Werneck Vianna relacionar a trajetória de Antonio Gramsci e suas concepções às teorias marxianas e marxistas e ao desenvolvimento de suas reflexões sobre as relações em Estado e sociedade e suas possibilidades de interação e mudança, conforme será tratado aqui, para

¹²⁹ Ibidem, p. 143.

¹³⁰ Idem.

que se compreenda a posição do autor sobre o americanismo e sua leitura sobre o tema em Tocqueville e Gramsci.

A universalização dos princípios neoliberais, como a globalização, a perda de importância do Estado-nação, a fragmentação do mundo do trabalho, associados à crise dos paradigmas da esquerda, inviabilizam pensar na revolução em seu molde nacional-popular, dotado de fortes elementos jacobinos. Porém, Werneck Vianna ressalta o fato de que a perda das possibilidades históricas deste modelo de revolução não significa dizer que não existam mais processos de transformação e de contestação, especialmente nas regiões periféricas do capitalismo.

Será em Gramsci, a princípio em suas análises sobre o *Risorgimento* italiano, que o autor encontrará os elementos para compor suas reflexões sobre os processos brasileiros de transformação sem rupturas, tão polemicamente denominada de *revolução passiva*.¹³¹ O autor ressalta que, como qualquer intelectual de grande porte, analisar Gramsci necessita levar em conta a diversidade temporal de sua obra nos anos da juventude e da maturidade, nas quais as experiências dos Conselhos de Fábricas e posteriormente do regime fascista e da prisão, associado ao refluxo do movimento operário, levam a duas diferentes leituras sobre os processos de revolução passiva.

No primeiro momento de sua produção, Gramsci vivencia o contraste entre o sul agrário e o norte industrial da Itália, cuja fragmentação econômica e cultural o levam a pensar na cultura como elemento catalisador de uma unidade capaz de ser revolucionária,

¹³¹ “A revolução passiva é a ‘revolução sem revolução’, construção lingüística propositalmente paradoxal (...) explícita, no Lênin de *Dois Táticas*, quando é mobilizada pela sua explicação a fim de dar conta das formas não-clássicas de realização do domínio burguês, isto é, sem a presença do elemento plebeu, jacobino, revolucionário (...).” (VIANNA, L. W. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. Op. cit, p. 70.)

contexto que valoriza a idéia de uma revolução nacional-popular. Vale ressaltar que, enquanto militante do partido comunista, esta concepção encontra-se alinhada às concepções marxista-leninistas que, como visto no primeiro capítulo, apoiavam as formações de frentes nacionais capazes de aprofundar as contradições do capitalismo.

(...) devia-se chegar ao Ocidente pelo Oriente, em que o assalto à máquina do Estado fosse precedido de uma lenta erosão do bloco histórico agrário, cujo cimento seriam os intelectuais. Para tanto, era necessário uma orientação que privilegiasse o superestrutural sobre o infra-estrutural, e que viesse a conceder prioridade estratégica à questão da dominação cultural, confirmando-se o leninismo ao mesmo tempo em que se o inovava.¹³²

A partir de sua prisão em 1926, Gramsci começa a afastar-se das concepções da Internacional Comunista: enquanto esta visualizava no fascismo um sinal de degenerescência do capitalismo italiano, Gramsci começa a tratar o regime como um caso de modernização conservadora burguesa, chave que aprofundará suas reflexões sobre a revolução passiva e que o auxilia na abordagem do americanismo. Os *Cadernos do Cárcere*, iniciados em 1929, trazem como temas principais os intelectuais e a cultura, o americanismo, história da Itália e história geral, inaugurando uma nova fase intelectual na trajetória gramsciana cuja interpretação gera polêmicas entre seus intérpretes.¹³³

Para Werneck Vianna, a análise gramsciana, base de sua compreensão da revolução passiva, entende que a disseminação da revolução burguesa pelo mundo se deu

¹³² Idem, p. 38.

¹³³ Autores como C. N. Coutinho, J. Femia e C. Buci-Glucksmann entendem que a ênfase da teoria gramsciana recai sobre as super-estruturas, através do estudo cultural e de Maquiavel, no qual é ressaltado papel do partido na política moderna. Outros, como N. Badaloni, G. Vacca e F. de Felice vêem em Gramsci a primazia da infra-estrutura material na determinação das superestruturas, ênfase em destaque na nota *Americanismo e fordismo*, posição compartilhada por Werneck. Nas palavras do autor: “(...) Gramsci, nos *Quaderni*, chega à percepção da importância da super-estrutura a partir de uma situação de *atraso* no desenvolvimento da estrutura (...) e não pelo ângulo da cultura em geral.” (Ibidem, p. 45)

através da “exportação” dos princípios liberais da revolução francesa. Longe do elemento jacobino, o liberalismo dissemina-se pela Europa num processo político de restauração das monarquias tradicionais, apontando para um movimento primordialmente super-estrutural na consolidação da hegemonia deste modelo (primazia dada pela realidade material, não pela opção de Gramsci por esta esfera da estrutura social).

Não se trata de afirmar a primazia da supra-estrutura, e sim o da unidade com as forças produtivas, cuja condição está no domínio consciente do movimento destas por parte de seus portadores.¹³⁴

A compreensão da super-estrutura como elemento favorável à modernização capitalista conservadora (uma vez que se firma sem um consenso socialmente estabelecido, mas pelas vias de atuação do Estado) coloca Gramsci na contra-mão das perspectivas do marxismo-leninismo, para o qual o atraso poderia intervir como vantagem a uma coalizão nacional que acentue as contradições do capitalismo numa situação periférica. Este distanciamento das perspectivas adotadas pelo partido comunista soviético e a aproximação ao tema da revolução passiva levam Gramsci a incorporar o caso norte-americano como um novo tipo de paradigma de modernização capitalista, que implica numa transformação de longo prazo (revolução sem rupturas) ao mesmo tempo que aponta para novos elementos de construção de hegemonia:

Na sociedade racionalizada americana a “estrutura domina mais imediatamente as supra-estruturas”, que são “racionalizadas” – a “hegemonia nasce na fábrica” (*Q.*, 2145). Aí, um caso de feliz oportunidade para que os “portadores sociais das forças produtivas” possam vir a modelar as supra-estruturas, criando no tecido mesmo da sociabilidade as

¹³⁴ Ibidem, p. 47.

condições para o autogoverno e para a internalização do Estado, suprimindo a oposição entre o público e o privado.¹³⁵

Werneck destaca dos estudos de Gramsci a importância do papel dos intelectuais como amálgama entre as super-estruturas e a infra-estrutura material, seja num processo de revolução passiva visto no período do *Risorgimento* italiano, seja naquele inerente ao americanismo: no primeiro caso, os intelectuais vinculados ao Estado (intelectuais tradicionais) tendem a atuar no sentido de garantir o domínio estatal sobre a sociedade civil, contendo-a e persuadindo-a; ao passo que no segundo caso, os intelectuais, desprovidos da tradição do direito natural e da razão iluminista, tendem a surgir das classes envolvidas no mundo da produção (intelectuais orgânicos) com a função de transformar em super-estruturas (morais, políticas, legais, religiosas, etc.) os interesses e a eticidade emergentes do mundo do trabalho, forjando nuclearmente uma nova ordem super-estrutural que se estabelece do interior do próprio Estado.¹³⁶

Se a revolução passiva no contexto do fascismo italiano instrumentaliza uma sociedade civil de bases sociais fracas em favor da formação de uma modernidade altamente centralizada e coercitiva, o modelo americano traz ao processo transformista a possibilidade da sociedade civil agir em seu próprio benefício pelos mecanismos disponíveis no Estado democrático.

¹³⁵ Ibidem, p. 50. Pretende-se adiante desenvolver melhor o conceito do americanismo tal como aparece em Gramsci e sua apropriação por Vianna. Aqui interessa citá-lo como conceito relevante a fim de compreender o arcabouço teórico utilizado na leitura de Vianna sobre a revolução passiva brasileira.

¹³⁶ Esta noção da importância dos intelectuais na formação de um bloco histórico adquire na análise de Werneck sobre a revolução passiva brasileira um papel central, tanto pela falta de classes ou grupos que encabeçassem a modernização conservadora brasileira quanto pelas próprias relações entre a formação do Estado moderno e suas elites intelectuais. O autor segue a linha analítica gramsciana, que estabelece “uma sociologia dos intelectuais, cujo alcance explicativo transcende a morfologia desse estrato para se instalar no centro de sua ciência política como explicação do porquê, como e quando o domínio do Estado ‘se amplia’.” (Ibidem, p. 51).

(...) Gramsci, que apreendeu a natureza do Estado moderno, a partir da análise das condições em que o capitalismo se reproduz social e politicamente em formações burguesas retardatárias (...), quer transferir o fruto do seu aprendizado para o “seu” ator: a sociedade civil, lugar efetivo em que se garante a dominação exercida sobre ele, deve ser, por isso mesmo, o lugar da sua emancipação.¹³⁷

Assim, se o processo de modernização das estruturas capitalistas (fatos) forja o sujeito que atua nesse modo de produção, interferindo em sua formação cultural, social, etc., este sujeito será a base econômica do “homem coletivo” (ator), que no americanismo é altamente racionalizado, movido pela defesa de seus interesses socialmente disseminados e politicamente bem compreendidos (virtudes que o modelo americano apresenta tanto em Gramsci como em Tocqueville). Ao contrário das revoluções passivas de tipo conservador – a Itália fascista é um exemplo expressivo, no qual a modernidade se estabelece pelo domínio estatal da vida pública e privada –, o modelo americanista tem a gênese de sua modernidade intrinsecamente associada às estruturas produtivas, sendo o fordismo-taylorismo exemplos modernos desta forma de racionalidade.

Ao revisitar a trajetória intelectual de Gramsci, Werneck Vianna pretende ressaltar que, mais que definir Gramsci como teórico das super-estruturas ou da infra-estrutura material, é necessário delimitar os diferentes sentidos que o autor confere ao conceito da revolução passiva. Através de um procedimento essencialmente empírico, Gramsci reconhece no *Risorgimento* italiano um processo de revolução passiva desencadeado fundamentalmente no plano super-estrutural, num contexto favorável à subordinação do

¹³⁷ Ibidem, p. 59.

mundo produtivo ao mundo estatal; ao passo que a revolução passiva desencadeada pela sociedade norte-americana articula a formação de hegemonia aos interesses e necessidades gerados no mundo da produção, desenvolvendo seu Estado em consonância com os conflitos em disputa na infra-estrutura material.

Se a sociedade norte-americana fascina Tocqueville por sua organização democrática, Gramsci se interessa por ela pela organização de sua estrutura produtiva, econômica. Deve-se frisar que ambos autores reconhecem a possibilidade de universalização do modelo americanista, uma vez que o capitalismo necessita impor sua lógica reprodutiva internacionalmente para garantir sua sobrevivência. Para Gramsci, este modelo possui a possibilidade de aplicação no continente europeu, uma vez que lá existem estruturas culturais sólidas o suficiente para dar suporte a uma organização do tipo americana, isto é, movimentada pelo desenvolvimento da sociedade civil, devido à solidez de seus partidos, sindicatos, sua tradição intelectual, etc..

(...) A Europa, com seu humanismo abstrato e tradicional, seria uma velha civilização ameaçada pelo avanço de uma nova, não por acaso racionalizada à base do *ethos* puritano do fordismo. Gramsci, pensador enraizado na alta cultura européia, valoriza o prático, o material, a produção industrial de massas, tomando partido em favor da americanização, decerto não pelo viés do utilitarismo pragmático, de resto dominante na ideologia do americanismo.¹³⁸

Werneck Vianna, ao reconhecer no americanismo um paradigma de desenvolvimento e ampliação do capitalismo, especialmente no pós-guerra, toma como ponto de partida para suas reflexões, assim como Gramsci, a realidade empírica. Enquanto cientista social que valoriza a dimensão histórica das formações sociais e

¹³⁸ Ibidem, p. 66.

políticas, será este aspecto relevante em suas análises sobre a gênese das formações republicanas e suas especificidades no Brasil.

(...) A partir desse ângulo particular, importa pouco se a sociedade está ou não constituída como uma comunidade de valores, podendo mesmo estar sujeita a uma intensa fragmentação e a um radical processo de individuação, em razão dos efeitos deflagrados pela ação das “4 Mobilidades” – a espacial, a social, a familiar e a política –, como no diagnóstico de Walzer [1997, 319]. (...) Assim, o *interesse bem compreendido*, longe de ter as suas possibilidades de fundamentação desenraizadas pela dinâmica do capitalismo moderno e pelas transformações operadas nas estruturas demográfica, ocupacional e do mundo do trabalho, vem encontrando formas de reprodução a partir da própria sociabilidade, para que os novos direitos – quer os referentes às questões ambientais, quer os relativos às mulheres e aos diferentes grupos étnicos – jogam um papel fundamental, reforçando, inclusive, a luta pela preservação e ampliação dos direitos clássicos, como os civis, os sociais e os políticos.¹³⁹

Baseado nas concepções historicistas destes autores e longe da concepção de uma “república modelo”, baseada no ideal da *Polis* ou de comunidades fortemente arraigadas a conjuntos de valores, importa para Werneck Vianna a República em ato – aquela que é resultado de um processo histórico cristalizado em suas instituições, para as quais o Estado democrático de direito é a expressão contemporânea. Sem a carga heróica das antigas repúblicas, a concepção de Vianna sobre o conceito pode-se realizar em dissonância com uma cultura cívica que lhe dê suporte, principalmente se levado em consideração os casos de revolução passiva onde se presencia o domínio dos fatos, como é o caso brasileiro.

Porém, se a república necessita da institucionalização de seus conflitos dentro do Estado democrático de direito, não se pode entender que os fatos substituam o ator, sob pena de perder sua base social de sustentação – uma democracia que não possua uma base

¹³⁹ VIANNA, L. W./CARVALHO, M. A. R.. República e civilização brasileira. Retirado do site **Gramsci e o Brasil** em 10/03/2004, p. 1.

social ativa, que a legitime, está fadada ao fracasso, cabendo às políticas públicas reanimar a sociabilidade (um Estado democrático não pode, por exemplo, conviver com taxas de participação eleitoral próximas a zero).

(...) as sociedades retardatárias, objetos de processos de modernização conduzidos pela ação coercitiva do Estado e caracterizadas pela ausência de um estatuto de liberdade e de igualdade comum a todos os seus indivíduos, quando institucionalizam os modernos institutos da democracia política o fazem desencontradas de uma cultura cívica que possa ancorá-la. Tem-se, então, um cenário em que a vida republicana se vê prisioneira de uma “sociologia adversa” a ser corrigida pela política (...), por um processo no qual a ação do ator, quer seja ele um partido, uma associação, uma fração da *intelligentsia*, uma instituição, ou mesmo setores da administração pública, se empenhe em favorecer, tal como nas lições da ciência política de estilo tocquevilleano, a emergência do público em meio ao particularismo privatista.¹⁴⁰

Enquanto marco histórico da formação republicana moderna, a Revolução Francesa acena para o paradigma de revolução passiva que norteará a instauração da burguesia pela Europa: há o reconhecimento da dominação econômica da burguesia sob a égide da dominação política das monarquias tradicionais, onde a chave conservar-mudando cria mecanismos legais para contenção das pressões organizadas pelas classes trabalhadoras.

Entretanto, a luta contra o nazifascismo, para Vianna, institui uma nova base legal para as formações democráticas, uma vez que estes regimes totalitários se utilizam do processo legislativo para garantir a legalidade de seus regimes. O modelo republicano instaurado desde a Revolução Francesa de 1789 supunha a separação entre os três poderes ao mesmo tempo em que pretendia garantir a prevalência da vontade da maioria – situação que se altera sensivelmente com a vitória das forças democráticas liberais após a

¹⁴⁰ Idem, p. 3.

segunda guerra, alcançando uma democratização de amplitude inédita na história republicana, pois estabelece um constitucionalismo partindo da preservação dos direitos fundamentais da pessoa humana, subordinando a eles as leis do direito positivo.

Analisando os processos históricos, Werneck Vianna conceberá a formação republicana brasileira desencadeada pela aderência ao liberalismo, regime instaurado no bojo de uma ordem econômica colonial, de base escravista e agrária. Embora o liberalismo tenha-se firmado no Brasil como obra de um Estado-nação que busca garantir sua coexistência com a dominação patrimonial, sua ideologia cumpre seu papel ao estimular a atividade mercantil e o estatuto da liberdade e da igualdade entre os setores urbanos emergentes, apesar de sua relação de comprometimento econômico com o patrimonialismo. Para o autor, seguindo as formulações de Oliveira Vianna¹⁴¹, se o Estado centralizador europeu age como opressor das liberdades locais e individuais, no caso brasileiro ele se apresenta como um promotor delas, uma vez que as defende dos desmandos regionais amplamente praticados pelos coronéis e senhores de terras.

Perceber, porém, a ação do Centro no exercício de um papel civilizatório importa (...) a percepção dos limites desse movimento, incapaz de proceder a uma intervenção desorganizadora da esfera patrimonial e de impor, sem contrastes, a supremacia da ordem racional-legal – a democratização do acesso à terra sendo a precondição.¹⁴²

Enquanto obra de um Estado caracterizado por uma modernização capitalista autoritária, a república brasileira é movida por uma cultura cívica que não pretende estimular a livre iniciativa do indivíduo, pois, comprometida com as elites econômicas

¹⁴¹ Este autor aparece nas obras de Werneck Vianna como referência para pensar o processo civilizatório brasileiro, motivo pelo qual será desenvolvido com mais cuidado adiante.

¹⁴² *Ibidem*, p. 9.

tradicionais, este processo procura um consenso baseado na idéia de um bem comum que, mesmo sendo fortemente corporativo, visa o progresso nacional via industrialismo – bases do processo da revolução passiva brasileira, na qual os estratos intelectuais¹⁴³ cumprem um papel fundamental enquanto atores neste processo.

Este protagonismo das camadas intelectuais, devido à falta de uma unidade promovida pela sociedade civil, alcança um papel fundamental na formação política brasileira, estendendo-se aos operadores do corpo jurídico, principalmente com a redemocratização, cujo contexto favorece a atuação deste segmento em benefício dos grupos excluídos dos centros de poder pelo neoliberalismo, tema do quarto capítulo.

¹⁴³ É necessário salientar que Werneck Vianna se ocupa da categoria dos intelectuais enquanto fração social envolvida na revolução passiva da república brasileira, ora como segmento acadêmico, como funcionários do Estado, como corpo jurídico, enfim, assim como Gramsci, Werneck procura demonstrar de que forma as diferentes categorias de intelectuais cumprem, no Brasil, a função de amalgamar os projetos das elites políticas ao consenso da sociedade civil.

Capítulo IV:

O Brasil e a revolução passiva

Utilizando-se da categoria gramsciana da “revolução passiva”, Vianna demonstra como o conceito no Brasil (onde caracteriza um processo em que a mudança ocorre com a intenção de conservar, num movimento “de cima para baixo” e de longa duração), precocemente vem substituir os ideais revolucionários, num processo cooptativo que duraria até o golpe militar de 1964 e que se inicia com a chegada da Corte no Rio de Janeiro em 1808. Este processo se consolida sob domínio da tradição iberista, territorialista por excelência e com o poder econômico assentado sobre bases rurais e escravocratas – bases que assentarão também o liberalismo brasileiro que, sob a chave da revolução passiva, não possui caráter jacobino, necessitando estruturar-se no interior do Estado, instituição tensa e responsável por forjar uma civilização criada “a conta-gotas pelas elites”.

Desta forma, o movimento de modernização e industrialização iniciado nos anos 1930 se dá sob as bases da modernização conservadora, tendo como “‘fermento revolucionário’ a questão social, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar novas oportunidades de vida para a grande maioria ainda retida (...) nos latifúndios.”¹⁴⁴. Neste processo autoritário de conservar-mudando, embora ocorra a manipulação das massas urbanas emergentes, ela

¹⁴⁴ VIANNA, L. W.. Caminhos e descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 18.

é introduzida no mundo dos direitos, dissipando cada vez mais a relação tutelar Estado/sociedade:

O longo fluxo da revolução passiva brasileira, com o golpe militar de 1964 – sintomaticamente autodesignado como revolução –, pareceu, de imediato, ter encontrado o seu termo de conclusão. Com efeito, durante o primeiro governo militar teve essa implicação, com a valorização do mercado em detrimento do Estado, o empenho na orientação de emancipar a economia de fins políticos, e o abandono de uma política externa independente. A derrota dos territorialistas e da coalizão política que os sustentava abre, então a oportunidade para a reforma liberal das estruturas do Estado e das suas relações com a sociedade, cumprindo-se uma americanização ‘por cima’ e o acerto de contas com a tradição ibérica.¹⁴⁵

Entretanto, a lenta erosão da ordem patrimonial para uma ordem social competitiva, iniciada durante o regime militar, demonstrou nos anos da abertura que o Estado brasileiro não possuía “nexos inamovíveis entre capitalismo e regime político autocrático, (...) vindo a se conquistar a democracia política, em um contexto de mobilização de massas (...) e de fortalecimento da vida sindical e associativa (...) sem se alterar a forma de propriedade.”¹⁴⁶. Contudo, sob o regime democrático de ordem representativa e pluralista inaugurado pela Constituição de 1988, abrem-se espaços políticos que eliminam “ao menos em tese, obstáculos institucionais e constitucionais que viessem a interditar, como observava Gramsci, ‘a passagem molecular dos grupos dirigidos a grupos dirigentes.’ (Gerratana, 1975, p. 1056)”¹⁴⁷.

Deve-se notar que o foco da discussão feita por Vianna está em compreender a formação histórica brasileira como um movimento carregado de intencionalidade, isto é, a história não tem sua ação motivada pelo interesse da sociedade civil, mas pelas elites

¹⁴⁵ Idem, p. 20.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 23

¹⁴⁷ Ibidem. Esta questão será aprofundada juntamente com o tema do americanismo no Brasil.

econômicas que necessitam criar uma Nação voltada aos seus interesses – a consolidação da república brasileira é uma invenção das elites políticas e preocupação de uma *intelligentzia* ocupada do seu projeto civilizatório. Para chegar a tal conclusão, mobiliza a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos, intelectuais cujas diferenças analíticas (iberismo e americanismo) contribuem para a concepção e formação do Estado brasileiro.

Com o olhar sobre o século XIX, Tavares Bastos imprime ao americanismo brasileiro um tom diverso do obtido na América Hispânica: além do processo de Independência brasileira confluir num Estado monárquico (fato que não ocorre no restante da América), favorecendo, no caso brasileiro, o fortalecimento do poder local em detrimento à forma republicana; as elites brasileiras fortemente assentadas na tradição ibérica (territorialista e agrária) acenavam, contudo, em favor da cultura política anglo-saxônica (voltada a uma cultura prática, de domínio das técnicas e das artes) – não encontrando correspondência prática desta cultura com o exercício de seu governo.

Estas particularidades da formação do Estado brasileiro baseiam-se, segundo Tavares Bastos, no modelo absolutista que ter-se-ia imposto a este Estado. Portanto, Tavares Bastos, para Werneck Vianna, é o precursor das análises de orientação liberal que buscam as bases do autoritarismo brasileiro na história da metrópole.

(...) ao se iniciar a colonização, a “idade heróica” de Portugal já cedera lugar ao absolutismo, o espírito dos imigrantes pervertido pelo estigma do despotismo, do patrimonialismo, da intolerância religiosa. (...) Os “males do presente” não se devem ao singular atraso social brasileiro, nem ao estado de dissociação da sociedade civil. Tavares Bastos inverte o problema: é o poder quem corrompe, quem impede o indivíduo

de se elevar à cidadania, como é ele quem, através de suas ações, inibe a iniciativa e enfraquece o espírito público.¹⁴⁸

Embora reconheça as especificidades da experiência brasileira e da norte-americana, para Tavares Bastos estas diferenças estariam essencialmente ligadas à forma de constituição do poder colonial – assim como outros americanistas (como R. Faoro e S. Schwartzman), Bastos desdenha uma análise sociológica para concentrar-se no homem político, individualizado, de livre iniciativa econômica.

Contudo, para Werneck, apesar de sua visão sobre o homem individualizado, as reformas políticas¹⁴⁹ idealizadas por Bastos não devem partir do homem comum ou da sociedade civil, pois dali, segundo ele, poderia nascer a barbárie, não a civilização. Se a via americana prescinde de dois fatores elementares – terra e mercado de trabalho livre – com o objetivo de efetivar um projeto nacional capaz de conservar a unidade nacional e o controle social das classes subalternas, estes elementos, por sua vez, são sustentados pelas tradições ibéricas, a partir de instituições como o latifúndio e o trabalho escravo.

A contradição que o projeto americano encontra na sociedade brasileira o leva a abdicar “de qualquer intenção de revolver o *país profundo*, constituindo-se numa ideologia especial de liberalismo de Estado.”¹⁵⁰ Partindo destas constatações, os liberais desistem de enfrentar as contradições entre a livre iniciativa econômica e latifúndio, trabalho escravo e imigração. Assim, por volta dos anos 1870, os liberais da tradição de

¹⁴⁸ VIANNA, L. W.. Americanistas e Iberistas: a Polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 2004, p. 157.

¹⁴⁹ Para o americanismo de Tavares Bastos, o processo civilizatório brasileiro só se modernizaria mediante um processo de descentralização política, de livre iniciativa da economia, conquistadas através do trabalho livre e da formação de mercados, via imigração. Porém, para ele, a indústria é o mundo agrário e suas relações econômicas.

¹⁵⁰ Op. cit., p. 158.

Tavares Bastos são basicamente homens de Estado, que passam a imputar ao autoritarismo das elites ibéricas a responsabilidade pela situação de atraso, deixando de lado os questionamentos sobre os paradoxos entre suas crenças e o Estado em que atuam.

Nesta tradição, a explicação para a singularidade do caso brasileiro seria a transferência da cultura política ibérica, patrimonialista, para a colônia, comprometendo a realidade com o despotismo político e com o atraso. A ênfase recai sobre a descentralização, mecanismo capaz de retirar das “garras” do poder central os novos cidadãos de livre iniciativa.

Por sua vez, o iberista¹⁵¹ Oliveira Vianna, ao observar as mudanças do século XIX para o XX – gerados, em grande medida, pelo fenômeno da urbanização e da imigração – elege um caminho oposto ao dos liberais ibero-americanos. Apesar da distância que mantém de uma atuação política popular e de sua adesão às teorias da “superioridade racial”, adota uma posição que valoriza de forma positiva a história do país e de seu povo. Oliveira Vianna toma como ponto de partida suas análises em história social, sob bases durkheimianas, fazendo da Sociologia seu instrumento de compreensão e intervenção no real. Para ele, a forma do desenvolvimento ibérico brasileiro levaria à constituição particular da sociedade.

(...) o elemento ibérico trará (...) qualidades de escol na raça de arianos que vai constituir a aristocracia agrária da Colônia (...). de outra parte, o meio rural da Colônia (...) teria reciclado as virtudes da aristocracia ibérica em favor de um sedentarismo agrícola, transmutando o “ardor aventureiro do luso” num novo *ethos* favorável à obra da paz e da civilização.¹⁵²

¹⁵¹ Entende-se por iberismo no Brasil a cultura política das elites colonizadoras, agrárias e patrimonialistas, baseadas no trabalho escravo e no territorialismo.

¹⁵²VIANNA, L. W.. Op. cit., p. 164.

A inexistência de uma classe média rural que incentive o trabalho através da livre iniciativa (como a produção de tecidos e vinhos, por exemplo) sedimenta a composição social entre o patrono local, portador dos direitos e da força, e os seres subalternos do campo, que “só estão garantidos, seguros, defendidos, quando têm para ampará-los o braço possante de um caudilho local.”¹⁵³

Neste tipo de sociedade, onde o cidadão não poderia nascer de pessoas submetidas aos poderes locais, o ideal civilizatório só pode realizar-se mediante a ação de um Estado soberano, unitário, capaz de impor-se em nível nacional através de uma grande missão civilizatória. Para Oliveira Vianna, assim como seria indevida a comparação do Estado brasileiro a uma forma de asiaticismo, também a centralização monárquica diferia do absolutismo europeu: “o Estado centralizador, entre os europeus, seria um ‘agente opressor das liberdades locais e individuais’; aqui, um promotor delas, na medida em que (...) é ele quem defende essas mesmas liberdades contra os caudilhos territoriais, que as agridem.”¹⁵⁴

É na República que a Ibéria vai encontrar a possibilidade de plena realização, ultrapassando o iberismo instrumental da monarquia e se aproximando da cultura política e da coesão social anglo-saxônica, na qual o interesse e a unidade nacional são guiados por uma ordem racional. Portanto, em Oliveira Vianna, a aproximação da sociedade brasileira à cultura política anglo-saxônica não é a superação do iberismo de suas elites, mas sua forma particular de realização.

¹⁵³ VIANNA, O. *Populações Meridionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1920, p. 151.

¹⁵⁴ VIANNA, L. W.. Op. cit., p. 167.

O iberismo instrumental não se constituía para criar o seu contrário – o americanismo de matriz utilitarista e individualista –, mas para se completar numa Ibéria plena e moderna pela via dos grupos intermediários da cultura política anglo-saxônica.¹⁵⁵

Conclui-se daí que em Oliveira Vianna a República brasileira é institucionalmente anglo-saxã numa sociedade sem liberdades civis, uma vez que as elites agrárias, enquanto classes economicamente dominantes, nunca se colocam como agentes de integração política, como organizadores de um Estado racional, resultando na subordinação do poder central ao local, do público ao privado.

Porém, quando as personagens que integram o trabalho industrial e a vida urbana e passam a reivindicar sua inclusão política – reivindicação que animou a Revolução de 1930, frustrada nos anos subseqüentes – Oliveira Vianna transita da crítica ao liberalismo brasileiro à proposição de uma nova forma de organização social, em que o Estado centralizado (nos moldes imperiais) conduziria o projeto de modernização do país.

Em resumo, nota-se daí como para Werneck Vianna, Estado Imperial e Estado Novo, faces da ampliação do Estado brasileiro, têm sido os espaços de onde opera uma *intelligentzia* empenhada em adequar o país ao espírito de seu tempo, consagrando o conservadorismo da modernização brasileira. Entretanto, este processo de revolução passiva, em que pese o fato dos indivíduos tornarem-se cidadãos através do favorecimento clientelista, coloca em questão a agenda da igualdade social, ainda que sob ausência das instituições de liberdade. Isto o leva a entender o Direito e as instituições jurídicas como agentes responsáveis por uma ação educativa capaz de traduzir em cidadãos os trabalhadores que se organizam nos centros urbanos a partir dos anos 1930.

¹⁵⁵ Idem, p. 178.

Uma vez que o autor não trabalha a partir de modelos teóricos pré-fixados, mas procura na realidade os elementos constitutivos da forma republicana brasileira, pode-se dizer que, para ele, a nova sociabilidade criada a partir do Estado de Direito e sua *intelligentzia* no Brasil tem como tônica atenuar as contradições postas por uma modernização conservadora voltada a uma prática desenvolvimentista, administradas pelo Estado.

Intelectuais e revolução passiva brasileira: “caminhos e descaminhos”

Ao entender a formação republicana como resultante da institucionalização dos conflitos sociais, Werneck se ocupa da análise da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, demonstrando seus nexos com a própria trajetória da República brasileira, para com isto justificar a centralidade das camadas intelectuais no processo de revolução passiva. Para o autor, a relevância do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil está no fato de que, assim como em outros países capitalistas, o desenvolvimento desta disciplina mobiliza um apelo à própria singularidade do desenvolvimento capitalista. Retomando a trajetória da disciplina em diferentes contextos nacionais, Werneck Vianna percebe que, em situações de capitalismo desenvolvido, as Ciências Sociais se desenvolvem no terreno da sociedade civil, mobilizadas e posteriormente institucionalizadas através dos temas de reformas sociais, num contexto de

democracia política¹⁵⁶ – o que não se tem no caso brasileiro, onde a disciplina se institucionaliza como projeto das elites conservadoras.

(...) Democracia política em circunstâncias de democratização social foi o terreno propício à institucionalização das Ciências Sociais, seja pelo ângulo da elaboração sistemática dos seus temas pela Universidade, com preferência pelos efeitos da passagem do *tradicional* ao *moderno* sobre as dimensões do *social* e da *política* – como em Durkheim –, seja pela adoção da perspectiva da reforma social, em sociedades como a americana, que, além de ter nascido *moderna*, é fortemente consensual quanto à sua forma do político e valores básicos.¹⁵⁷

Embora o caso alemão – em que a institucionalização das Ciências Sociais não coincide com um projeto de reformas sociais, devido ao desenvolvimento autoritário de seu capitalismo – seja o mais semelhante ao brasileiro, é nos Estados Unidos que a institucionalização da disciplina melhor acompanha um projeto de reformas sociais de sociedade civil, processo descrito por alguns autores por “academização das reformas”.¹⁵⁸ Empenhada na resolução de problemas coletivos, esta cultura cívica reformista cumpre seu papel frente à modernização americana, caracterizada, segundo Gramsci, por tornar os interesses econômicos bem compreendidos em super-estruturas sociais que compõem seu Estado.

Por sua vez, o Estado brasileiro não conhece uma tradição sociológica “de sociedade civil”¹⁵⁹, mas deita raízes numa intelectualidade de rica tradição literária ensaística, erudita, que gravita em torno do Estado ou é parte integrante dele, como Sílvio

¹⁵⁶ Werneck Vianna cita como casos paradigmáticos deste tipo de relação (institucionalização das Ciências Sociais/desenvolvimento capitalista) a França, os Estados Unidos, a Alemanha e a Inglaterra, segundo os estudos de T. N. Clark (1973), Bulmer (1984), Arantes (1992). (VIANNA, L. W.. A institucionalização das Ciências Sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: op. Cit, 1º ed..)

¹⁵⁷ Idem, p. 175.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 177.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 180.

Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Até a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e da Universidade de São Paulo, USP, (1934), o ensino universitário reduzia-se a centros de formação profissional.

Werneck Vianna ressalta que, se por um lado, a institucionalização das Ciências Sociais não possui uma tradição científica universitária que a anteceda ao mesmo tempo em este processo não é capaz de extrapolar o segmento intelectual que mobiliza sua formação; por outro, o foco de discussão desta Sociologia está orientado para a obra de conclusão do Estado nacional. Longe de procurar teorias sistemáticas para planos de reformas sociais, as Ciências Sociais no Brasil têm em sua gênese a preocupação em extrair, do social, uma fundamentação para uma política de construção do Estado e de suas instituições.

(...) o recurso à Sociologia operado pelo ensaísmo ilustrado não visava informar e formar a sociedade, mas ao Estado, porque seria da ação pedagógica deste que deveria emergir a nação.¹⁶⁰

Fortemente impregnada pela tradição paulista, que nos anos 1930 oferece resistência frente ao arcaísmo do Estado brasileiro, a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil representa para Werneck Vianna a preocupação com a “internalização dos fatores que conduzem ao desenvolvimento econômico, em um viés macroestrutural dominado pela perspectiva de transição da sociedade tradicional à moderna.”¹⁶¹ Institucionalizadas mediante um Estado já envolvido com a questão social, as Ciências

¹⁶⁰ Ibidem, p. 181.

¹⁶¹ Ibidem, p. 184.

Sociais no Brasil farão o caminho inverso do caso norte-americano: tendo como premissa um Estado já em desenvolvimento rumo à modernidade, a disciplina se envolverá na reflexão sobre o tipo de sociedade que se pode forjar por este Estado.

Das definições de R. Merton e K. Mannheim¹⁶² (comunidades científicas e *intelligentzia*) sobre as diferentes concepções a respeito do papel dos intelectuais na sociedade; Werneck Vianna descreve no Brasil a presença de ambas posturas, sendo a primeira referente aos anos 1930 (mais presente entre os intelectuais paulistas), em que as Ciências Sociais se estabelecem no meio acadêmico com a finalidade de se firmar em seu caráter científico e a segunda adotada após 1945, num contexto de democracia emergente (com maior ênfase entre os intelectuais cariocas).

(...) Conscientes de que a comunidade científica que tentavam implantar no Departamento de Ciências Sociais da USP se inscrevia num capitalismo retardatário e em uma sociedade ainda em trânsito do patrimonialismo para uma ordem social competitiva, não reconheciam uma relação de homologia entre ciência e representação política e social. Tal situação de estranheza (...) enfraquecia neles a expectativa de que poderiam exercer algum papel transformador se permanecessem confinados à dimensão sistêmica da ciência.

Nesse sentido, a vocação mertoniana precisava ser complementada pela noção de *intelligentzia* de Mannheim (...).¹⁶³

¹⁶² Envolvidos no debate sobre a definição e o papel dos intelectuais enquanto categorias sociais, Merton (**Teoria e Estruturas Sociais**, México, 1965) entende a categoria como comunidades científicas orientadas por um *ethos* próprio e exercendo autonomia sobre a sua produção. “A rigor, a concepção mertoniana de comunidade científica, impondo sua autonomia diante dos valores de mercado e de outras dimensões da vida social, requeria a possibilidade de que a sua *ciência* pudesse encontrar interlocutores confiáveis na estrutura social e nos partidos.” (VIANNA, *ibidem*, p.186). Em Mannheim (*American Sociology*, in **Essays on Sociology and Social Psychology**, 1953), mais “do que homens de ciência, os cientistas sociais fariam parte de uma *intelligentzia* que, ‘no caos dos antagonismos grupais de que participa’, teria a função de buscar a ‘compreensão mais completa possível da situação histórico-social e a afirmação correspondente de interesse por ela’ (Fernandes, 1974: 269).” (*Ibidem*, p. 187). Mais que um segmento social definido, a noção de *intelligentzia* supõe engajamento intelectual, determinação da relação direta entre opção teórica e postura social, entendendo o trabalho intelectual como atividade a serviço do projeto dos grupos sociais ao qual se alinha.

²¹ *Ibidem*, p. 187.

²² Não à toa, os primeiros trabalhos acadêmicos em Sociologia no Brasil focavam-se nos estudos etnográficos, desenvolvendo-se temas sobre o negro, o migrante, o folclore.

Assim, para o autor, a trajetória dos cientistas sociais brasileiros denota um caso em que a inspiração mertoniana de comunidade científica se traduz numa intervenção no sentido de uma *intelligentzia*, que atua em favor do reformismo, não da revolução. Procurando forjar uma Nação¹⁶⁴ para o Estado produzido pelas elites políticas e econômicas, as Ciências Sociais institucionalizam-se no Brasil como “disciplina que nasce fora de uma vocação de reforma social [e] investe-se dela ao se institucionalizar em comunidade científica.”¹⁶⁵

Do indivíduo fragmentado, exposto às relações de controle social do poder local, é objetivo das Ciências Sociais pensar numa identidade para este processo de industrialização dinamizado pelo Estado, contexto que no início dos anos 1960, com o processo de democratização instituído em torno das Reformas de Base, parece construir uma ponte entre comunidade científica e a sociedade inclusiva através de uma agenda de reformas sociais. Este período aproxima a atividade intelectual dos cientistas sociais ao tipo de atividade desenvolvida pelos intelectuais do Rio de Janeiro, que desde os anos 1930 se posicionam predominantemente como funcionários do Estado, do qual o Rio de Janeiro é sede até a década de 1950.

Nada mais distante da experiência de um cientista social carioca do que uma comunidade científica mertoniana, pois sem carreira, sem estímulo à pesquisa, sob permanente jurisdição política das autoridades educacionais do governo federal. Tudo isso qualificado pelo fato de viverem em uma sociedade na qual seus principais personagens sociais – os empresários e os sindicatos – tinham seus destinos entrelaçados aos rumos da política do Estado. A cultura política do Rio de Janeiro, mais as condições organizacionais do seu ambiente cultural favoreciam em sua *intelligentzia* uma perspectiva de modernização e de reformas *por cima*, privilegiando o papel do Estado na “mudança social provocada”. Nos anos 50, o encontro dessa tradição, a essa altura

²³ VIANNA, op. cit., p.189.

exposta às instituições democráticas da Carta de 1946, com os movimentos popular e sindical em processo de crescimento e autonomização (...) inspirou o primeiro impulso ideologicamente consistente de nacional-desenvolvimentismo.¹⁶⁶

Assim como os cientistas sociais paulistas, os cariocas têm suas reflexões animadas pela polaridade atraso/moderno a ser superada pela modernização econômica induzida pelo Estado. Porém, enquanto para os intelectuais paulistas esta perspectiva possui um tom negativo (uma vez que atualiza as elites tradicionais à moderna ordem burguesa), entre os cariocas tal percepção tem um sentido positivo, na medida que derrui as tradicionais estruturas do poder, viabilizando, pela crescente democratização da política, os centros de poder aos grupos subalternos. Estas reflexões desenvolvidas no Rio de Janeiro, sem a mediação acadêmica, ocorrem em instituições não universitárias (a maior referência é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB), com a clara finalidade de intervenção na vida pública. Estes esforços de “ida ao povo” mobilizam, além de intelectuais, outros segmentos sociais (movimentos culturais, de estudantes, de educadores, de trabalhadores rurais, etc.), gerando um genuíno clima de democracia política e democratização social, envolvendo uma ampla agenda reformista, propondo reformas capazes de abalar as estruturas do poder, como a reforma agrária.

Não há, para essa *intelligentia*, uma oposição insanável entre o Estado nacional e a sociedade, que deva culminar em uma ruptura revolucionária. Sob a intermediação da *intelligentia*, Estado e povo podem ser aproximados, transformismo ativo que quer fazer do Estado a agência de aceleração das “modificações moleculares” no tecido social e, por meio da ação popular, provocar a reforma democrática dessas instituições. O programa intelectual da Sociologia seria (...) o de viabilizar essa política.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Idem, p. 194.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 196.

Em que pesem as diferenças entre os intelectuais paulistas e cariocas – os primeiros procurando intervir enquanto comunidade científica que valoriza na relação atraso/moderno a defesa do eixo interesses/direitos/cidadania; os segundos, exercendo o papel de *intelligentzia*, procuram intervir na luta contra o subdesenvolvimento em nome do bem comum – enquanto categoria aproximam-se na medida em que, entre os anos 1950 e 1960, mobilizam-se em torno de uma agenda de reformas sociais.

Porém, a intervenção do Estado militar de 1964 põe a nu o fato de que a dicotomia subdesenvolvimento e desenvolvimento capitalista moderno, numa situação clássica de revolução passiva de tipo conservadora, encontra o seu termo num processo de complementaridade, na medida em que o atraso não atua como entrave ao moderno, mas pode intervir em favor dele. Apesar da repressão que o regime impõe sobre os ambientes universitários, os departamentos de Ciências Sociais conseguem manter a identidade do debate que se trava no período anterior ao golpe. Segundo Werneck Vianna,

Da dupla abstinência do regime para com as questões dos intelectuais e do “social” devem, em grande parte, as Ciências Sociais institucionalizadas a preservação da identidade que tinha sido elaborada nas décadas anteriores. Subestimadas, seus departamentos não foram extintos, assim como desconhecera a ameaça de uma orientação alternativa que viesse a disputar, nos anos de chumbo entre 1964 e 1968 e no próprio espaço acadêmico, a supremacia de que desfrutavam, especialmente se essa tentativa fosse amparada por financiamento à pesquisa e dotações de bolsas.¹⁶⁸

Garantidos enquanto categoria intelectual institucionalizada, os cientistas sociais – conforme se demonstrou no capítulo I pela análise de Lahuerta – passam a integrar centros de estudos independentes, resistindo por meio deles frente aos abusos cometidos

¹⁶⁸ Ibidem, p. 201.

pelo regime militar. Compulsoriamente envolvidos na realidade político-social, o período confere aos intelectuais legitimidade perante a população para opinar sobre as questões sociais, mecanismo ainda bastante utilizado pela mídia.¹⁶⁹

Esse tipo de resposta reforçou nos cientistas sociais o sentimento de que seriam portadores de um mandato público, confirmando os traços de sua identidade mannheimiana.¹⁷⁰

Embora o estímulo das agências governamentais durante a ditadura fosse para o desenvolvimento científico “exato, neutro”, os temas das Ciências Sociais voltam-se cada vez mais para a História, disciplina para a qual se recorre a fim de formular a natureza particular do processo de modernização conservadora no Brasil. Após a abertura democrática, a trajetória das Ciências Sociais vem se encontrando com o crescente processo de democratização social. Se nos anos da ditadura o afrouxamento do processo seletivo para os cursos de Ciências Sociais consiste numa estratégia de sobrevivência de seus departamentos, na abertura da década de 1980 tem-se já a presença de cientistas sociais de um novo tipo¹⁷¹: afeitos à especialização e à profissionalização, estes intelectuais encontram-se comprometidos com uma Sociologia moderna, voltada para

¹⁶⁹ “Se se toma como parâmetro apenas os meios de comunicação, não há como não reconhecer a existência de um consenso social implícito sobre a natureza pública das Ciências Sociais e dos seus cientistas, como se estes tivessem recebido uma delegação para representar, *em geral*, a sociedade.” (Ibidem, p. 180).

¹⁷⁰ Ibidem, p. 203.

¹⁷¹ Da transição em diante, Werneck descreve três tendências sociológicas predominantes no espaço acadêmico: apoiada na Sociologia do Conhecimento, a primeira assume posturas classicamente mertonianas, pelas quais se dissocia conhecimento científico e vida pública perseguindo, na realidade social, uma lógica própria para o desenvolvimento da ciência; a segunda, baseada na Sociologia da Ciência, procura contribuir, através de objetos definidos, para a resolução de problemas sociais. A terceira corrente identificada pelo autor baseia-se numa análise sociológica fragmentária (centrada em questões específicas, como a mulher, o negro, os sem-terra, etc.), objetos com os quais o cientista se identifica, representa no plano da ciência e se alinha em sua inscrição na vida pública. Percebe-se, da leitura de Werneck, que esta terceira corrente sociológica é a que melhor identifica-se a um processo de americanização das ciências sociais, uma vez que seus intelectuais representam grupos sociais, elaborando-os cientificamente (em super-estruturas) e interagindo junto a eles (Ibidem).

questões próprias de seu tempo, processo descrito por Werneck como americanização das Ciências Sociais.

(...) o acesso à vida pública, sem a mediação da ciência, fora de um objeto de especialização elaborado segundo ditames do método científico, parece estar interdito às novas gerações de cientistas sociais. A diferença dos “fundadores”, eles não detêm um “mandato público”, que permitia àqueles se dirigirem à sociedade como os “seus intelectuais”, sua razão crítica e intérpretes gerais do seu movimento. A inscrição na vida pública assume uma entonação minimalista, legitimadora de interesses, colada ao seu específico objeto social. Interesses-direitos-cidadania, essa é uma tendência para uma Sociologia como reforma social.¹⁷²

Do reconhecimento deste processo de americanização das Ciências Sociais, as reflexões de Werneck Vianna evoluem para a compreensão desta americanização num sentido socialmente mais amplo, mobilizando o conceito gramsciano do americanismo para traduzi-lo em um movimento instaurado no Brasil pela reformulação do Judiciário e seus mecanismos de atuação, assunto do próximo tópico.

Americanismo e Judicialização

O tema do americanismo via judicialização das relações políticas e sociais aparece em Werneck Vianna pela conjunção entre uma magistratura envolvida no movimento pela democratização (movimento que culmina na Constituição de 1988) e uma realidade sócio-política não correspondente à sua estrutura econômica moderna, incapaz de ministrar as

¹⁷² Vianna, op. cit., p. 211-212.

demandas sociais emergentes cujas necessidades e interesses não se encontram representados nesta ordem econômica.

A falência dos mecanismos políticos dominantes antes de 1964 e das expectativas de uma democracia social conforme pensada pelos intelectuais democráticos engajados em favor das reformas políticas a partir dos anos 1970 (conforme visto nos capítulos anteriores) gera uma crise dos paradigmas que animam o debate em torno da democracia emergente. Será através de um movimento empírico que Werneck Vianna apresentará uma leitura da atualidade capaz de propor novos caminhos aos dilemas do acesso à democracia à população *em geral*, dilemas em parte responsáveis pela diluição do debate da esquerda em torno de um projeto democrático reformista.

Antes de abordar a leitura de Vianna e dos conceitos que mobiliza para analisar a realidade brasileira, é necessário abordar o Gramsci do americanismo, para que se estabeleça sua relação com o contexto de democracia política dos anos 1990, período analisado por Werneck como um tipo de americanização ocasionada pela ampliação do acesso e das influências das instituições jurídicas.

(...) a valorização do direito pela teoria contemporânea apresenta evidentes afinidades eletivas com o conceito de *americanismo* em Gramsci, modalidade particular de revolução passiva que admitiria, ao contrário do sentido de origem desse conceito – a solução reacionária dada ao *Risorgimento* italiano –, uma revolução continuada a partir de uma autocomposição do social, irradiada, em sua teoria, pela eticidade nascida da fábrica moderna.¹⁷³

¹⁷³ VIANNA, L. W./ BURGOS, M. B.. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: _____. (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ/FAPERJ, 2002, p. 342.

À revelia das generalizações que o conceito do americanismo sofre no tema geral da americanização¹⁷⁴, segundo Werneck Vianna, em Gramsci o conceito debate com a estatolatria da URSS, fazendo clara oposição às influências teóricas do seu tempo; identificando na sociabilidade moderna as possibilidades de organização da vida estatal, além de refletir sobre a formação de um consenso social desmembrado do tema do Estado-nação.

Gramsci “inverte” a experiência de Tocqueville. Se este último descobriu na América a natureza do *interesse bem compreendido* como uma forma feliz de articulação das esferas do público e do privado (...), aquisição teórica que lhe permite extrair lições de “ciência política” a serem aplicadas na Europa, Gramsci chega à sua radical novidade pela crítica da estatolatria européia, cuja sociabilidade está envolvida por uma “camada de chumbo” que lhe vem da sua história, lições negativas da Europa que lhe abrem a possibilidade para uma “geração espontânea da vida estatal”.¹⁷⁵

Embora reconheça a ação pedagógica do Estado num processo de revolução passiva, Gramsci não identifica, como argumentam os teóricos que o aproximam de Hegel, o Estado como realização da sociedade civil, mas o relaciona a uma sociedade que pode oscilar entre o “conformismo social” e a formação de um “homem coletivo”¹⁷⁶, posturas políticas que determinam o rumo dos processos de revolução passiva frente a um Estado que se amplia, capacitando-se cada vez mais em absorver as contradições sociais. Este homem coletivo de Gramsci pressupõe a sociabilidade gerada pelo mundo industrial,

¹⁷⁴ Este termo refere-se à formação particular da sociedade norte-americana, na qual o americanismo é prisioneiro da ordem industrial fordista, sendo seu uso anacrônico na atualidade e sem abrangências universalizantes.

¹⁷⁵ VIANNA, op. cit, p. 344.

¹⁷⁶ Ou “homem-massa”, que em Gramsci representa a criação de uma frente social hegemônica no âmbito da sociedade civil, consolidada pelo consenso em torno de um projeto político representado por organizações como partidos, sindicatos, etc., apto a disputar politicamente a representação política junto ao Estado.

não como essência ontológica de seus trabalhadores, mas pela dinâmica racionalizante que impõe.

(...) a história do industrialismo sempre foi uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (...) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possíveis as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo.¹⁷⁷

Em comparação ao industrialismo inglês, que para Marx aproxima e identifica seus trabalhadores pela pauperização e degradação da vida cotidiana, Gramsci reconhece no modelo americano (fordista-taylorista) o responsável pela criação de um novo tipo de trabalhador, capaz de adquirir um novo *ethos*, investido da possibilidade de interpretar e criar novos valores sociais. Para ele, a ordem industrial norte-americana é capaz de mecanizar apenas os trabalhos físicos, deixando o cérebro livre para outras ocupações.

(...) [os industriais americanos] compreenderam que “gorila amestrado” é apenas uma frase, que o operário continua “infelizmente” homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo em um gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas.¹⁷⁸

Assim, a experiência norte-americana caracteriza para Gramsci um caso de ampliação do Estado que assimila os conflitos da sociedade civil com a mínima interferência dos segmentos intelectuais, mas em contato direto com a coletividade que se organiza no mundo da produção. Sem a presença de estratos intelectuais credenciados a

¹⁷⁷ GRAMSCI, A.. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2001, p. 262.

¹⁷⁸ Idem, p. 272.

valores pretéritos e em condições de representá-los frente às mudanças sócio-políticas, a modernidade norte-americana não possui espaço para uma revolução nacional-popular, jacobina – a eticidade que procura-se fazer representar no Estado deita raízes no mundo do trabalho, que no capitalismo se reflete por um ângulo internacionalista em detrimento do Estado-nação, portanto, apto a generalizar-se.

(...) americanismo, na sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual os americanos que trataram destes problemas jamais se ocuparam, pois na América ela existe “naturalmente”: esta condição pode ser denominada “uma composição demográfica racional” e consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo de produção, isto é, classes totalmente parasitárias.¹⁷⁹

A questão principal colocada por Werneck Vianna ao tema do americanismo seria se sua aplicação permanece válida para se pensar o homem coletivo que emerge no Estado democrático pela generalização do Direito e de seus procedimentos. Apresentados os princípios que focam a valorização do Direito como instrumento de intervenção e alteração do sistema político (abordados na seqüência), Werneck Vianna percorre uma trajetória empírica para descrever a natureza dos princípios jurídicos modernos, que na cultura ocidental têm suas bases nas sociedades norte-americana e francesa. Respectivamente pautadas nos princípios de Montesquieu (predomínio da vontade da maioria – *common law*) e de Rousseau (formação de uma vontade geral – *civil law*), o autor visualiza nestes modelos de Estado o resultado de mecanismos distintos de revolução, sendo que no caso norte-americano busca-se o equilíbrio entre os três poderes e no francês, a distinção entre normas jurídicas e representação política.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 243.

Destes modelos republicanos – o primeiro, estabelecendo no Judiciário uma força representativa capaz de possibilitar ao cidadão interferir na vida política e o segundo, distinguindo procedimento jurídico e representação política – se estabelece, na síntese do Direito moderno, uma possibilidade de dupla representação; uma emanada das leis e princípios constitucionais, outra provinda diretamente do corpo eleitoral. Ao combinar estas duas formas de representação, têm-se o que Werneck denomina como “soberania complexa”, fenômeno presente na Constituição brasileira a partir de 1988, situação que instaura entre os pensadores do Judiciário e entre os cientistas sociais o tema da judicialização da política e das relações sociais, assunto polêmico e que envolve distintas visões do Estado.

O termo, instituído por C. N. Tate e T. Vallinder (*The Global Expansion of Judicial Review*, 1995), indicaria os efeitos da expansão do Poder Judiciário nos processos decisórios das democracias contemporâneas, envolvendo tanto as dimensões procedimentais (isto é, dos procedimentos jurídicos) quanto substantivas (referentes às abrangências e características do Direito) no exercício das funções judiciais. Este tipo de ampliação do Poder Judiciário favorece o acesso dos grupos políticos minoritários e dos grupos sociais excluídos dos centros de poder a mecanismos de representação e proteção estatal, associando-se ao que Lamounier identifica na política como “democracia consociativa” (Capítulo II).

Werneck Vianna (1999) tomou o termo para descrever as transformações constitucionais pós-88, que permitiram o maior protagonismo dos tribunais em virtude da ampliação dos

instrumentos de proteção judicial, e que teriam sido descobertas por minorias parlamentares, governos estaduais, associações civis e profissionais.¹⁸⁰

Para Werneck Vianna, a questão da judicialização como síntese de diferentes processos de desenvolvimento do Direito nas sociedades democráticas modernas concretiza-se sob a égide do *Welfare State* que, antes de se concretizar como ideologia de Estado, o *welfare* “foi a expressão de um movimento (...) originário da sociedade civil e com uma legítima pretensão universalista, dada a centralidade do tema do trabalho na organização da sociedade industrial.”¹⁸¹ Até os anos 1930, o Direito se ocupava da vida social pelo princípio da igualdade, sendo que a institucionalização do Direito do Trabalho, além de prescindir de amplos movimentos operários, alcança uma revisão da própria ordem liberal, uma vez que suas normatizações jurídicas informam o princípio da desigualdade nas relações de trabalho, almejando um viés igualitário através da publicização da vida privada – ferindo na raiz o princípio da igualdade do contratualismo liberal, predominante nas relações de trabalho desde o século XIX.

Neste contexto, a categoria trabalho reveste-se legalmente de uma conotação coletiva, onde a justiça social passa a ser usada como argumento na relação (desigual) de compra e venda da força de trabalho. Esta mediação judiciária transporta e submete as normatizações das relações de trabalho (até então determinadas no âmbito da fábrica) para a jurisdição da administração pública, tornando os conflitos de ordem coletiva em

¹⁸⁰ KOERNER, A./MACIEL, D. A.. Sentidos da judicialização da política: duas análises. Texto retirado da Internet em 09/06/2006.

¹⁸¹ VIANNA, L. W./CARVALHO, M. A. R./MELO, M. P. C./BURGOS, M. B.. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 15.

questões de organização pública, democrática, mediadas por organismos da sociedade civil, como partidos e sindicatos.

(...) se o *welfare* é filho dos movimentos sociais, o *Welfare State*, sem prescindir desse “circuito” para a formação da vontade coletiva, combina-o com aquele que é próprio do corporativismo moderno, dominado pela representação funcional de grupos de interesse, organizados sob a arbitragem do governo.¹⁸²

Entretanto, o *Welfare* se caracteriza pela constituição de direitos cuja dupla função, funcional e normativa¹⁸³, teria evidenciado as relações de desigualdade, principalmente entre os indivíduos ou grupos não vinculados a movimentos e instituições devidamente organizados e representados, afastando os indivíduos das questões referentes às liberdades previamente estabelecidas, conforme a leitura de Tocqueville.

Dissociado o sistema político da consciência da necessidade da cidadania individual e da participação democrática permanente, a administração pública *welfareana* se burocratiza e se especializa em deter o monopólio do controle da vida social, alcançando legitimidade política pela cooptação dos partidos à ordem pública administrativa. A primazia do Executivo sobre o Legislativo na determinação das políticas públicas confere-lhe a necessidade de expressar em normas jurídicas os princípios democráticos que regem o Estado, mobilizando o Poder Judiciário no exercício de um novo papel: atualizar às demandas emergentes sua linguagem e procedimentos, a

¹⁸² Idem, p. 18.

¹⁸³ “Na funcional, os direitos liberais se identificariam com a institucionalização de um sistema econômico dirigido pelo mercado, e os sociais, com o regime burocrático do Estado de Bem-Estar. Na normativa, que historicamente contrariou as expectativas dos que viam uma possibilidade de emancipação no *Welfare State*, os valores da liberdade subjetiva e das garantias sociais tenderam a ceder diante de imperativos funcionais (...).” (Ibidem, p. 19.)

fim de manter o equilíbrio e a legitimidade político-social frente à modernidade econômica.

A indeterminação do direito (...) repercutiria sobre as relações entre os poderes, dado que a lei, por natureza originário do Poder Legislativo, exigiria o acabamento do Poder Judiciário, quando provocado pelas instituições e pela sociedade civil a estabelecer o sentido ou a completar o significado de uma legislação que nasce com motivações distintas às da “certeza jurídica”. Assim, o Poder Judiciário seria investido, pelo próprio caráter da lei no Estado Social, do papel de “legislador implícito”.

É (...) a agenda da igualdade que, além de importar a difusão do direito na sociabilidade, redefine a relação entre os três poderes, adjudicando ao Poder Judiciário funções de controle dos poderes políticos. (...).

O constitucionalismo moderno, em particular o imediatamente subsequente ao segundo pós-guerra, ao pontuar os “princípios fundamentais”, inclusive os direitos sociais, não somente deslocou a hegemonia do positivismo kelseniano, como também concedeu novo espaço para as correntes do humanismo jurídico, devolvendo atualidade à antinomia clássica entre direito e justiça. (...).¹⁸⁴

Assim, a democratização social do *Welfare State* – reafirmada e revitalizada no pós-segunda guerra e nos anos 1970 pelo desmonte dos regimes totalitários e autoritários através da incorporação dos direitos fundamentais nas constituições democráticas – favorece a emergência de princípios jurídicos diretamente envolvidos na construção da *sociabilidade*, seja nos ambientes de trabalho, na formação de identidade de grupos, nas questões referentes à qualidade e ao acesso à moradia, à cidade, etc..

Tal contexto institucional (...), além de expressar um movimento de invasão do direito na política e na sociabilidade, tem dado origem a um novo personagem da *intelligentzia*: os magistrados e os membros do Ministério Público. (...) em meio ao mundo (...) dos interesses e da legislação ordinária, seriam os portadores das expectativas de justiça e dos ideais da filosofia que, ao longo da história do Ocidente, se teriam naturalizado no campo do direito, (...) para quem os magistrados aparecem nas sociedades contemporâneas como o equivalente funcional da *intelligentzia* clássica.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Ibidem, p. 21.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 23.

Estes processos interventivos do Poder Judiciário sobre a vida estatal é o que Werneck caracteriza como a judicialização da política e das relações sociais, identificando duas correntes interpretativas sobre o assunto. O eixo *procedimentalista*, cujos principais intérpretes são Jurgen Habermas e Antoine Garapon, identificam no fenômeno da judicialização o responsável pela perda do foco social no indivíduo-cidadão, cuja valorização da vida associativa gera, no regime liberal, a noção de cidadão-cliente, enredado na malha burocrática do Estado e sob sua tutela, favorecendo a privatização da cidadania.

Em Garapon, o desenraizamento do indivíduo moderno seria devido ao esgarçamento dos vínculos sociais (...) e à ação do Estado Social (...). Segundo o autor, a presença total e absoluta do direito e das instituições do Judiciário na vida social preencheria (...) um vazio, devolvendo à sociedade um sentimento de justiça (...). Essa nova sensibilidade traduziria uma demanda moral (...) [onde a] judicialização da política e do social seria (...) um mero indicador de que a justiça se teria tornado um “último refúgio de um ideal democrático desencantado”.¹⁸⁶

Associando-se cada vez mais ao descrédito social com a democracia política, a judicialização deslegitimaria a República na medida em que o justo e sua normatização se sobreporiam ao civismo, à cultura do interesse bem compreendido. Portanto, a judicialização só poderia ser positiva para Garapon quando associada a questões especificamente referentes à sociabilidade, como as questões de família, do menor, do uso de drogas, etc..

Já em Habermas, a crítica ao Estado e ao direito social (...) tem como objetivo colocar sob novo ângulo a questão do soberano e da conformação da vontade geral (...). Trata-se (...) de pensar, em termos positivos, as relações entre a democracia deliberativa e a

¹⁸⁶ Ibidem, p.25.

representativa de tal sorte que os fluxos comunicacionais e as influências públicas (...) sejam “transformados em poder comunicativo pelos processos democráticos”. Neste modelo, em que, para a criação das leis são centrais os direitos comunicativos e a participação de uma livre cidadania, a democracia não suportaria a judicialização da política, mesmo em suas formas abrandadas (...).¹⁸⁷

Nota-se que nestes autores, a dissociação entre representatividade política e participação institucional jurídica representa a necessidade de aperfeiçoamento e ampliação dos procedimentos democráticos, pelos quais o Direito deveria zelar e proteger, e não questionar. Por outro lado, a construção teórica de Mauro Cappelletti e Ronald Dworkin (substancialista), apesar das diferenças entre os autores, favorecem o avanço da agenda da igualdade pela via do Direito sem reconhecer uma necessária perda das liberdades políticas.

Esta perspectiva não estabelece uma relação de continuidade com o modelo democrático da Revolução Francesa, mas volta-se ao modelo anglo-saxão, no qual não há um processo revolucionário de tipo jacobino e sim uma modernização pautada na tradição e nos valores ocidentais – compreensão que faz com que o Judiciário integre a tradição democrática do Estado moderno, favorecendo, através dele, a incorporação dos setores excluídos desta tradição.

Levando em consideração que o sistema democrático, principalmente antes do nazifascismo, faz prevalecer a vontade da maioria, é ponto comum para estes autores que o Direito exerceria a função de garantir a representação das forças sociais excluídas, efetivando no regime democrático a representação dos conflitos gerados nos diferentes meios de sociabilidade.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 28.

A perspectiva histórica adotada por estes autores reclama uma ação jurídica relacionada à realidade democrática onde se quer intervir, a fim de, desenvolvendo o caráter jurisprudencial do Direito, ser capaz de preservar esta ordem democrática alterando as relações de força em seu interior. Na clássica chave do conservar-mudando, para Werneck Vianna, estes autores apresentam de forma mais capilar a relação das instituições jurídicas com a ordem democrática moderna.

(...) nesse eixo *substancialista*, representado por Cappelletti-Dworkin,, a partir de estratégias diversas e diferentes inspirações doutrinárias, mas sempre com referência à história e ao mundo empírico, (...) concede-se ao Poder Judiciário uma nova inserção no âmbito da relação entre os três Poderes (...).

Mais do que equilibrar e harmonizar os demais Poderes, o Judiciário, segundo a versão desses autores sobre a criação do Direito no mundo contemporâneo, deveria assumir o papel de um intérprete que põe em evidência, inclusive contra as maiorias eventuais, a vontade geral implícita no direito positivo (...) e nos princípios selecionados como de valor permanente na sua cultura de origem e na do Ocidente (...).¹⁸⁸

Americanismo e Direito no Brasil: conjuntura e possibilidade histórica

No caso brasileiro, Werneck Vianna entende que a judicialização da política e das relações sociais encontra respaldo a partir da Constituição de 1988, tanto pelo caráter moderno e democrático de seus princípios, quanto pelo perfil da magistratura brasileira que observa a partir de meados da década de 1990.¹⁸⁹

Em suas pesquisas sobre o perfil e a atuação do corpo de juízes dos tribunais analisados em suas diversas instâncias, a pesquisa aponta para uma crescente

¹⁸⁸ Ibidem, p. 37-38.

¹⁸⁹ Em **Corpo e Alma da Magistratura Brasileira**, Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palácios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos examinam os questionários enviados pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais Trabalhistas Regionais e Federais aos seus magistrados (ativos e inativos) a fim de compor o perfil da magistratura brasileira na nova ordem democrática.

juvenilização e feminização de juízes por todo país. Tem-se também uma mudança de perspectiva deste corpo judiciário na compreensão da relação dos três poderes republicanos, que não vê mais o Judiciário como instituição passiva frente ao Executivo ou ao Legislativo, mas o dota de uma função orgânica na preservação do Estado democrático de direito – além de perceber-se na função de guardião dos direitos fundamentais e sociais.

Não se está diante (...) de um personagem com identidade consolidada, fruto de uma sedimentação contínua no tempo, e sim, ante a uma corporação que vivencia uma transição no seu *corpus* e na função, no contexto inclusivo de uma outra transição, também em pleno curso: a do autoritarismo para a democracia política, o que requer do Judiciário, mais do que uma simples, embora necessária, modernização, um movimento de democratização das suas estruturas, em especial, ampliando e agilizando as vias de acesso à Justiça, lugar social recém-descoberto pela multidão sem direitos como de aquisição de cidadania.¹⁹⁰

Forçados pela Constituição de 1988 a questionar sua própria identidade, os autores de *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira* identificam entre a magistratura a consolidação de algumas idéias-força que norteiam esta formação identitária. A primeira seria o papel ativo do Judiciário nos processos de mudança social, papel que se deve efetivar através de uma relação de integração entre os magistrados, diminuindo a influência hierárquica entre as diversas instâncias.

Parcela significativa da magistratura admite a presença de representantes da sociedade civil e dos outros poderes na composição das frentes processuais judiciárias, demonstrando o caráter democrático desta categoria social. Embora se reconheça entre os

¹⁹⁰ VIANNA, L. W./CARVALHO, M. A. R./CUNHA, M. P./BURGOS, M. B.. **Corpo e Alma da Magistratura Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 3ª ed., 1997, p. 322.

magistrados o predomínio do papel dos juizes na determinação do caráter do Judiciário, a pesquisa aponta também para o fato de que os magistrados percebem que a constituição do corpo jurídico interfere nas “relações entre os Poderes republicanos, especialmente nesta hora em que o Executivo, em nome da governabilidade, se põe em espírito de missão com (...) a eficiência econômica, diante da qual todas as demais razões devem ceder.”¹⁹¹

No contexto dos anos 1990, em que as forças políticas governamentais assumem um compromisso com a ordem econômica neoliberal (conforme apresentado no Capítulo II), ganha relevância a Constituição de 1988. Ao contrário das demais Constituições do país (1891, 1934 e 1946), a Carta de 1988 não conta com um anteprojeto definido ou sequer vem concluir uma fase de mudança, mas é parte do processo de transição do autoritarismo à democracia política, de modo que seus debates “foram iniciados sem conhecer uma vontade prévia sobre quais rumos seguir, (...) natural diante da amplíssima coalizão de forças que se pusera à frente do processo da transição à democracia.”¹⁹²

Enquanto documento baseado em princípios e não em determinações sobre o caminho a seguir, a Constituição de 1988 prescinde da judicialização para normatizar os mecanismos legais através dos quais devem atuar os princípios propostos por ela. Isto porque,

Por definição, o processo da transição, obra de uma ampla coalizão pluriclassista, não admitia que o novo texto constitucional se identificasse com a agenda das forças de mudança, em que pese à época, o importante apoio de que desfrutavam na opinião pública e na sociedade civil organizada. Ao que parece, a solução de compromisso a que chegou o constituinte foi o de compensação, por meio de uma incisiva e generosa

¹⁹¹ Idem, p. 323.

¹⁹² VIANNA. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Op. cit, p. 39.

declaração dos direitos fundamentais, àquilo que não era possível traduzir em conquistas substantivas de alcance imediato.¹⁹³

A própria indefinição das forças políticas em disputa no período da transição relega ao futuro a concretização dos princípios constitucionais, que no curso dos anos 1990 se aproximam da democracia participativa principalmente pela ação do Ministério Público e das minorias parlamentares que, através das Ações Cíveis Públicas e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins), interferem, via judicialização, na condução da vida política do país.

Ao contrário do que os *procedimentalistas* visualizam na judicialização, o caso brasileiro demonstra que o fenômeno, longe de enfraquecer o sistema partidário, o reforça na medida em que propicia uma conexão entre democracia representativa e participativa ao mesmo tempo em que, pela atuação dos Juizados Especiais legitimados pela Constituição de 1988, têm-se um novo canal de expressão do processo de democratização social, tanto pela intervenção da justiça em questões até então consideradas privadas (como a violência doméstica), como pela facilitação do acesso a ela.

(...) a mobilização de uma sociedade para a defesa dos seus interesses e direitos, em um contexto institucional em que as maiorias efetivas da população são reduzidas, por uma estranha alquimia eleitoral, em minorias parlamentares, não pode desconhecer os recursos que lhe são disponíveis a fim de conquistar uma democracia de cidadãos. Do mesmo modo, uma vida associativa ainda incipiente, por décadas reprimida em seu nascedouro, não se pode recusar a perceber as novas possibilidades (...) dos lugares institucionais que lhe são facultados pelas novas vias de acesso à justiça.¹⁹⁴

¹⁹³ Idem, p. 41.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 43.

No âmbito da política, a judicialização encontra respaldo em duas vertentes predominantes entre os constituintes: a primeira valoriza as concepções republicanas do Estado brasileiro, reconhecendo-o como a principal agência de ordenamento da vida social; a segunda, de influência neoliberal, favorece a livre iniciativa, procurando destituí-la do controle estatal através da manipulação dos princípios constitucionais.

A vitória da vertente neoliberal nos quadros governamentais não garante, contudo, um consenso parlamentar e da sociedade civil em torno de seus princípios, levando o Executivo a atuar recorrendo a medidas provisórias¹⁹⁵, mecanismo utilizado para ajustar a Constituição às necessidades do neoliberalismo.

Apoiado pelo Legislativo (que se utiliza do apoio ao governo federal como moeda de troca para favorecimentos no âmbito estadual e municipal), a prática de governo do Executivo através de medidas provisórias tem consagrado no Brasil o predomínio da maioria sobre as minorias parlamentares e a erosão das formas clássicas de controle da produção das leis. Este contexto favorece a judicialização da política como recurso das minorias contra as maiorias parlamentares, agregando ainda representantes da sociedade civil e do Judiciário a interferir em questões da política econômica e controle desta atividade.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Desde a abertura, nota-se o predomínio de medidas provisórias que interferem nas questões de política econômica, além da recorrência abundante a este recurso. No governo Sarney, 74 das 147 mp's eram voltadas para reformas econômicas; no governo Collor, 85 das 174; no período Itamar Franco, 275 de 508 e no primeiro período FHC, 1096 das 1971, totalizando 2800 mp's, sendo 1530 voltadas para pontos de reformas econômicas. (Ibidem, p. 49-50)

¹⁹⁶ Em 1988, tem-se o registro de 11 Adins, já em 1998, consta o registro de 177, totalizando 1935 Adins num período de 10 anos. Os principais autores são: governadores (26,2%), procuradores (23,7%), associações de trabalhadores (15,3%), partidos de esquerda (12,9%), de centro (2,8%), de direita (1,8%), associações de empresários (9,3%), OAB (3,3%), Associação dos Magistrados Brasileiros (2%), legislativos estaduais (1,2%) e outros (1,6%). (Ibidem, pp. 52 e 59).

Porém, segundo Werneck Vianna, a judicialização no Brasil não se limita à intervenção na ação política, mas interfere também na regulação da sociabilidade e das práticas sociais, permeando, como já tratado, questões relacionadas à vida privada. Neste aspecto, para o autor, não é o ativismo do Judiciário que favorece esta situação (conforme argumentam os *procedimentalistas*), mas a incapacidade da política em fornecer respostas efetivas às demandas sociais emergentes do processo de democratização.

Para o autor, é a agenda da igualdade que anima grupos e indivíduos a interpelar as demandas por direitos, seja na conquista de benefícios, seja no reconhecimento identitário das minorias ou ainda na institucionalização das opções de natureza individual, como é o caso da luta pelo direito à união civil entre os homossexuais. Assim, num país onde a cidadania sofre um golpe de décadas de autoritarismo político, a normatização e a constituição de uma esfera pública vinculada ao Poder Judiciário, ao invés de manter os indivíduos distantes da República, pode constituir numa pedagogia propícia ao desenvolvimento das virtudes cívicas.

É nesses cenários particulares que o indivíduo pode ter acesso à tradução do seu interesse em direitos, movimento que, mesmo isolado, pode guiá-lo em suas primeiras experiências acerca do significado democrático da deliberação, trânsito necessário para a percepção do bem comum.¹⁹⁷

Se até 1964, as instituições corporativas do Estado animam os elementos de tutela da sociedade com o objetivo de evitar o isolamento do desenvolvimento econômico em relação às esferas políticas e sociais, o modelo político que se adota após este ano, ao

¹⁹⁷ Ibidem, p. 151.

contrário, é de inspiração norte-americana – onde o recurso à ordem corporativa e burocrática é meramente instrumental, sem vínculos orgânicos da economia com a política e o desenvolvimento social – introduzindo nos decênios posteriores uma radical assimetria entre estas três esferas da vida pública.

(...) O regime militar, se trouxe o resultado de uma nova onda expansiva do capitalismo brasileiro, produziu também (...) uma verdadeira lesão no tecido social, aprofundando a atitude de indiferença política da população, e dificultando, pela perversão individualista, a passagem do indivíduo ao cidadão, especialmente no caso dos setores subalternos do campo, que passaram a acorrer em massa aos pólos urbano-industriais, onde chegavam destituídos de direitos e de proteção das políticas públicas.¹⁹⁸

Chega-se, nos anos 1980, a uma democracia política destituída de uma cultura cívica através de um processo de intensa modernização econômica, favorecendo a ruptura com o modelo anglo-saxão de revolução passiva para a adesão ao modelo norte-americano. Este contexto incentiva (mas não garante) a mobilização do direito em favor da normatização das formas de sociabilidade emergentes, principalmente através dos Juizados de Pequenas Causas e do Ministério Público pelo movimento de Ações Cíveis Públicas e Adins.

(...) nesse processo contemporâneo de crescente invasão do direito na vida social – e que, no Brasil, teve o seu caminho ditado pelo movimento de auto-reforma do Poder Judiciário – a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais talvez represente um significativo “divisor de águas”. (...) os Juizados representariam o momento em que o Poder Judiciário se torna reflexivo: as conseqüências decorrentes da ampliação do acesso à justiça que ele pôs em movimento (...) tiraram a inocência do meio aparentemente neutro com que os magistrados pretendiam atuar sobre a sua própria cultura e práticas profissionais (...) os Juizados talvez possam se constituir no *locus* da criação jurisprudencial do direito e, entre outros, de aproximação da sociedade brasileira com o

¹⁹⁸ Ibidem, pp. 152-3.

ideal de auto-organização, em um movimento em que o direito sirva (...) à consolidação da cidadania e à idéia de bem-comum.¹⁹⁹

Neste contexto, são os direitos já declarados no constitucionalismo democrático atual que integram o indivíduo à vida pública, revestindo os procedimentos jurídicos de uma linguagem cada vez mais comum, animando, através dos direitos já declarados, a busca pelos ainda ignorados, na medida em que eles se integram à ideologia do homem comum.

Se o *americanismo*, tal como Gramsci o conceituou nos anos 30, deve ser compreendido como a criação da sociedade por si mesma, com “requerimentos mínimos de intermediários profissionais da política e da ideologia”, a relação de homologia entre o homem comum e as instituições do direito em torno do princípio da igual-liberdade bem pode conceder ânimo novo àquela construção, reeditando, nas palavras de Raynaud, “a utopia doce de uma sociedade que se auto-regularia por meio de um jogo de relações entre as pessoas, e onde a função simbólica do direito não seria tanto a de dizer o justo, mas de conceder prioridade aos direitos subjetivos diante dos diversos fins da atividade humana” (1995: 107).²⁰⁰

Dissociado de suas funções clássicas (do positivismo jurídico), especialmente após o *Welfare State*, o Direito moderno move-se no campo do provisório, do indeterminado, num processo contínuo de auto-correção que acompanha as mudanças políticas e sociais, abrindo as portas para o desenvolvimento de um americanismo que não deriva diretamente do mundo do trabalho, mas das relações de sociabilidade, abarcadas por esta nova caracterização do Judiciário.

Se o americanismo em Gramsci pode ser compreendido como uma possibilidade positiva de revolução passiva (...), vale dizer, de uma democratização contínua e progressiva da vida social, o deslocamento do centro de sua modelagem da fábrica

¹⁹⁹ Ibidem, pp. 155-6.

²⁰⁰ VIANNA. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Op. cit, p. 375.

moderna para as instituições do direito podem significar (...) a preservação desse caminho para a mudança social (...), fazendo delas mais um lugar de produção e difusão generalizada de uma eticidade que parta do homem comum e se escore naquilo que a história da integridade do direito conserva do princípio da igual-liberdade. (...) bem pode estar a sinalização para uma progressiva evanescência do Estado, em uma desestatalização como revolução silenciosa que, tendo como horizonte uma auto-instituição do social, se oriente contra uma centralidade hierarquicamente sobreposta à sociedade, informada por uma eticidade que não consulta a sociabilidade, e que lhe chega do exterior e “por cima”.²⁰¹

Se a crise dos paradigmas entre os intelectuais democráticos de esquerda ocasiona o abandono da discussão, em Werneck Vianna o contexto dos anos 1990, analisado empiricamente, encontra fôlego sob o tema do americanismo e sua relação com um novo tipo de *intelligentzia* brasileira, que historicamente esteve envolvida na construção do Estado e na simulação de sua Nação, preocupação teórica das obras de Werneck. Fortemente envolvido com o Gramsci do americanismo, Werneck inova em suas teorias ao conceber a revolução passiva como chave positiva à conquista da cidadania e à interpelação do Estado pela sociedade civil. Consistência teórica associada à crença nos homens e em suas instituições são os principais aspectos que movem a trajetória intelectual de Werneck nos anos 1990, propondo um engajamento inerente aos homens deste tempo, a despeito das críticas que lhe possam ser feitas, apresentadas na Conclusão deste trabalho.

²⁰¹ Idem, p. 380.

Conclusão:

Através da trajetória intelectual de Luiz Werneck Vianna, nota-se que as posturas adotadas em suas análises durante a década de 1990 permeiam tanto o contexto de sua geração intelectual – que sofre uma profunda crise dos paradigmas que norteavam as reflexões sobre um reformismo democrático, levando-o a primar pela análise empírica da formação política brasileira e suas referências democráticas na cultura ocidental – quanto a própria formação da democracia brasileira e das bases que a assentam, cujo desafio é oferecer respostas ao desenvolvimento do país frente às demandas emergentes do processo de democratização. A sociedade civil²⁰² que se organiza a partir do contexto dos anos 1970, volta-se para suas questões cotidianas, percorrendo um movimento de aquisição de cidadania e incorporando em suas reivindicações setoriais (ou nucleares) questões de democracia política (conforme exemplificado no Capítulo I através dos movimentos urbanos, principalmente o movimento sindical). Deve-se destacar também que as influências teóricas de Werneck acompanham sua trajetória, uma vez que transita gradualmente das concepções adotadas pelo PCB ao pensamento gramsciano, a partir do momento em que faz a crítica à atuação pecebista e adota, a partir dos anos 1980, uma postura acadêmica independente.

²⁰² Embora não a defina conceitualmente, Werneck entende por sociedade civil neste contexto de transição e posterior democracia política a sociedade organizada que, num primeiro momento, engloba as reivindicações por democracia política e, a partir dos anos 1990, tem suas reivindicações associadas à democratização da representação jurídica (interferindo na política), isto é, contribuem para a expansão do Estado Democrático de Direito. Entretanto, o autor não destaca o fato de que a sociedade civil dos anos 1990 se configura em sua maioria de acordo com as premissas do Estado neoliberal, constituindo-se mais como instrumento de efetivação deste modelo que um meio de contestação, como ocorreu durante os anos 1970-1980 (assunto tratado nos capítulos I e II).

No âmbito institucional tem-se, após vinte anos de ditadura, uma crise das antigas formas de representação, como a dinâmica do bipartidarismo, a centralidade do Estado na resolução de questões econômicas, a perda da tradição populista entre as massas urbanas, culminando com a crescente ascensão da hegemonia neoliberal. A perda de vigor do Estado em administrar as demandas populares gera uma situação sem precedentes de exclusão e informalidade nos centros urbanos, deixando as massas à mercê do neoliberalismo, que incentiva o desenvolvimento das atividades produtivas e econômicas pela livre iniciativa e minimalização das influências do Estado, elemento central da vida econômica do país até os anos de chumbo.

No âmbito político-social, tem-se a perda da centralidade dos partidos e sindicatos na organização das massas, na década de 1990 cada vez mais voltadas para os movimentos que representam interesses de grupos, como o movimento negro, de mulheres, de sem-terras, de homossexuais, etc., gerando no tecido social a representação de interesses a serem alcançados pela regulamentação jurídica e/ou traduzidos em políticas públicas.

Por sua vez, a acessibilidade das Constituição de 1988 à representação das minorias associada à predisposição do Judiciário (principalmente do Ministério Público) em salvaguardar o Estado Democrático de Direito, muitas vezes moderando o tom do Executivo nas alterações constitucionais e garantindo aos grupos organizados a representação legal de seus interesses (fenômeno tratado como “judicialização”, Capítulo IV), sinalizam para Werneck Vianna o caminho da modernidade democrática brasileira,

no qual a sociedade civil descobre a matriz do interesse bem compreendido como via de atuação política.

Inovando por sua relação não impositiva frente aos grupos sociais organizados, Werneck entende que o Judiciário vem cumprindo um papel historicamente adotado pelos intelectuais brasileiros, que é o de ator na vida pública, procurando-se definir por sua inscrição social, refletindo e contribuindo para a formação política do Estado. Este papel da *intelligentzia*, que historicamente se inscreveu na vida pública pela falta de uma tradição universitária na sociedade brasileira, com a redemocratização e conseqüente mobilização de diferentes setores (inclusive dos advogados), confere ao Judiciário uma função que, por sua atuação dentro do Estado, interfere para a preservação dos princípios democráticos do sistema político, procurando garantir não somente sua funcionalidade, mas envolvendo-se com a formulação de seus conteúdos segundo prevê a Constituição²⁰³.

Esta realidade vivenciada nos anos 1990, em que pese suas contradições com o sistema econômico, é associada em Werneck ao americanismo gramsciano, onde a vida cotidiana (no caso brasileiro, via judicialização; no caso norte-americano, via cultura puritana e ordem industrial) é capaz de fornecer impulso para que a sociedade crie mecanismos de representação política, favorecendo o desenvolvimento da autogestão e do controle e intervenção da sociedade no Estado. A sociabilidade moderna, conforme

²⁰³ Embora o objetivo inicial do trabalho fosse uma análise completa das obras de Werneck Vianna, sua extensão e a diversidade dos temas que aborda exigiram um recorte sobre os principais aspectos de seus livros e a recorrência aos artigos na medida em que se apresentavam pertinentes aos pontos centrais de sua produção nos anos 1990. Portanto, não foram enfocadas neste trabalho as análises estatísticas, feitas principalmente para caracterizar o Judiciário e sua atuação, ou discussões sobre temas como a reforma universitária, críticas às práticas petistas, entre outros, para que não se perca o principal, isto é, a questão da formação política brasileira, sua atual modernidade democrática e sua relação com o Direito.

demonstra em suas pesquisas, manifesta-se legalmente através de ações civis públicas e ações diretas de inconstitucionalidade, representadas por um Judiciário que leva em consideração as relações desiguais da sociedade, vistas de forma mais direta nas causas trabalhistas e nas relações de consumo.

Deve-se considerar, entretanto, que os dados empíricos de sua pesquisa datam por volta de meados de 1990, o que, pelo curto período de democracia, podem não culminar numa mudança de longo prazo das relações políticas, já que a própria Constituição assenta-se principalmente sobre princípios antiautoritários, sem relação orgânica com os conflitos instituídos na década posterior à sua elaboração. A própria dinâmica deste fenômeno de judicialização necessita em grande parte (embora a promotoria pública tenha autonomia para agir em nome da legalidade) da atuação do indivíduo ou grupo para fazer valer os princípios legais (direito subjetivo), sem o qual não há delito ou crime.

Esta situação, para que se converta num transformismo da sociedade sobre o Estado, depende de uma cultura cívica ativa, de cidadãos que conheçam e acreditem em suas instituições, situação que não se nota entre a população, uma vez que no Brasil as leis funcionam melhor àqueles que têm dinheiro para um bom advogado, já que os órgãos de defensoria pública, por melhores que sejam suas intenções, encontram-se abarrotados e sem recursos para atender a todos a contento. Parece que tal realidade, ao invés de aproximar a população de reivindicações por reformas de Estado, leva-a a cada vez mais se afastar do exercício de seus direitos, endossando a idéia de que a justiça somente funciona para os ricos e de que o povo não pode ter nenhuma influência neste processo.

Por outro lado, as pesquisas de Vianna sobre os procedimentos legais e os atores das ações civis públicas restringem-se ao estado do Rio de Janeiro, inviabilizando uma perspectiva comprometida com a descrição do fenômeno da judicialização em território nacional, especialmente no caso brasileiro, em que as diferenças regionais, culturais, políticas, econômicas, e da própria postura do Judiciário, são tão grandes. Os próprios grupos organizados e que têm acesso à representação jurídica, alcançando também representação política, movem-se no âmbito de seus interesses, sectarizando-se e se desvinculando do compromisso com algum projeto político que seja capaz de garantir a prevalência de suas reivindicações assumindo ao mesmo tempo a representação generalizada da sociedade e servindo como base para uma hegemonia contraposta à dominante no Estado (neoliberal).

Falta à americanização no Brasil transformar em superestruturas os interesses reconhecidos nos meios de sociabilidade; e mais, falta à sociedade brasileira uma compreensão generalizada e uma ação consciente sobre os interesses políticos pelos quais ela quer se fazer representar e o conhecimento sobre os mecanismos (políticos, sociais e jurídicos) capazes de alavancar a sociedade a um nível de organização e representação que faça frente à ordem econômica dominante, que por falta de forças sociais organizadas que a enfrente, predomina também sobre a política e suas instituições.

Werneck Vianna recorre à formação histórica do Brasil para contribuir com uma nova leitura do Estado brasileiro e suas configurações políticas – destacando-se em sua geração pela capacidade de empreender, num contexto ainda incerto, uma reflexão nova sobre os paradigmas democráticos então em crise – reconhece no Judiciário sua postura

inédita na defesa da ordem constitucional e, pelo caráter democrático da Constituição de 1988, conseqüente aproximação com a sociedade civil. Se entende-se por sociedade civil grupos organizados que em sua atuação alteram as configurações institucionais, deve-se lembrar que a maioria da população comum, desmobilizada, não se encaixa neste tipo de sociedade civil, ao contrário, anda em sua contramão, cada vez mais isolada na informalidade do trabalho, cuja sociabilidade desenvolve-se em ambientes totalmente desprovidos dos principais benefícios do Estado e alheia a ele – afastando-se de uma americanização tal qual descrita por Gramsci e que Werneck aponta a longo prazo pela judicialização da política e das relações sociais.

Entretanto, deve-se considerar que a realidade dos anos 1990 traz o ineditismo de ter-se conseguido afastar as amarras institucionais que até então tornava o Estado impermeável aos conflitos sociais, situação que a Carta de 1988 parece sanar (ao menos em tese), propiciando que a liberdade democrática possa ser assumida como bandeira dos excluídos através das novas configurações do Direito, para que se converta num movimento por inclusão e em reivindicações de acesso aos benefícios públicos. Esta situação, entretanto, fica difícil de ser vislumbrada mediante um processo civilizatório de domesticação que cultua o imobilismo, principalmente com a ascensão do neoliberalismo, uma vez que seu discurso dissocia ascensão econômica de práticas capazes de reanimar a vida pública, questão que Werneck não assume ao discutir o americanismo, faltando-lhe, assim, o contexto social que garanta o fenômeno no âmbito da política.

Bibliografia:

- Fontes:

-Livros:

VIANNA, L. W. (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____/MELO, M. P. C./CARVALHO, M. A R./BURGOS, M. B.. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. **A Transição**. Da Constituinte à Sucessão Presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989 – série Pensamento Brasileiro.

_____/MELO, M. P. C./CARVALHO, M. A R./BURGOS, M. B.. **Corpo e Alma da Magistratura Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

-Artigos:

VIANNA, L. W.. A esquerda e os quinze anos da transição. Belo Horizonte, CONJUNTURA POLÍTICA, v. 15, 2000, pp. 4-12.

_____. A esquerda, a cultura jacobina e os neoliberais. Rio de Janeiro, PRESENÇA, v. 14, 1989, pp. 145-190.

_____/EISENBERG, J.. Ainda há tempo. Retirado do site **Gramsci e o Brasil**, em 14/10/2004.

_____. Democracia e constrangimentos sistêmicos. **Folha de São Paulo**, 14 de novembro de 2002.

_____. Globalização e república. Araraquara, ESTUDOS DE SOCIOLOGIA UNESP, v. 6, 1999, pp. 125-128.

_____. Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville. São Paulo, LUA NOVA, v. 30, 1993, pp. 159-193.

_____. Nova esquerda e cultura política. Rio de Janeiro, PRESENÇA, nº 17, nov/1991-mar/1992, pp. 32-40.

_____. O Brasil no cenário da globalização. Rio de Janeiro, REVISTA PROPOSTA, v. 80, 1999, pp. 15-24.

_____. O inferno e as boas intenções. Rio de Janeiro, ALGO A DIZER, ab/2004.

_____. Pacto social e generalização da representação e o que mudou. **Folha de São Paulo**, jan/fev. de 2003.

_____. Para quê reformar as universidades. Retirado do site **Gramsci e o Brasil**, em 14/10/2004.

_____. República e civilização brasileira. Retirado do site **Gramsci e o Brasil**, em 14/10/2004.

_____. Um novo prefácio a Liberalismo e sindicato no Brasil. Retirado do site **Gramsci e o Brasil**, em 14/10/2004.

-Entrevistas:

VIANNA, L. W.. A história absolvida. Belo Horizonte, REVISTA DE CULTURA MARGENS, v. 2, 2002, pp 44-49.

_____. Conflitos são de um partido que nasceu para o mercado. **Jornal Valor Econômico**, 15 de julho de 2003.

_____. O PT é quase um partido liberal. **Jornal do Brasil**, 19 de outubro de 2003.

_____. O PT já se definiu como partido de centro. **Jornal Valor Econômico**, 29 de dezembro de 2003.

-Livros e artigos:

ALENCASTRO, L. F. Cultura democrática e presidencialismo no Brasil. São Paulo.

NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 35, mar/1993, pp. 21-30.

ANTUNES, R.. **A Rebelião do Trabalho**. São Paulo, Ed. Unicamp, 1988.

ARAÚJO, M. P. N.. **A utopia fragmentada**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

ARRUDA JR, E. L./BORGES Fº, N.. **Gramsci: Estado, direito e sociedade**.

Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

BADALONI, N.. Gramsci e a filosofia da práxis como previsão. in: HOBBSBAWN, E..

História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. X.

BOBBIO, N.. **Estado, governo, sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed, 1987.

BUCI-GLUCKSMANN, C.. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHARTIER, R.. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel,

1988.

COUTINHO, C. N.. **Contra a corrente**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Gramsci e nós**. A democracia como valor universal e outros ensaios. Rio de Janeiro: Salamandra, 2ª ed, 1984.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____/NOGUEIRA, M. A. (orgs). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DAGNINO, E. (org). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed, 1994.

_____/ ALVAREZ, S. E. /ESCOBAR, A. (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

D'INCAO, M. A (org). **O Brasil não é mais aquele...** mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001.

DINIZ, E.. Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90. REVISTA SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 10, nº 04, out-dez/1996.

FIORI, J. L. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 43, nov./1995, pp. 157-172.

_____/TAVARES, M. C.. **(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FÓRUM Nacional **Como evitar uma nova década perdida**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1992.

GORENDER, J.. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ativa, 1987.

GRAMSCI, A.. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. I a V.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, L.. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

INSTITUTO Gramsci. **Política e História em Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOERNER, A./MACIEL, D. A.. Sentidos da judicialização da política. Texto retirado da internet em 09/06/2006.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. Texto retirado do site **Gramsci e o Brasil** em 10/03/2004.

_____. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In: AGGIO, A/_____. **Pensar o século XX.** São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

LOPES, M. A.. **Grandes nomes da História Intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003.

MARX, K. /ENGELS, F.. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ªed, 1978.

MENEGUELLO, R.. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo.** (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MOISÉS, J. A.. **Os brasileiros e a democracia.** Bases sócio-políticas de legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

NOVAES, C. A. M.. PT: dilemas da burocratização. São Paulo. NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 35, mar/1993, pp. 217-237.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Ed. USP, 2003.

PORTELLI, H.. **Gramsci e o bloco histórico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REIS Fº, D. A. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SADER, E.. **Quando os novos personagens entraram em cena.** Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM JR., B.. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Texto retirado do site **Gramsci e o Brasil** em 10/03/2004.

SECCO, L.. **Gramsci e o Brasil.** Recepção e difusão de suas idéias. São Paulo: Cortez, 2002, (Série Questões da Nossa Época, nº 94).

SEMERARO, G.. **Gramsci e a sociedade civil.** Petrópolis: Vozes, 2ª ed, 2001.

SIMIONATTO, I.. Crise, reforma do Estado e políticas públicas. Texto retirado do site **Gramsci e o Brasil** em 14/10/2004.

_____. **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

SORJ, B.. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo.** Da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIANNA, O.. **As populações meridionais no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1920.

WEFFORT, F. C.. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed, 1980.

_____. Por que democracia? In: STEPAN, A. (org.) **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Qual democracia?** São Paulo: Cia das Letras, 1992.

WITKOSKI, A. C.. **Diversidade intelectual e cultura política:** abordagem gramsciana da pedagogia petista. São Paulo: Annablume, 2000.